

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS

MAURÍCIO THUROW LEVIEN

**O CAMINHO DO REJUVENESCIMENTO: UMA ANÁLISE DA INSERÇÃO
INTERNACIONAL DA CHINA COM BASE EM SUAS ESTRATÉGIAS GEOPOLÍTICAS
À LUZ DA TEORIA DO REALISMO OFENSIVO**

Porto Alegre

2021

MAURÍCIO THUROW LEVIEN

**O CAMINHO DO REJUVENESCIMENTO: UMA ANÁLISE DA INSERÇÃO
INTERNACIONAL DA CHINA COM BASE EM SUAS ESTRATÉGIAS GEOPOLÍTICAS
À LUZ DA TEORIA DO REALISMO OFENSIVO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Andrés Ferrari Haines

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Thurrow Levien, Maurício

O caminho do rejuvenescimento: uma análise da inserção internacional da China com base em suas estratégias geopolíticas à luz da Teoria do Realismo Ofensivo / Maurício Thurrow Levien. -- 2021.

132 f.

Orientador: Andrés Ferrari Haines.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Política Internacional. 2. Política Externa da China. 3. Estratégias geopolíticas. 4. Realismo Ofensivo. I. Ferrari Haines, Andrés, orient. II. Título.

MAURÍCIO THUROW LEVIEN

**O CAMINHO DO REJUVENESCIMENTO: UMA ANÁLISE DA INSERÇÃO
INTERNACIONAL DA CHINA COM BASE EM SUAS ESTRATÉGIAS GEOPOLÍTICAS
À LUZ DA TEORIA DO REALISMO OFENSIVO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 11 de março de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Andrés Ferrari Haines – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik
UFRGS

Prof. Dr. Ronaldo Herrlein Jr.
UFRGS

Prof. Dr. Diego Pautasso
Colégio Militar de Porto Alegre

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a minha família, que me possibilitou a oportunidade de realizar a minha trajetória acadêmica, desde a Graduação em Relações Internacionais, passando pelas Especializações e culminando no Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais. Durante minha jornada, me apoiaram incessantemente. Sem vocês, o presente estudo não seria possível.

Em segundo lugar, agradeço a todos os professores do Programa de Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS e demais servidores da Universidade com quem tive o prazer de trocar experiências nesses dois anos. Certamente vou levar para a minha vida os ensinamentos que obtive em contato com professores do mais alto calibre. Em especial, agradeço a ajuda do meu orientador, o professor Andrés Ferrari, cujos apontamentos e considerações me deram a sustentação necessária para realizar um trabalho de excelência.

Estendo meus agradecimentos também para meus amigos e colegas de curso, com os quais compartilhei ótimos momentos durante essa etapa de minha jornada acadêmica. Sem dúvida, me auxiliaram em grande medida durante o período de realização do estudo, especialmente em momentos conturbados e problemáticos, tendo em vista o cenário de exceção de 2020.

Enfim, agradeço a todos que participaram direta ou indiretamente dessa importante etapa de minha formação.

RESUMO

A partir de um cenário internacional favorável e uma condição interna de estabilidade e coesão, a China busca, cada vez mais, projetar poder e influência para além de seu entorno regional, em um movimento estratégico de ambições sistêmicas. Nesse contexto, o presente estudo visa, a partir principalmente da problematização das duas principais estratégias geopolíticas da China de Xi Jinping (a Nova Rota da Seda e a modernização da marinha no contexto das dinâmicas do Mar do Sul), entender as implicações que tais iniciativas trazem para o entorno regional chinês e como elas refletem uma nova ambição do país em nível internacional. Vale ressaltar, ainda, que a vertente teórica escolhida para elucidar os argumentos é a do Realismo Ofensivo, idealizada e difundida por John Mearsheimer. Destaca-se, por fim, que o método de pesquisa utilizado para a produção do trabalho caracteriza-se como de cunho teórico-empírico, com a coleta e análise sendo empreendida por meio de dados documentais e bibliográficos (pesquisa exploratória).

Palavras-chave: China. Política Externa Chinesa. Estratégias geopolíticas. Realismo Ofensivo.

ABSTRACT

From a favorable international scenario and an internal condition of stability and cohesion, China is increasingly seeking to project power and influence beyond its regional environment, on a strategic movement of systemic ambitions. In this context, the present study aims, from the problematization of Xi Jinping's two main geopolitical strategies in China (the New Silk Road and the modernization of the navy in the context of the dynamics of the South Sea), to understand the implications that such initiatives bring to the regional environment and how they reflect a new ambition of the country at the international level. It is also worth mentioning that the theory chosen to elucidate the arguments is the Offensive Realism, idealized and disseminated by John Mearsheimer. Finally, the research method used for the production of the work is characterized as theoretical-empirical, with the collection and analysis being undertaken through documental and bibliographic data (exploratory research).

Keywords: China. Chinese Foreign Policy. Geopolitical strategies. Offensive Realism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Regiões administrativas (autônomas) disputadas	40
Figura 2 – Grupos etnolinguísticos chineses	40
Figura 3 – Dispersão do contingente populacional da etnia Han através do País	41
Figura 4 – Abertura econômica da China (facetas e regionalização)	41
Figura 5 – Ásia (político)	45
Figura 6 - Organização para a Cooperação de Xangai (OCX)	49
Figura 7 - Ásia Central (político).....	50
Figura 8 - Ásia Central como corredor energético	51
Figura 9 – Dimensão Territorial da Iniciativa da Nova Rota da Seda	74
Figura 10 - Cinturão Econômico da Nova Rota da Seda e a Nova Rota da Seda Marítima	76
Figura 11 – Corredores econômicos provenientes das Rotas	76
Figura 12 – Mar do Sul da China (Político)	87
Figura 13 – “Primeira e Segunda” cadeia de ilhas como perímetro marítimo	90
Figura 14 – “Linha dos nove-traços”	92
Figura 15 – Demandas chinesas frente à disposição da UNCLOS	93
Figura 16 – As bases militares da China e dos EUA em Djibouti.....	103
Figura 17 – Evolução da construção em Subi Reef	105
Figura 18 – Evolução da construção em Subi Reef	106
Figura 19 – Potenciais estruturas de comunicação e defesa antiaérea nas ilhas artificiais	106
Figura 20 – Potenciais estruturas de comunicação e defesa antiaérea nas ilhas artificiais	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Incidência da pobreza na China rural (1978-2018).....	43
Gráfico 2 – Interações diplomático-militares entre China e Rússia (2004-2018).....	54
Gráfico 3 – Destinatários da ajuda externa da China por grupo de renda (2013-2018).....	60
Gráfico 4 – Distribuição da ajuda externa da China por região (2013-2018).....	60
Gráfico 5 – Distribuição de fundos do SSCAF por propósito (2013-2018).....	63
Gráfico 6 – Necessidades de investimento em infraestrutura na Ásia por setor, 2017.....	71
Gráfico 7 – Investimento Externo chinês no setor de construção, entre 2005-2018, expresso em milhões de dólares	72
Gráfico 8 – Países membros da Iniciativa da Nova Rota da Seda.....	80
Gráfico 9 – Investimentos chineses nos países membros da Iniciativa da Nova Rota da Seda (2013-2020, por milhões de dólares)	82
Gráfico 10 – Comparação entre as reservas de petróleo e gás natural no Mar do Sul da China com outros grandes exportadores de tais <i>commodities</i>	88
Gráfico 11 – Disputas diplomáticas no Mar do Sul da China	95
Gráfico 12 – Exercícios militares internacionais das Forças Armadas chinesas por serviço (2002-2016)	100
Gráfico 13 – Exercícios militares internacionais das Forças Armadas chinesas por tipo (2002-2016)	101
Gráfico 14 – Orçamento militar da China comparado (estatísticas do governo chinês em vermelho e do Departamento de Estado dos EUA em azul)	108
Gráfico 15 – Orçamento militar comparado China-EUA (como porcentagem dos gastos governamentais).....	108
Gráfico 16 – Média de gastos (%) em defesa em relação ao PIB por país (2012-2017).....	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - “Embates” militares no Mar do Sul da China como exemplo de tradição beligerante (1974-1999).....	91
Quadro 2 – Portos sob propriedade da China no Mar do Sul e no Oceano Índico (desde outubro de 2013)	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Crescimento econômico da China.....	42
Tabela 2 – Melhoria no padrão de vida da população chinesa.....	43
Tabela 3 – Os 5 principais parceiros diplomáticos militares da China (2003-2018).....	53
Tabela 4 - Tendências comparadas nos Planos Quinquenais recentes (números quantitativos dos..	62
Tabela 5 – Comparação regional entre os orçamentos de defesa (2019).....	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACR	Arranjo Contingente de Reservas
AGA	Ator Geoestratégico Ativo
AIIB	Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura
APEC	Cooperação Econômica Ásia-Pacífico
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
BRI	<i>Belt and Road Initiative</i>
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CNOOC	<i>China National Offshore Oil Corporation</i>
CNPC	<i>China National Petroleum Corporation</i>
CNPC	Corporação Nacional de Petróleo da China
CNRD	Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento
CSIS	<i>Center for Strategic International Studies</i>
CSONU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
ELP	Exército de Libertação Popular
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
IEDs	Investimentos Externos Diretos
MELP	Marinha do Exército de Libertação Popular
NBD	Novo Banco de Desenvolvimento
OBOR	<i>One Belt, One Road</i>
OCX	Organização para a Cooperação de Xangai
OI	Organizações Internacionais
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCC	Partido Comunista da China
PG	Pivô Geopolítico
PIB	Produto Interno Bruto
PQ	Planos Quinquenais

PRC	<i>Peoples Republic of China</i>
RPC	República Popular da China SI – Sistema Internacional
SINOPEC	<i>China Petroleum & Chemical Corporation</i>
SSCAF	<i>South-South Cooperation Assistance Fund</i>
UE	União Europeia
UNCLOS	<i>United Nations Convention on the Law of the Sea</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USADoD	Departamento de Defesa dos Estados Unidos
ZEEs	Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	O REALISMO OFENSIVO E AS BALANÇAS DE PODER REGIONAIS	20
3	O ENTORNO REGIONAL CHINÊS E SUAS IMPLICAÇÕES ESTRATÉGICAS	29
3.1	A SINGULARIDADE DA CHINA	29
3.2	PANORAMA GEOPOLÍTICO REGIONAL	43
3.3	A “GRANDE ESTRATÉGIA” DA CHINA E O DESENVOLVIMENTO DE UMA POTÊNCIA ASSERTIVA	55
4	AS GRANDES ESTRATÉGIAS GEOPOLÍTICAS DE PROJEÇÃO REGIONAL DE XI JINPING	66
4.1	A NOVA ROTA DA SEDA COMO AGENDA DE PROJEÇÃO GEOESTRATÉGICA	66
4.1.1	Criação, objetivos e princípios básicos da iniciativa.....	66
4.1.2	A dimensão da BRI e a centralidade da China no <i>heartland</i> euroasiático.....	74
4.2	O MAR DO SUL DA CHINA COMO INSTRUMENTO DE PROJEÇÃO DE PODER	83
4.2.1	A estratégia chinesa para o contencioso regional	84
4.2.2	As reivindicações e disputas diplomáticas.....	90
4.2.3	“Going blue”: a consolidação chinesa pelo hard power	96
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
	REFERÊNCIAS	116

1 INTRODUÇÃO

Indubitavelmente, o crescimento da China no Sistema Internacional será um dos assuntos mais discutidos nas próximas décadas. Não há como negar o que o país asiático, que mais parece um continente do que um Estado nacional (em torno de um quinto da população mundial vive lá), realizou nos últimos 30 anos. Diversas reformas e reestruturações levaram o país a um curso de reorganização política, econômica, social, cultural e estratégica sem precedentes. Torna-se viável e interessante, nesse cenário, propor um questionamento de grande relevância para o Sistema Internacional futuramente: até onde irá o crescimento chinês? É possível afirmar que o século XXI pertencerá à China? Difícil dizer, mas levando-se em consideração todas as potencialidades já presentes e a constante capacidade de mudança que o país demonstra, torna-se necessária uma atenção especial para tal tópico de análise.

Avalia-se, inicialmente, que suposições acerca da possível conjectura de um grande poder chinês não são recentes. Pelo contrário, avalia-se que, feita uma apreciação histórica correta, torna-se perceptível a compreensão da profundidade das capacidades chinesas para a grandiosidade. Nesse sentido, torna-se necessária uma articulação de argumentos, que podem ser divididos essencialmente em três níveis: histórico, econômico e estratégico.

Em primeiro lugar, é possível afirmar que as mudanças estruturais que acontecem na China fazem parte de um processo que está longe de acabar. E tal afirmação possui fundamento na sociedade chinesa (KISSINGER, 2011). Após a primeira Guerra Anglo-Chinesa, o Tratado de Nanquim (1842) trouxe consequências problemáticas para o país. As diversas obrigações prescritas pelo tratado, caracterizadas pela literatura como “desiguais”, como a concessão formal de Hong Kong à Grã-Bretanha, por exemplo, são lembradas até hoje e tratadas na China como uma grande humilhação. O confronto de civilizações, que acabou sendo um fracasso na história chinesa, serviu ao mesmo tempo como combustível para um reservatório de energia há muito tempo esgotado (MEARSHEIMER, 2006).

A reação da China, com a fundação do Partido Comunista Chinês (PCC) e a instauração de diversas reformas, veio na direção de um cenário de retomada. Nada de pensamento revanchista ou vingativo. Pelo contrário. Os caminhos que a China traça atualmente derivam diretamente de um pensamento histórico de rejuvenescimento cultural. Ou seja, uma

reorganização política e social no sentido do renascimento de uma civilização imponente e autoconfiante (JACQUES, 2009).

Em segundo lugar, destaca-se a façanha econômica da China. Em aproximadamente 30 anos, a economia do país cresceu quase 10 vezes, segundo dados do Banco Mundial. Ocupa atualmente o posto de segunda maior economia do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, mas devido a um ritmo de crescimento significativamente maior, tal posição tende a se inverter em curto/médio prazo (KISSINGER *et al.*, 2012).

Entretanto, após décadas de grande crescimento em valores absolutos, a economia chinesa passa atualmente por um período de transformação gradual. Nos últimos anos, a economia do país vem mudando de uma estrutura baseada na exportação de produtos a baixo custo (garantidos na competição internacional pelo chamado “preço China”) para um modelo econômico baseado em serviços e consumo para a demanda doméstica. É evidente, contudo, que tal processo de maturação da matriz econômica acarrete um menor índice de crescimento, como já se evidenciou. Em 2016, por exemplo, a China registrou ritmo mais lento de crescimento em 26 anos (aproximadamente 6,7%; índice ainda assim alto, comparado aos 1,6% dos EUA no mesmo período), segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) (KISSINGER *et al.*, 2012; KISSINGER, 2011).

Avalia-se, ainda, que impulsionada por tal crescimento, sem precedentes na história do Sistema Internacional, a China buscou solidificar uma posição de grande poder econômico. Consolidou sua integração às cadeias globais de valor e, cada vez mais, busca se mover em direção a produção de bens de maior valor agregado, incentivando, acima de tudo, a concorrência interna e a inovação por parte de mentes chinesas. Dessa maneira, consegue satisfazer sua grande demanda por empregos, inclusive uma mais atual, requisitada por uma classe média em ascensão (mão de obra qualificada) (KISSINGER *et al.*, 2012).

Em terceiro lugar, ressalta-se a necessidade de se entender as estratégias políticas chinesas. Inicialmente, deve-se destacar que o país não possui pretensões nem recursos para reproduzir o método ocidental de projeção internacional. Ao contrário, na busca de sua reafirmação como grande civilização, a China busca promover e assegurar, da melhor forma possível, um cenário internacional de cooperação e estabilidade. Contudo, é imperativo entender que o país está desenvolvendo recursos de poder e, de acordo com seu pensamento estratégico, será mais firme, autoconfiante e assertivo em seus discursos. Buscará, além disso, ampliar sua

participação e importância em um Sistema Internacional de cuja criação e desenvolvimento não fez parte. Tal questão é complexa e necessitará de um entendimento de que o ocidente não poderá reagir bruscamente a cada demonstração de força chinesa, em especial no que se refere a pautas controversas e importantes, como a nova postura chinesa no Mar do Sul da China, por exemplo (KISSINGER, 2011).

Após a contextualização do tema, destaca-se que o problema de pesquisa, norteador do trabalho é: de que forma as duas principais estratégias geopolíticas da China de Xi Jinping refletem uma nova perspectiva na inserção internacional do país?

A abordagem teórica escolhida para tal estudo foi o Realismo Ofensivo, idealizado por John Mearsheimer e muito difundido no meio das Relações Internacionais. Por meio de um entendimento do Sistema Internacional como estadocêntrico, anárquico e dinâmico e sob uma ótica pessimista nas relações de poder, a utilização de tal teoria, no contexto da temática de pesquisa, busca contribuir para a problematização das duas principais estratégias da China de Xi Jinping no âmbito de agenda de política externa, em caráter geopolítico e geoestratégico, visando entender de que forma tais iniciativas ajudam a manipular a balança de poder regional de acordo com os interesses da China (MEARSHEIMER, 2001).

A partir do eixo central do estudo definido, buscar-se-á, de acordo com as ideias contextualizadas e desenvolvidas em capítulos anteriores e balizada nos conceitos de uma vertente teórica definida, concretizar o objetivo geral do trabalho, que é analisar as duas principais estratégias que balizam a inserção internacional da China sob Xi Jinping, problematizando-as em perspectiva geopolítica.

Pode-se citar, além desse, outros escopos, estabelecidos de maneira a garantir uma melhor apreciação sobre o problema. Dessa maneira, avalia-se como objetivos específicos: entender as singularidades da China e de seu entorno regional; caracterizar o método de projeção internacional da China e suas mudanças; e analisar as estratégias políticas e a atuação chinesa no âmbito do projeto da Nova Rota da Seda, assim como suas nuances e particularidades; e verificar as estratégias políticas e a atuação chinesa no âmbito do Mar do Sul da China.

Avalia-se, nesse sentido, que a hipótese basilar do estudo infere que a estratégia chinesa de inserção internacional encontra-se em um estágio muito avançado, balizada na eficiência da sua diplomacia econômica e nos movimentos diplomáticos de coalizões regionais. O planejamento estratégico de Beijing é nitidamente lógico, de longo prazo e cuidadosamente

realizado, etapa por etapa. O país asiático buscou e aproveitou oportunidades em regiões relegadas pelo eixo euro-estadunidense e já destaca sua projeção de forma assertiva em seu entorno regional. A partir de estratégias claramente interligadas, como a Iniciativa da Nova Rota da Seda (*Belt and Road Initiative* – BRI) e o desenvolvimento de uma marinha azul no contexto do seu planejamento para o Mar do Sul, por exemplo, a China desenvolve cada vez mais capacidades econômicas, políticas, militares e diplomáticas, visando o recrudescimento do sistema regional sinocêntrico e a propagação de seu estilo de liderança. O país vai angariando, a partir de tais facetas, condições objetivas para, gradativamente, buscar se estabelecer como um hegemona regional, de acordo com os conceitos de Mearsheimer.

De maneira a cumprir com os objetivos propostos, destaca-se a estruturação metodológica da pesquisa. Nesse sentido, avalia-se que o presente estudo possui cunho teórico-empírico, balizado na vertente qualitativa de pesquisa e cuja coleta e análise de dados será empreendida por registros documentais e bibliográficos (pesquisa exploratória). Como ferramenta complementar, será utilizado o estudo de caso, com o objetivo de esclarecer melhor a problemática central do trabalho.

Por buscar analisar questões fatuais com base em argumentos de uma vertente teórica, o trabalho caracteriza-se como teórico-empírico. Tal associação, segundo Pedro Demo (2013), parte de uma construção teórica que, amparada de uma análise pela via empírica, se torna plenamente fundamentada e de melhor entendimento.

O estudo classifica-se como qualitativo devido ao fato de que se baseia na coleta e análise de dados que não serão quantificados ou padronizados, mas explicados por meio de pesquisa bibliográfica aprofundada baseada na compreensão geral do problema e na reflexão acerca dele. Tal categorização tem como objetivo principal permitir um cenário de remodelação permanente, avaliado pela obtenção de ideias mais abrangentes e significativas (STRAUSS; CORBIN, 1997; GIL, 2002).

No que se refere à coleta de dados e a pesquisa em si, avalia-se o trabalho como de caráter exploratório. Com vistas a proporcionar maior familiaridade com o problema e tornar o estudo mais favorável à construção de hipóteses, pode-se dizer que a pesquisa exploratória tem seu foco central no aprimoramento das ideias. Possui um planejamento flexível e possibilita a consideração de variados aspectos na análise do problema. Outra característica importante da pesquisa exploratória é a de que permite uma maior aproximação conceitual entre o marco

teórico e a análise empírica do problema (confronto da visão teórica com os dados da realidade). No presente estudo, a pesquisa será empreendida na forma de revisão bibliográfica apoiada por um estudo de caso (STRAUSS; CORBIN, 1997; GOLDENBERG, 2000).

A pesquisa bibliográfica é definida pelo seu desenvolvimento com base em fontes secundárias, especialmente livros e artigos científicos. Tem como sua principal vantagem o fato de que permite uma maior e mais ampla apreciação dos fenômenos estudados, questão mais complexa para uma pesquisa direta. Essa prerrogativa, segundo Gil (2002), torna-se ainda mais evidente quando o problema requer um estudo cujos dados são dispersos em diferentes áreas e de difícil obtenção. Além disso, Gil (2002) destaca que “a pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos” (2002, p.45).

O trabalho utilizará, ainda, o estudo de caso como ferramenta para análise. Tal método prevê uma visão global do problema e proporciona uma identificação mais ampla dos fatores que influenciam a temática, permitindo, dessa forma, uma apreciação mais completa e detalhada acerca das questões centrais do trabalho. De acordo com Yin (2001), “o estudo de caso é encarado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos” (YIN, 2001 *apud* GIL, 2002, p. 54).

Vale ressaltar, ainda, os fatores que motivaram a escolha do tema do trabalho e servem de justificativas para a sua realização. Como justificativa pessoal ressalta-se o fato de os temas de pesquisa e os conceitos do trabalho serem de amplo interesse do autor. Outros artigos e estudos, inclusive, já foram realizados tendo como ponto central a China, seja em relação ao aspecto econômico, político ou geoestratégico, mostrando prévia inclinação para assuntos em relação ao país. Quanto à abordagem teórica do trabalho, vale reforçar que tal assunto foi recorrente durante a formação acadêmica do autor, e de tal modo avalia-se que um apreço pela visão realista vem sendo aprofundado desde então.

A justificativa social para a escolha do tema deve-se essencialmente à crescente importância estratégica da China para o Brasil. Semelhante à sua trajetória no comércio internacional, a ascensão da China como parceiro comercial do Brasil foi acelerada e intensa, ocupando atualmente a posição de primeiro em tal ranking, acima dos Estados Unidos e da União Europeia (segundo dados do Banco Mundial). Conclui-se, nesse sentido, que as ações e intenções da China para o Sistema Internacional tendem a afetar diretamente o Brasil, tanto em aspectos

tangíveis, como as relações econômicas entre as duas nações, por exemplo (exportações, importações, investimentos, etc.) quanto em aspectos intangíveis, como as expectativas e intenções do Brasil para o mundo, sendo, assim como a China, um país em desenvolvimento com ambições significativas para com o cenário global.

O presente trabalho possui sua justificativa acadêmica balizada na questão central do próprio estudo. O Sistema Internacional, entre diversas outras características, é tido como um ambiente altamente dinâmico. Mudanças na relação de forças é uma faceta de certa forma comum. No período prévio a Primeira Guerra Mundial, a multipolaridade pelo equilíbrio de poder era claramente perceptível, enquanto na Guerra Fria, por exemplo, o mundo era basicamente bipolar, dividido entre duas potências ideologicamente distintas. Após aproximadamente um século de proeminência americana, em consequência da vitória sobre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a multipolaridade ganhou força no Sistema Internacional. Apesar de os Estados Unidos da América (EUA) continuarem com status de superpotência, a evolução da China se apresenta como um importante desafio ao presente ordenamento de forças do Sistema Internacional. Conclui-se, dessa forma, que tal dilema e suas ramificações serão uma das principais questões de análise para as Relações Internacionais no próximo século.

Destaca-se, por fim, que o presente trabalho se apresenta essencialmente em três partes. Em sequência ao presente capítulo introdutório, será discutido o embasamento teórico do estudo. Por meio de uma análise dos conceitos e princípios da Teoria do Realismo Ofensivo, diante da interpretação principalmente do livro *The Tragedy of Great Power Politics* (2001), de John Mearsheimer (o principal expoente dessa vertente teórica), buscar-se-á obter um entendimento completo de tal teoria para posteriormente poder utilizá-la durante a análise da questão central do trabalho, delimitando como principal aspecto analítico proveniente da visão teórica os argumentos referentes às balanças de poder regionais e os métodos de manipulação das mesmas. Após a consolidação da base teórica do estudo, serão iniciadas as discussões acerca da temática do trabalho, que é a análise das estratégias geopolíticas que balizam a inserção internacional da China sob Xi Jinping.

O primeiro capítulo de desenvolvimento terá o objetivo de contextualizar as singularidades em relação a China e ao entorno regional do país, inicialmente por meio de uma análise histórica das relações regionais, em especial no âmbito político-estratégico, e

posteriormente a partir de uma observação do panorama geopolítico atual. Após isso, serão discutidas as estratégias chinesas de inserção internacional. Primeiramente, serão tratados os conceitos que balizaram a projeção do país asiático no cenário global durante muitos anos após a consolidação do governo pelo partido comunista e o início das reformas estruturais. Tal estratégia era baseada essencialmente por um planejamento estratégico de longo prazo, com um posicionamento político pragmático e de pouco enfrentamento, baseado na doutrina do “Peaceful Rise”, idealizada academicamente por Zheng Bijian. No mesmo capítulo, também se buscará entender as mudanças estruturais que a China vem trazendo para essa ideia nos últimos anos, com o objetivo de compreender as estratégias geopolíticas que o país vem idealizando e verificar se tais aspirações representam uma nova era na sua trajetória de inserção internacional, com a busca de se consolidar como uma potência regional assertiva e globalmente reconhecida como tal.

No segundo capítulo de desenvolvimento será proposta uma análise, por meio de uma ferramenta muito utilizada no meio acadêmico, o estudo de caso, das duas principais estratégias de política externa que balizam a atual projeção internacional da China de Xi Jinping: o projeto da Nova Rota da Seda e a busca pela consolidação de uma Marinha azul no âmbito das dinâmicas problemáticas do Mar do Sul da China. A partir das ideias abordadas no capítulo anterior e dos conceitos trazidos a partir da base teórica do estudo, buscar-se-á entender as complexas questões envolvendo os ambiciosos planos e as suas nuances.

2 O REALISMO OFENSIVO E AS BALANÇAS DE PODER REGIONAIS

No presente capítulo serão aprofundadas as discussões acerca das ideias trazidas pelo Realismo Ofensivo, detalhadas por Mearsheimer em seu livro “*The Tragedy of Great Power Politics*”, publicado em 2001. Caracterizado como um dos realistas mais influentes da atualidade, John Mearsheimer conseguiu arrefecer os debates teóricos da vertente no contexto pós-Guerra Fria. Buscou, nesse sentido, trazer contribuições no sentido de reconfirmar a capacidade analítica do realismo, levando em consideração a dinâmica atual do Sistema Internacional.

Em sua análise, retoma conceitos clássicos do realismo, como a questão da anarquia e da racionalidade e centralidade do Estado. Além disso, a competição permanente e o poder como meio de se garantir a sobrevivência perduram como premissas básicas e estruturais. Diferencia-se dos realistas clássicos pelo entendimento de que objetivo principal das grandes potências é a hegemonia, e traz importantes reflexões acerca do conceito de balança de poder, do comportamento dos Estados e dos limites à hegemonia. Traz, além disso, conceitos e argumentos próprios, como a diferenciação entre poder real e potencial, o poder parador da água, novas configurações de balança de poder e tipos de manipulação da política internacional. Vale ressaltar, ainda, que se refere extensivamente a história como meio de análise empírica e procura nela lições e indicações para a elaboração de suas conclusões. De modo geral, a teoria de Mearsheimer traz importantes reflexões para o atual curso do cenário internacional, apresentando-se como alternativa teórica muito interessante ao se analisar a emergência da China no Sistema Internacional.

Inicialmente, Mearsheimer (2001) destaca cinco hipóteses basilares, avaliadas como premissas básicas para o funcionamento de sua teoria, sendo decorrentes da própria estrutura do Sistema Internacional. Algumas delas remetem a conceitos tradicionais do realismo clássico, mas não visam explicar a engrenagem sistêmica, e sim o comportamento dos Estados dentro dessa estrutura. Segundo o autor, tais hipóteses em conjunto explicam por que potências satisfeitas (*status quo powers*) são raras e qual a razão de a maximização de poder ser a melhor maneira de se garantir a segurança (MEARSHEIMER, 2001).

“A primeira hipótese é que o sistema internacional é anárquico, o que não significa que seja caótico ou assolado pela desordem” (MEARSHEIMER, 2001, p. 44). Tal ideia é de fácil entendimento e remete a explicações já supracitadas. Mearsheimer simplesmente ressalta o

conceito ordenador de que os Estados são independentes e não possuem autoridade superior (MEARSHEIMER, 2001).

“A segunda hipótese é que as grandes potências possuem inerentemente uma forte capacidade militar ofensiva, o que lhes confere os meios necessários para se prejudicarem e, possivelmente, destruírem umas às outras” (MEARSHEIMER, 2001, p. 44). No contexto do dilema de segurança, que prevê uma situação de intensa e acirrada competição permanente e que reflete a lógica básica do realismo ofensivo, é imperativo entender que os Estados são potencialmente perigosos. Evidentemente que alguns países serão mais poderosos e terão mais capacidades do que os outros, mas, no aspecto geral, todos os Estados se apresentam como ameaça à segurança dos outros (MEARSHEIMER, 2001).

“A terceira hipótese é que os Estados não podem nunca estar certos das intenções dos outros estados” (MEARSHEIMER, 2001, p. 45). Em complementaridade com a anterior, tal premissa discorre também acerca da questão da competição permanente e das disputas por poder. Traz, ainda, a ideia de que, por mais que os Estados tenham intenções eminentemente pacíficas ou não hostis, é impossível avaliar com certeza as intenções de cada um e mudanças ocorrem de maneira rápida e abrupta. Nesse sentido, devido a capacidade militar que os Estados possuem, explicada na segunda hipótese, é imperativo estar sempre preparado para qualquer situação, pois, segundo Mearsheimer, a incerteza em relação as intenções dos outros é uma faceta inevitável da política internacional (MEARSHEIMER, 2001).

“A quarta hipótese é que a sobrevivência é o fim primordial das grandes potências” (MEARSHEIMER, 2001, p. 45). Ao retomar a ideia clássica de sobrevivência, Mearsheimer destaca também que os Estados devem buscar a internacionalização de suas intenções, além de manter sua integridade territorial e a autonomia da sua ordem política interna. Contudo, afirma que a questão securitária possui ampla primazia em relação a outros objetivos (MEARSHEIMER, 2001).

“A quinta hipótese é que as grandes potências são atores racionais” (MEARSHEIMER, 2001, p. 45). Finalizando as suas hipóteses basilares, Mearsheimer reafirma o conceito tradicional de racionalidade, ressaltando a consciência estratégica que os Estados possuem e a necessidade de se conscientizar a respeito de seu ambiente externo e da forma como os outros se posicionam no tabuleiro internacional (MEARSHEIMER, 2001).

A partir de tais premissas, que em particular não trazem nenhuma ideia de necessidade de se portar agressivamente, mas que, em conjunto, geram incentivos relevantes ao posicionamento ofensivo, Mearsheimer (2001) discorre que a melhor maneira de garantir a segurança é buscar a hegemonia. Nesse sentido, o efeito combinado das cinco hipóteses sobre a estrutura sistêmica traz essencialmente três padrões de comportamento: medo, autoajuda e maximização do poder. Nas palavras de Mearsheimer,

Aprensivos em relação às intenções últimas de outros estados e conscientes de que operam num sistema de autoajuda, os estados rapidamente percebem que a melhor forma de assegurarem a sua sobrevivência é serem o estado mais poderoso do sistema. Quanto mais poderoso um estado for relativamente aos seus rivais potenciais, menos provável será que qualquer deles o ataque e ameace a sua sobrevivência (MEARSHEIMER, 2001, p. 47).

Percebe-se, nesse sentido, que os estados sempre buscam maximizar sua quota de poder mundial, numa clara opção de postura agressiva que altera o equilíbrio na relação com os demais. Mearsheimer (2001) ressalta, por isso, a importância de se entender as questões acerca da temática do poder de forma direta e objetiva.

Em primeiro lugar, Mearsheimer (2001) traz uma contribuição importante e detalhada acerca do entendimento do poder como conceito. A distinção entre os tipos de poder é essencial para sua análise. Segundo ele, existem duas variáveis: o poder real e o poder potencial. O primeiro se materializa basicamente nas forças armadas dos Estados (com primazia do poder terrestre, pois somente esse ramo tem capacidade de controlar territórios; com as demais forças servindo de apoio), enquanto o segundo diz respeito ao tamanho da riqueza e da população de um Estado (ou seja, a capacidade de sustentar suas forças no longo prazo) (MEARSHEIMER, 2001). Nas palavras de Mearsheimer,

O poder potencial de um estado tem por base a dimensão de sua população e o nível da sua riqueza. Esses dois ativos são os alicerces do poder militar. Rivais ricos e com grandes populações são geralmente capazes de construir forças militares temíveis. O poder real de um Estado assenta fundamentalmente no seu exército e nas forças aéreas e navais que o apoiam diretamente. Os exércitos são o ingrediente central do poder militar, uma vez que constituem o principal instrumento de conquista e domínio de território – o objetivo político supremo num mundo de estados territoriais. Em suma, o elemento fundamental do poderio militar, mesmo na era nuclear, é o poder terrestre (MEARSHEIMER, 2001, p. 56).

Em segundo lugar, avalia que é impossível definir o quanto de poder é “suficiente” para um estado garantir sua sobrevivência e que apreciações acerca dessa ideia não são convincentes, pois o sistema internacional é muito dinâmico e está em transição constante. De acordo com o autor, a busca por poder só pode ser interrompida quando a hegemonia é alcançada, pois a partir daí outros comportamentos assumem papel mais importante, como a contenção de outros estados, por exemplo (MEARSHEIMER, 2001).

A partir de tais ponderações sobre o comportamento estatal, Mearsheimer (2001) parte para o segundo nível de análise que propõe com sua teoria, o da estrutura sistêmica. Nessa parte, o autor discorre sobre características do sistema internacional contemporâneo, sobre as diferentes balanças de poder nele existentes, e sobre os métodos de manipulação de tais ferramentas.

Mearsheimer (2001) defende, nessa parte, a ideia de que não é possível a obtenção de uma hegemonia global. Tal avaliação deriva diretamente do impacto do poder parador da água (*stopping power of water*), conceito idealizado e difundido pelo autor. Segundo seu raciocínio, a projeção de poder real através de grandes massas de água é uma tarefa desproporcionalmente difícil e extremamente custosa, que acarreta diminuição de capacidades e aumento de vulnerabilidades. Nesse sentido, o único fator de desequilíbrio capaz de possibilitar uma hegemonia global, de acordo com Mearsheimer, seria a superioridade nuclear indiscutível, o que de fato não é aplicável, pois existe um equilíbrio muito grande entre os estados em relação a tal questão (MEARSHEIMER, 2001).

A partir de tais apontamentos, Mearsheimer (2001) traz uma consideração muito interessante e importante no âmbito de sua teoria e de importância significativa para o presente trabalho, a revalorização das balanças de poder regionais. Em razão do poder parador da água e da impossibilidade de atingir a hegemonia global, os estados devem focar suas estratégias, segundo o autor, na consolidação do poder em escala regional. A partir daí, avalia Mearsheimer, conseguiriam se defender contra seus rivais de forma mais segura e projetar poder de maneira mais interessante para o sistema internacional, de acordo com suas pretensões e objetivos estratégicos (MEARSHEIMER, 2001).

Além disso, é importante destacar que, pela ausência do poder parador da água no interior dos continentes, o principal obstáculo à hegemonia regional é a distribuição de poder entre os atores da própria região. Nesse sentido, a ingerência externa na contenção de possíveis potências regionais se torna menos efetiva, pois tem de enfrentar o poder parador da água, o que gera uma

sensação maior de segurança para o estado buscando hegemonia regional (MEARSHEIMER, 2001).

Devido a isso, Mearsheimer (2001) define que o comportamento dos estados teria de se dar em dois estágios: primeiro, deveriam garantir seu status de hegemonia regional e, depois, seu principal objetivo estratégico passa a ser impedir o surgimento de outras hegemonias regionais. Essa situação é, na prática, a melhor possível para um estado, pois lhe garante segurança máxima e muita facilidade na desarticulação de ameaças. Sendo a única potência com status de hegemonia regional no sistema internacional, tal estado possuirá amplas vantagens frente a seus competidores e passará, conseqüentemente, a adotar uma postura mais conservadora, atuando no sentido de estabilizar as balanças de poder nas outras regiões. A transferência dos riscos e responsabilidades do balanceamento de possíveis potências regionais para terceiros atuando na própria região é o comportamento mais favorável aos estados nessa situação, sendo caracterizados, dessa forma, como balanceadores externos. Tal comportamento, segundo Mearsheimer, torna o estado dominante, passando a ser considerado um *status quo power*. Avalia, ainda, que após consolidarem sua dominância regional e a condição de balancear seus rivais, os *status quo powers* devem focar em outros três objetivos, com vistas a alargar sua dominação: máxima riqueza, supremacia militar e primazia nuclear (MEARSHEIMER, 2001).

Após isso, Mearsheimer (2001) expõe e contextualiza os dois últimos conceitos idealizados por sua teoria: os tipos de balanças de poder e os métodos que os estados utilizam para manipulá-las. Analisando independentemente do âmbito (regionais ou globais/sistêmicas), podendo ser classificadas em qualquer uma delas, Mearsheimer avalia que existam basicamente três classificações de balanças de poder: bipolaridade, multipolaridade equilibrada, e multipolaridade desequilibrada (MEARSHEIMER, 2001).

A primeira diz respeito a uma balança dominada por dois estados de poder semelhante. Devido a isso, não possui altos índices de tensionamento, pois uma potência contrabalança a outra de forma natural e eficiente. A Guerra Fria foi um período marcado por tal tipo de balança de poder, por exemplo (MEARSHEIMER, 2001).

A segunda, por sua vez, trata-se de um sistema no qual o poder é distribuído de maneira semelhante entre três ou mais estados. Nessa balança de poder, existe uma maior propensão ao tensionamento e a rivalidade, pois o balanceamento tende a ser ineficiente. Durante o período

pré-Primeira Guerra Mundial, por exemplo, pode-se perceber tal tipo da balança de poder (MEARSHEIMER, 2001).

A terceira, em contrapartida, refere-se a um cenário no qual dentre três ou mais estados, um desponta como hegemona potencial, elevando a tensão ao máximo, pois suas pretensões são diretamente desproporcionais às dos demais. Contudo, tal balança de poder também prevê uma maior probabilidade de cooperação, na medida em que os países que provavelmente serão dominados tendem a buscar uma solução em conjunto (MEARSHEIMER, 2001).

Em complementariedade a esses conceitos, Mearsheimer (2001) traz, por fim, a contextualização dos mecanismos de manipulação das balanças de poder. Vale ressaltar, nesse sentido, que tais ideias podem ser consideradas a última contribuição própria da sua vertente teórica. O autor divide essa análise em dois âmbitos: métodos para aumento de poder de um estado e métodos para contenção de um estado. Tal abordagem é amplamente valorizada pela crítica, que a considera precisa e sofisticada, pois prevê uma maior gama de comportamento observáveis e uma maior variedade de consequências decorrentes da utilização desses recursos (MEARSHEIMER, 2001).

Em relação aos métodos de aumento de poder, destacam-se quatro ações possíveis: a guerra, caracterizada como principal opção para tal objetivo, pois seu potencial em relação a resultados é expressivamente maior do que o dos outros tipos (apesar de acarretar em diversos custos, desde econômicos a humanitários); a chantagem, que significa a tentativa de coagir ou intimidar um oponente e que geralmente desponta como uma opção mais interessante, pois prevê resultados a mais baixo custo; o incitamento oportunista, que se refere a articular um conflito prolongado e custoso entre dois ou mais rivais, ao mesmo tempo em que o estado mantém-se seguro e preserva seus recursos; e, por fim, a sangria, que corresponde à tentativa de prolongar um conflito envolvendo um rival e outro ator, com o objetivo de se fortalecer indiretamente (assim como no incitamento oportunista). Na sangria, contudo, o estado rival engaja-se no conflito por razões próprias, diferentemente de como ocorre no incitamento oportunista (MEARSHEIMER, 2001).

No que se refere aos métodos de contenção de um estado, Mearsheimer (2001) destaca duas linhas de ação distintas e muito relevantes para o entendimento da lógica teórica.

A primeira é o balanceamento. De acordo com o autor, tal conceito corresponde à postura de um estado quando assume diretamente a reponsabilidade de contrapor outro estado

(geralmente com postura ofensiva) em uma balança de poder. Existem basicamente três medidas a serem tomadas para que se consiga dissuadir os interesses do estado agressor: a sinalização direta, que ocorre no âmbito diplomático; o balanceamento externo, que corresponde ao estabelecimento de uma estratégia compreensiva juntamente com os estados ameaçados de modo criar um cenário desfavorável a postura ofensiva do estado em questão; e, por último, o balanceamento interno, que significa a mobilização de recursos para defesa e proteção territorial (postura geralmente engajada por grandes potências regularmente) (MEARSHEIMER, 2001).

A segunda é a transferência de custos (ou *buck-passing*). Segundo Mearsheimer (2001), a transferência de custos ocorre nos mesmos moldes e segundo a mesma lógica do balanceamento. No entanto, a diferença central é que o *buck-passer*, ou seja, o estado que transfere os custos, fica em uma posição significativamente mais favorável, na medida em que esses recaem sobre os *buck-catchers*, isto é, os estados para os quais foram transferidos os custos de balancear o estado agressor ou de postura ofensiva. Mearsheimer ressalta, ainda, que fatores geográficos e a estrutura da balança de poder influenciam diretamente a maior ou menor probabilidade de ocorrência do *buck-passing*. O autor avalia, nesse sentido, que estados fronteiriços e agressores potenciais têm menor probabilidade de terem oportunidade de transferir os custos do balanceamento (MEARSHEIMER, 2001).

Com efeito, avalia-se que a obra de Mearsheimer (2001) traz contribuições teóricas significativamente importantes para a cultura realista das Relações Internacionais. As abordagens do Realismo Ofensivo permitem uma apreciação muito bem elaborada em relação ao Sistema Internacional contemporâneo, tanto em relação a suas estruturas atuais quanto na projeção de mudanças futuras. E, levando em consideração o tema de problematização do trabalho, que buscará entender as estratégias da China na política internacional, entende-se que tal vertente teórica apresenta um bom nível de alternativas, poder explicativo e conclusões potenciais.

Para Mearsheimer (2001), a posição ocupada pelos Estados Unidos no Sistema Internacional nas últimas décadas era a melhor possível. Tendo se consolidado como hegêmona regional, o País assumiu um posicionamento estratégico mais conservador e de longo prazo, balizado na ideia de ser um balanceador externo (*offshore balancer*). De acordo com tal posicionamento, o ideal era que a própria competição regional nas diferentes balanças de poder pelo mundo impedisse o surgimento de outro hegêmona regional. Porém, caso viesse a ocorrer, os EUA teriam a possibilidade de utilizar da transferência de riscos (*buck-passing*), com vistas a

manter tal posição de primazia sem grandes custos. Segundo tais análises, as regiões que poderiam alavancar um cenário de oposição a tal atuação eram a Europa (por intermédio da Rússia ou da Alemanha) e o Nordeste da Ásia (por intermédio da China) (MEARSHEIMER, 2001).

Avalia-se, por fim, que nos últimos anos tais projeções se evidenciaram. O crescimento econômico-tecnológico sem precedentes da China aumentou exponencialmente seu já antes grande poder potencial, que, somado ao seu evidentemente grandioso poder real (em termos de forças terrestres, nenhum estado se compara a China), o gigante asiático assumiu uma postura revisionista, baseada em um projeto de afirmação de hegemonia potencial. Tal trajetória, segundo Mearsheimer, é comum, na medida em que “Estados com populações numerosas e economias em rápida expansão tendem, cedo ou tarde, a traduzir suas riquezas em poder militar” (MEARSHEIMER, 2001, p. 58). A diferenciação da dinâmica de ascensão chinesa se dará, nesse sentido, na maneira em que o país utilizará suas crescentes capacidades (MEARSHEIMER, 2001).

Na medida em que os rivais regionais chineses não representam uma grande ameaça individualmente, mas em conjunto sim - característica com a qual o país historicamente sabe lidar (vide a política de “cinco iscas para a administração dos bárbaros”¹), a balança de poder regional da China pode cada vez mais ser considerada como de multipolaridade desigual. Soma-se a isso, o considerável declínio de poder dos Estados Unidos nos últimos anos, fator evidenciado pelos sucessivos erros estratégicos (como os conflitos recorrentes no Oriente Médio), por problemáticas econômicas e pelo agravamento de dificuldades políticas internas. Por isso, o momento atual apresenta-se como extremamente favorável a uma postura ofensiva por parte do governo chinês. E, nesse cenário propício, a China começou a pôr em prática uma estratégia multifacetada na política internacional com vistas a seu rejuvenescimento civilizacional, por meio da maximização de seu poder e da ampliação de sua influência em seu entorno, caracterizando-se como um país em busca da hegemonia regional (MEARSHEIMER, 2001).

É importante ressaltar, nesse sentido, que a ideia de Mearsheimer (2001) de estratégia ofensiva e maximização de poder não remete, diretamente, ao uso de força ou a agressão. Considerada muitas vezes como uma faceta mal interpretada de sua obra, essa questão é de extrema relevância para o desenvolvimento do raciocínio teórico e diz respeito essencialmente a

¹ Referência a práticas adotadas pela Dinastia Han para lidar com seus opositores regionais (KISSINGER, 2011).

necessidade de aumento e diversificação de instrumentos de projeção de poder. O expansionismo territorial e uma busca assertiva por acesso a novos mercados e recursos podem também ser citados como posturas ofensivas, porém sem nenhuma conotação de violência (MEARSHEIMER, 2001).

A partir da apreciação de tais argumentos, conclui-se que a inserção internacional da China, especialmente sob Xi Jinping (faceta que será explicada mais à frente), vem sendo desenvolvida cada vez mais assertivamente, a partir de estratégias complexas e compreensivas em sua agenda de política externa, com vistas a obtenção da condição de hegêmona regional. Avalia-se, em última análise, que tal questão é extremamente relevante para as Relações Internacionais contemporâneas, trazendo consequências potenciais impactantes para o ordenamento e a hierarquia do Sistema Internacional.

3 O ENTORNO REGIONAL CHINÊS E SUAS IMPLICAÇÕES ESTRATÉGICAS

De forma a compreender de maneira compreensiva as ambições e estratégias da China, é importante retroceder na vasta história do país para entender de onde derivam tais pretensões e quais os métodos tradicionais de atuação utilizados por Beijing para obter seus objetivos estratégicos. Dessa forma, cria-se um cenário ideal para observação e entendimento acerca da vontade política da China, que, somado a uma contextualização aprofundada sobre as principais interações no seu entorno regional contemporâneo (com ênfase no âmbito geopolítico), permite condições ideais para uma análise satisfatória acerca da trajetória e dos prognósticos da inserção internacional da China sob Xi Jinping.

Ressalva especial deve ser dada ao fato de que a reação da China aos anos de humilhação e subordinação internacional, com a fundação do Partido Comunista Chinês e a instauração de diversas reformas, veio na direção de um cenário de retomada. Nada de pensamento revanchista ou vingativo. Pelo contrário. Os caminhos que a China traça atualmente derivam diretamente de um pensamento histórico de rejuvenescimento cultural. Ou seja, uma reorganização política e social no sentido do renascimento de uma civilização imponente e autoconfiante (JACQUES, 2009). Vale ressaltar, ainda, que parte importante no sucesso de tal iniciativa foi o reconhecimento por parte da população chinesa das necessidades de mudança, o que permitiu ao governo maior capacidade de angariar coesão social e unidade e acelerou o processo de reconstrução e modernização nacional (KISSINGER, 2011).

3.1 A SINGULARIDADE DA CHINA

A reorganização política e social e a rápida ascensão internacional da China derivam diretamente de uma estratégia estatal baseada na dialética entre desenvolvimento interno e projeção internacional. As bases de poder que assentam a projeção e a influência de Beijing no Sistema Internacional contemporâneo são fundamentadas no pensamento histórico de reorganização cultural e seu entendimento implica na análise e compreensão das grandes mudanças ocorridas no país (KISSINGER, 2011).

Em primeiro lugar, destaca-se a reconstrução nacional. A partir das Guerras do Ópio (1839-42 e 1856-58) e da imposição dos Tratados desiguais (Nanquim, em 1842, e Tianjin, em

1858), em nome da igualdade diplomática, a Grã-Bretanha garantiu as bases para a dominação ocidental da Ásia. Tal estratégia, balizada em conceitos *westphalianos* mas na prática difundida por meio de coerção, não consentimento, garantiu o comando da economia da região Ásia-Pacífico e relegou a China a uma condição subordinada nas dinâmicas internacionais. Como consequências de tal movimento destacam-se também a futura pilhagem por potências imperialistas e a profunda, duradoura e sangrenta desorganização interna da China. Do chamado “século de humilhações” da história chinesa, destacam-se também períodos problemáticos como a Rebelião Taiping (1850-64), a Rebelião dos Boxers (1900) e a Proclamação da República (1911) (PAUTASSO, 2006; KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012).

A profunda instabilidade que o contato com as potências ocidentais trouxe para a China estendeu-se por mais de um século, em um ciclo de violência e crise que culminou em uma guerra civil que se estendeu por mais de 22 anos. Nesse período houve, ainda, a invasão japonesa (1937), caracterizada como um dos episódios mais sangrentos da Segunda Guerra Mundial. Vale destacar, nesse sentido, que tal movimento foi possibilitado somente devido a diferença que o contato com o Ocidente trouxe para os dois países. Enquanto na China o contato com as potências ocidentais acarretou desagregação e crise, no Japão tal contato produziu modernização e desenvolvimento (PAUTASSO, 2006; KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012).

Utilizando do sentimento popular contrário ao imperialismo japonês como válvula propulsora e angariando poder de atração sobre as mais diversas camadas de resistência nacional (desde a burguesia, passando pela comunidade intelectual e, principalmente, pelos camponeses), o governo chinês começava a reunir os recursos de poder necessários para alavancar um projeto de reestruturação interna. Por meio de uma estratégia de caráter moderno, nacional e social, tendo variadas forças insurrecionais e uma liderança firme e simbólica, o PCC inicia os movimentos de resistência com grandes ambições (KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012).

Liderada por Mao Tsé-Tung, a Revolução vence em 1949, tendo como principais bandeiras o anticolonialismo e o antifeudalismo. De acordo com o raciocínio revolucionário, o atraso semifeudal no País permitiu a interferência externa e agravou o subdesenvolvimento, por isso deveria ser combatido fortemente. Em complementaridade, o imperialismo ocidental diluía a independência nacional e enfraquecia as bases de poder, o que acarretava um cenário de subordinação internacional. A vinculação entre a emancipação nacional e a emancipação social

produziu um tipo único de socialismo, focado na ideia de reconstrução nacional (PAUTASSO, 2006; KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012).

Buscando se reestruturar internamente ao mesmo tempo em que percebia sua região como uma das principais arenas estratégicas no âmbito da Guerra Fria, a China entendeu que manter a política de não alinhamento seria contra produtivo para aquele momento. No período em questão, os EUA dominavam as interações na região Ásia-Pacífico e, devido a mudança política na China, definiram o Japão como base regional de poder e instituíram um sistema que excluía Beijing dos principais intercâmbios econômicos e comerciais. Analisando a situação e entendendo que suas necessidades imediatas não seriam alcançadas sem apoio, a China se move em direção à URSS (KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012).

Em dezembro de 1949, Mao faz sua primeira viagem internacional como Presidente, negociando os acordos de cooperação que fundamentariam uma aliança breve, porém muito importante para as pretensões de Beijing. Assinado em fevereiro de 1950, o Tratado Sino-Soviético de Amizade, Aliança e Assistência Mútua representava não só uma ferramenta de cooperação que auxiliaria o País no processo de reformas e reconstrução de sua economia, mas um movimento estratégico no contexto da Guerra Fria (KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012).

No âmbito econômico, o plano de cooperação foi eficiente e produtivo. Os primeiros Planos Quinquenais (1952-57 e 1957-62) evidenciavam a assistência tecnológica e os investimentos pesados da URSS na China. Reforçaram as condições para a formação de uma sociedade moderna, o desenvolvimento da indústria de base (por meio de transferência de tecnologia) e a solução do problema camponês (a partir da coletivização da agricultura). De acordo com Roberts (2012, p. 364-365), foram aprovados 281 projetos industriais, especialmente nos ramos siderúrgico, energético e de bens de capital (KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012).

No âmbito político-estratégico, entretanto, a aliança não teve os resultados esperados. Balizado no entendimento de que em algum momento a China entraria em confronto com os EUA, a cúpula do PCC viu na aproximação com a URSS uma janela de oportunidade para balancear e dissuadir a ameaça estadunidense. De acordo com Chen (1996), Zhou Enlai teorizou que o confronto sino-americano poderia ocorrer em três frentes: Indochina (Vietnã), Coreia ou Taiwan. Tal afirmação veio a se concretizar e os principais embates entre China e Estados Unidos se deram essencialmente nessas regiões, com a Guerra da Coreia e as crises no Estreito de

Taiwan. Em ambos os casos, a China teve de lidar com ameaças nucleares dos EUA e recebeu um tímido apoio da URSS (KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012).

Com a ascensão de Nikita Khrushchev ao poder na URSS, que deu início ao processo de “desestalinização” e assentou a política de coexistência pacífica com os EUA e o mundo capitalista, a aliança sino-soviética entrava em declínio. Nesse cenário, ocorre o 20º Congresso do Partido Comunista da URSS (1956), onde se iniciou o processo de desagregação do projeto de cooperação (KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012).

Para o governo chinês, duas razões motivaram o movimento em favor da ruptura: em primeiro lugar, Mao e sua cúpula temiam a influência do revisionismo soviético na questão da legitimidade do PCC e da própria figura do líder incontestado; e, em segundo lugar, o governo chinês entendia que uma aliança subordinada não era o caminho ideal para assegurar a reestruturação e a estabilidade da China. Devido a discordâncias mútuas e um cenário de confiança abalado, ocorre a ruptura sino-soviética, questão que seria de suma importância para os desdobramentos da Guerra Fria e do futuro tanto da China, como da URSS e também dos EUA (KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012; SILVA, 2015).

Após a ruptura com a URSS, a China se moveu em direção a uma política externa mais assertiva e revolucionária, em um movimento direcionado a Ásia e a África, de acordo com a Teoria dos Três Mundos². Mesmo sendo um país essencialmente subdesenvolvido, com muitos problemas internos e visado em um cenário internacional desfavorável, Beijing buscava se tornar um líder regional e iniciou interações em conjunto visando um alinhamento estratégico. Tal entendimento, baseado em conceitos e ideias comuns a países do chamado “Terceiro Mundo”, como a luta anti-imperialista e movimentos de libertação nacional, seria evidenciado na Conferência de Bandung, por exemplo. Realizado na Indonésia, em 1955, o encontro é considerado o primeiro movimento em direção ao estabelecimento de um *lobby* terceiro-mundista na política internacional, e contou com uma diplomacia chinesa muito atuante e representativa, procurando vias comuns com os países participantes (Estados africanos e asiáticos) e focando na cooperação e nos ganhos mútuos (KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012; SILVA, 2015; PEREIRA; MEDEIROS, 2015).

² Tal teoria diz respeito ao pensamento estratégico de Mao, que dividiu o mundo em três âmbitos diferentes, no contexto da Guerra Fria. "In my view, the United States and the Soviet Union belong to the first world. The in-between Japan, Europe and Canada belong to the second world. The third world is very populous. Except Japan, Asia belongs to the third world. So does the whole of Africa and Latin America" (TSE-THUNG, 1974).

Tal cenário levou o país a adotar uma estratégia de busca por autossuficiência perante o ambiente internacional. Posteriormente, tal movimento acarretou um período de grande turbulência interna no País, motivado por uma série de políticas e estratégias que acabaram tendo efeitos catastróficos, em especial o Grande Salto Adiante (KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012).

Apresentado em um Congresso do PCC em Beidaihe³ como o Segundo Plano Quinquenal, o Grande Salto Adiante tinha como elemento central a mobilização de grandes contingentes de mão de obra do setor agrícola para o setor industrial, criando comunas industriais rurais, com o objetivo de aumentar exponencialmente a produção nacional de ferro e aço. O fator industrial, nesse contexto, representava mais do que uma simples faceta da política econômica a ser desenvolvida na China. Para além disso, refletia um significativo indicativo de soberania e capacidade de projeção de poder (KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012; SILVA, 2015).

Vale ressaltar, ainda, que tal planejamento visava garantir também um cenário de mais segurança e menos vulnerabilidade estratégica para as indústrias chinesas, a partir da descentralização da produção. No aspecto geral, o Plano refletia a ideia do governo de que a China poderia tomar um curso autônomo na política internacional, ao mesmo tempo em que se distanciava da URSS e buscava respostas à ameaça norte-americana. Contudo, a estratégia acabou sendo um grande fracasso, ocasionando resultados econômicos desastrosos e o agravamento da instabilidade interna. Segundo Silva (p. 35), estima-se que o total de mortes (por inanição, majoritariamente) decorrentes da implementação do Plano tenha sido entre 16 e 27 milhões (KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012; SILVA, 2015).

A partir do Grande Salto Adiante e das disputas territoriais com a Índia em relação ao Tibet em 1959, a RPC alterou sua retórica e pensamento em relação a seu modo de liderança. Em 1963, o anti-imperialismo e o suporte a movimentos de independência e liberação nacional caracterizavam-se como o centro focal da diplomacia chinesa. Beijing portava-se, nesse período, como um ativista por revoluções e exportador de sua ideologia, em detrimento tanto dos EUA como da URSS. Como exemplo desse movimento de embate contrário a ambas as frentes, pode-se citar a posição crítica que o discurso oficial do governo chinês tomou em relação ao conceito de “Não-alinhamento”, defendido pela Índia, por exemplo, no âmbito da Guerra Fria.

³ Pequena cidade litorânea no leste da China, na costa do Mar de Bohai, onde historicamente acontecem reuniões políticas e importantes conferências oficiais (conhecida como o retiro de verão do PCC).

Tal questão balizava-se sob a lógica que os países em desenvolvimento deveriam adotar um posicionamento estratégico pragmático frente ao embate ideológico das duas superpotências rivais, de modo a formar uma unidade que se delineasse como um eixo opcional de engajamento, em oposição tanto ao lado dos EUA quanto da URSS (BEST *et al.*, 2008; KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012).

Contudo, dois fatores influenciaram diretamente para que a RPC não tivesse sucesso na tentativa de influenciar diretamente a ordem internacional. Em primeiro lugar, destaca-se que a China tinha muito pouco a oferecer para seus aliados além da retórica. Não tinha meios de garantir grande assistência econômica ou equipamento militar avançado. Além disso, não conseguiria concretizar um bloco unificado sob sua influência pois não teria capacidade de fornecer ajuda aos aliados caso fossem desafiados por questões internas ou externas pois não possuía meios de projetar seu poder. Como exemplo, pode-se citar a situação entre China-EUA-URSS no contexto de início dos conflitos no Vietnã. Mesmo sendo um dos principais apoiadores estrangeiros do partido comunista vietnamita, Beijing não conseguiu ter sucesso estratégico no apoio militar para o País. Devido aos crescentes ataques aéreos dos EUA no seu território, o Vietnã rapidamente se direcionou diplomaticamente para uma aproximação com a URSS, pois o bloco soviético tinha as capacidades necessárias para suprir Hanói de equipamentos antiaéreos defensivos para sua proteção (BEST *et al.*, 2008; KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012).

O segundo fator que levou a derrocada da diplomacia revolucionária da China foi sua própria instabilidade. Questões internas levaram Mao, com o apoio de uma ala do exército (liderada por Lin Biao), do grupo ultra-esquerda chinês (*Gang of Four*) e do Premier Zhou Enlai, a induzir a população chinesa a se revolucionar contra o próprio partido (BEST *et al.*, 2008; KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012).

A partir de tal pano de fundo deu-se a Revolução Cultural, movimento iniciado em 1966 com o objetivo de reorganizar as forças internas no País. Nas entrelinhas, destacava-se o cenário de temor por parte de Mao de perder espaço na cúpula política chinesa frente à influência dos revisionistas no partido, que tinham uma agenda própria, tendo como exemplo a experiência soviética. De acordo com Mao, devido a essas influências o PCC estava corrompido e lograva um período de letargia, com perda de ímpeto político e com pouca aprovação popular. O cenário significava um grande regresso nas pretensões chinesas e, devido a isso, seria necessário agir. A

partir disso, Mao dá início ao movimento político, que se estendeu por mais de 10 anos (KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012).

A Revolução Cultural marcou o retorno de Mao a uma posição central de poder no ambiente político da China e contou com o apoio de diversos setores da sociedade, com a juventude urbana tendo papel central (*Red Guards*). Durante tal período, vários oficiais de alta classe foram expulsos veementemente do PCC, mais notavelmente Liu Shaoqi e Deng Xiaoping. Vale ressaltar, ainda, que nesse contexto o culto à personalidade de Mao cresceu a proporções imensas (KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012).

Em última análise, entretanto, destaca-se que a Revolução Cultural foi uma política tão conturbada como o Grande Salto Adiante. A radicalização política decorrente do movimento desorganizou a economia do país e desacelerou ainda mais seu crescimento. Além disso, no âmbito interno, a Revolução acabou por intensificar ainda mais a crise e a desorganização. Milhões de pessoas foram perseguidas durante as violentas lutas que se seguiram em todo o país e sofreram uma grande variedade de abusos, incluindo humilhação pública, prisão arbitrária, tortura, trabalho escravo, e, às vezes, execução (KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012).

Devido a tais questões, entendendo que os problemas internos traziam mais perigo para a integridade e segurança da China do que os externos, o país deixou suas relações internacionais em segundo plano e buscou se fechar para o mundo. Embaixadores foram chamados de volta a Beijing para reeducação e as relações diplomáticas foram deixadas “suspensas” (KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012).

A URSS não aprovava as recentes medidas tomadas na China, e via o país como instável, imprevisível e perigoso. Em razão disso, decidiu tomar medidas mais assertivas, como a intensa militarização da fronteira Sino-Soviética, por exemplo. Devido a tal cenário, Mao entendeu que o isolamento internacional da China estava ameaçando sua segurança e que seria necessário dissuadir a Rússia a partir de um alinhamento estratégico com os EUA. Ironicamente, por causar uma piora nas relações Sino-Soviéticas, a Revolução Cultural acabou encorajando Mao a diminuir sua luta contra o imperialismo ocidental (PAUTASSO, 2006; KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012).

Nas palavras de Diego Pautasso,

É nesse contexto que a China realiza uma inserção geopolítica de grande envergadura, pela aproximação estratégica com os EUA. E foi essa inserção que possibilitou a

reorientação das políticas de desenvolvimento, a partir das reformas pelas Quatro Modernizações de Deng Xiaoping (PAUTASSO, 2006, p. 10).

O desejo de Mao de criar relações com os EUA era recíproco para a nova administração de Washington. Nixon acabara de ser eleito e era um grande admirador das potencialidades chinesas. Além disso, tinha duas grandes razões para buscar um alinhamento com a China, essencialmente no âmbito político-estratégico (levando em consideração o cenário de disputa bipolar por poder da Guerra Fria). Primeiro, pois boas relações com a China poderiam reduzir as tensões na Ásia de modo a permitir uma saída americana do Vietnã de forma mais tranquila e menos custosa. E segundo, pois um alinhamento Sino-americano poderia ser usado para colocar pressão diplomática na URSS (PAUTASSO, 2006, KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012).

Percebe-se, nesse sentido, que a estratégia empregada pelos EUA para conter a URSS no âmbito da Guerra Fria a partir da sua relação com a China remete diretamente a um conceito difundido por Mearsheimer (2001) e explicado na abordagem teórica do trabalho. Com certa vantagem estratégica por não ter seu território entre os disputados na arena de operações, os EUA se posicionaram como balanceadores externos. Estabelecendo uma agenda comum com Beijing, Washington criava um cenário desfavorável para uma postura ofensiva da URSS na região, manipulando assim a balança de poder da Guerra Fria em seu favor (MEARSHEIMER, 2001; KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012).

O avanço nas negociações pelo alinhamento, contudo, só veio em 1971, quando Henry Kissinger, então conselheiro de segurança nacional de Nixon, viajou secretamente para Beijing para um encontro com Zhou Enlai. Depois, em fevereiro de 1972, Nixon visitou a China para reuniões com Zhou e Mao. Apesar da aproximação diplomática, o processo de abertura sino-americana foi lento e gradual. Ambos os países não buscavam renunciar a sua independência diplomática e entendiam que deveriam normalizar as relações mesmo discordando em questões fundamentais, como as posições acerca de Taiwan, por exemplo. Como parte do processo, os dois países “concordaram em discordar” (*agree to disagree*) em relação ao seu posicionamento acerca da questão taiwanesa, pois enquanto Beijing classificava a ilha como uma província renegada, os EUA ainda reconheciam a República da China (nome oficial de Taiwan), como o herdeiro legítimo do governo do País (BEST *et al.*, 2008; KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012).

A abertura Chinesa trouxe reflexos imediatos, influenciando diretamente no processo de restauração de laços diplomáticos, tirando Beijing de uma posição isolada no cenário global. Em

1971, por exemplo, a ONU votou a favor de que a República Popular da China (nome oficial da China continental) tomasse o controle do assento permanente do País no Conselho de Segurança, em um movimento diplomático de grande relevância para a alocação de forças no sistema internacional (sendo o segundo país de cunho ideológico socialista com poder de veto no CSONU). Em 1972, o novo primeiro-ministro do Japão seguiu o exemplo de Nixon e visitou à China. Com o tempo, tal prática tornou-se uma tendência internacional. No início de 1976, Zhou morreu e, em 9 de setembro, Mao também acabou falecendo, marcando o fim de uma era na história chinesa (BEST *et al.*, 2008; KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012).

Em segundo lugar, destaca-se a projeção internacional. Condicionado pela ideia de que o ponto focal das estratégias chinesas deveria ser o desenvolvimento interno, o governo chinês inicia movimentos em busca de superar o cenário de isolamento internacional e de insegurança nacional. A primeira faceta é desenvolvida efetivamente a partir da aliança com os EUA. A segunda, entretanto, demandou mais tempo e um relevante redirecionamento das políticas e ideias basilares dentro da cúpula do partido (KISSINGER, 2011).

Após intensos e seguidos embates políticos, na 13ª Seção Plenária do Comitê Central do Partido Comunista Chinês, em dezembro de 1978, ressurgiu a figura de Deng Xiaoping. Tendo consciência de que as estratégias baseadas na coletivização forçada não haviam logrado resultados em termos de reafirmação do poderio chinês, a nova liderança do PCC propunha um modelo diferente de desenvolvimento para a China. Alterando a dialética partidária, da luta de classes para a busca por modernização, a partir da junção do Estado revolucionário com o Estado desenvolvimentista (CASTELLS, 1999), Xiaoping viabilizava a construção das estruturas internas que fariam a diferença para as reformas posteriores. A partir de tal conjuntura, inicia-se o grande processo chinês de reestruturação desenvolvimentista e projeção internacional, baseado nas políticas de abertura e modernização do Estado e de defesa contra as ameaças à soberania do regime, iniciando a construção do chamado “socialismo com as características chinesas”⁴. Tal perspectiva trazia ao Estado a necessidade de efetuar estratégias e planejamentos de longo prazo,

⁴ Também chamado de socialismo de mercado chinês, designa um sistema estatal-socialista, onde o Estado detém o controle dos setores-chave para o desenvolvimento e controle do país (poder político, setor financeiro, política macroeconômica e os setores estratégicos da economia, como energia, ciência e comunicações), ao passo que o mercado cumpre funções centrais na alocação de recursos privados. Em linhas gerais, o Estado instrumentaliza os ganhos acumulados pelo mercado com o planejamento nacional afim de angariar desenvolvimento (PAUTASSO, 2011).

sendo o vetor das dinâmicas de desenvolvimento, com a abertura para o âmbito internacional sendo um ponto focal, pois, segundo Deng Xiaoping, as últimas três décadas de experiência haviam demonstrado que seria impossível o país se desenvolver com as portas fechadas ao mundo (PAUTASSO, 2006; KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012).

A primeira estratégia desenvolvida pelo governo de Xiaoping ficou conhecida como a política das Quatro Modernizações (agricultura, indústria, ciência e tecnologia e forças armadas), inspirada no projeto de Zhou En-lai. Tal estratégia seria a base para as políticas posteriores na busca pelo salto desenvolvimentista, pela abertura econômica e pela retomada da estabilidade interna e teria como principal ferramenta o desenvolvimento e a implementação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). Implantadas em 1980, as ZEEs funcionavam como um mecanismo do Estado chinês para angariar investimentos e modernização. As interações se davam essencialmente por meio da captação de Investimentos Externos Diretos (IEDs), a partir de *joint ventures* entre empresas estatais chinesas e empresas estrangeiras, gerando benefícios mútuos e mudando a perspectiva de desenvolvimento das regiões afetadas (antes marginalizadas, foram inseridas de forma dinâmica e competitiva aos processos e fluxos da economia política internacional). Vale ressaltar, nesse sentido, que a estratégia de financiamento do desenvolvimentismo chinês, apesar de levar como base as Zonas de Processamento de Exportações sul-coreanas, foram viabilizadas por mecanismos próprios e sob a ideia de cooperação, não coerção (movimento comum ao analisarmos o comportamento das potências imperialistas, vide pilhagem da periferia como forma de financiamento nacional, por exemplo) (PAUTASSO, 2006; KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012).

Nas palavras de Diego Pautasso,

Na política das Quatro Modernizações, a primeira medida estava ligada aos camponeses e visava recompor a base social do PCC, evitando futuras fissuras no pacto de poder que produziu a revolução, bem como da produção agrícola para as cidades – um enorme desafio de alimentar mais de 20% da população mundial com cerca de 6% das terras agricultáveis do mundo. A segunda visava a modernizar a estrutura industrial, dotando-a de melhor gestão dos recursos (humanos e materiais), bem como de mais eficientes técnicas de produção. Isto se articulava à terceira medida, que estava vinculada ao incentivo à ciência e à tecnologia, e à quarta medida, que visava a prover as forças armadas de um razoável poder defensivo e dissuasório (PAUTASSO, 2006, p. 24).

Duas décadas após a implementação dos primeiros projetos de reestruturação econômica e dos passos iniciais no sentido de abertura para o sistema internacional, a China experimentava um

cenário de intensa modernização e crescimento econômico⁵. Desde o final dos anos 1970, o país se integrava aos fluxos internacionais de comércio e investimentos, gerando transformações internas e efetivamente influenciando na ordem econômica internacional e na divisão internacional do trabalho. Devido ao sucesso de tais políticas, iniciadas por Deng Xiaoping, a China conseguiu, no contexto da crise econômica asiática de 1997, criar as condições objetivas para a próxima etapa de seu desenvolvimento, a formação de uma economia continental plenamente sintonizada com a 3ª Revolução Industrial (PAUTASSO, 2006; KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012).

Nesse sentido, o governo chinês orienta sua política econômica primeiramente para a criação de um mercado interno com condições de proteger o País no caso de instabilidades econômicas externas. Tal plano se desenvolveu por meio de grandes investimentos no sentido de utilizar a capacidade produtiva instalada (setor ocioso) para promover o setor de infraestrutura (setor estrangulado), a partir de um sistema financeiro estatal capaz de fornecer capital a juros baixíssimos. Como consequências dessa política podem-se ressaltar, além do crescimento econômico visível, a possibilidade de Beijing de resolver grandes problemas internos que minavam a integridade do partido e o projeto desenvolvimentista, tais como: a diminuição das desigualdades regionais, devido a investimentos nas áreas atrasadas no interior do país; a estabilização de regiões disputadas (Tibet e Xinjiang) (Figura 1), inclusive com a realocação de grandes contingentes populacionais da etnia Han, de forma a concretizar o controle ideológico e identitário (Figura 2 e Figura 3); e, principalmente, a formação de uma economia nacional robusta e competitiva (Figura 4), a partir de grandes investimentos principalmente em infraestrutura (como a construção das Usinas Hidrelétricas de Três Gargantas e Ertan, a ferrovia ligando o Tibet a Qinghai e o gasoduto Oeste-Leste, ligando Xinjiang a Xangai, por exemplo) (PAUTASSO, 2006; KISSINGER, 2011).

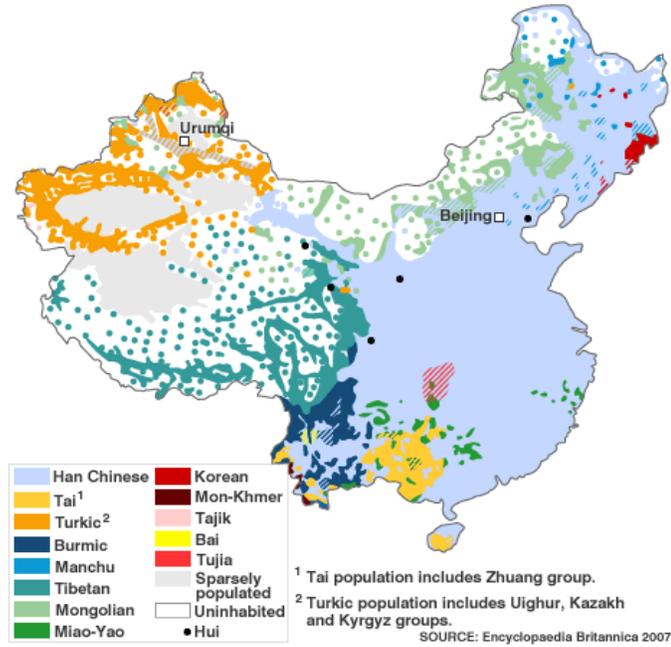
⁵ Vale citar, como exemplo, a história da cidade de Shenzhen, universalmente aceita como um dos maiores sucessos de uma política capitalista. Designada como a quarta localização de implementação de uma ZEE, Shenzhen era, antes da estratégia de Deng Xiaoping se consolidar, uma pacata cidade de 30 mil habitantes cuja economia era baseada na pesca. Nos anos que seguiram a implantação da política, por meio de incentivos fiscais e investimentos estrangeiros, a cidade expandiu em um ritmo alarmante, percebendo um aumento de 24.569% no seu PIB per capita de 1978 a 2014, e atingindo a marca populacional de 12 milhões em 2016 (HOLMES, 2017).

Figura 1 - Regiões administrativas (autônomas) disputadas



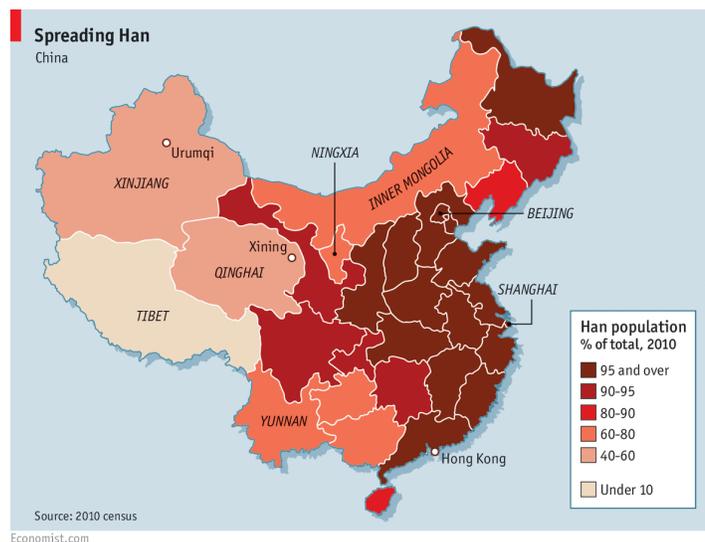
Fonte: Berglee (2012)

Figura 2 – Grupos etnolinguísticos chineses



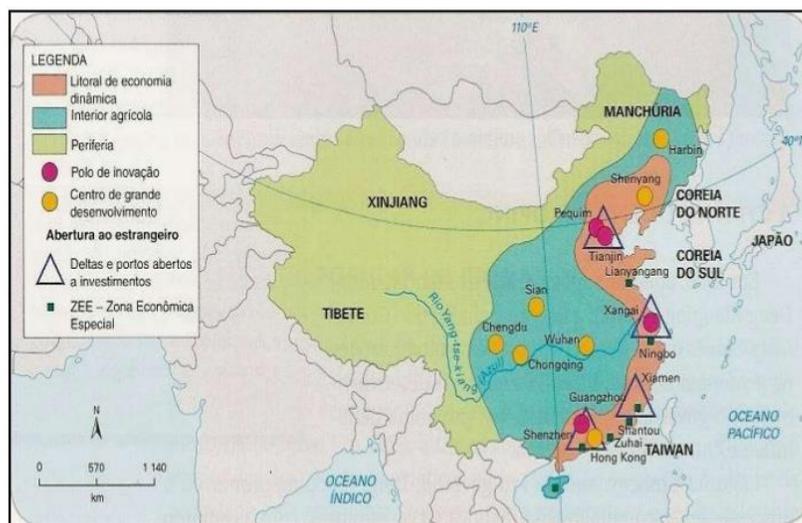
Fonte: BBC News (2015)

Figura 3 – Dispersão do contingente populacional da etnia Han através do País



Fonte: THE UPPER HAN (2016)

Figura 4 – Abertura econômica da China (facetas e regionalização)



Fonte: Ísola e Caldini (2005)

É imperativo ressaltar, em conclusão, que tal trajetória de crescimento e desenvolvimento nacional teve enorme sucesso e representou um aspecto essencial para a consolidação dos aspectos políticos, econômicos, diplomáticos e culturais que balizaram a inserção da China no Sistema Internacional contemporâneo. Seguindo uma lógica de desenvolvimento conduzido pelo Estado e a partir de um planejamento de longo prazo, formou-se a base do que é a grande

singularidade da China: sua incrível capacidade de desenvolvimento. Como exemplo de tal questão, vale ressaltar três aspectos: o incrível crescimento econômico do país (Tabela 1); a melhoria no padrão de vida da população (Tabela 2); e o nível de incidência de pobreza na parte rural do país (Gráfico 1).

Tabela 1 - Crescimento econômico da China

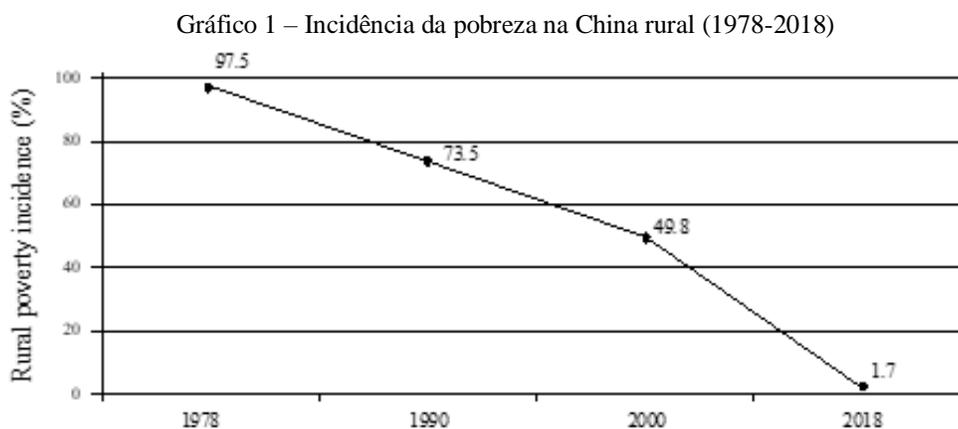
Category	1952	2018	Growth
GDP	RMB67.9 billion	RMB90 trillion	174 times
Fiscal revenue	RMB6.2 billion (in 1950)	RMB18.33 trillion	12.5% annually on average
Industrial added value	RMB12 billion	RMB30.5 trillion	970 times
Per capita GDP	RMB119	RMB64,644	70 times
Final consumption rate	78.9%	54.3%	--
Non-financial FDI	US\$920 million (in 1983)	US\$135 billion	146 times
Trade in goods	US\$1.9 billion	US\$4.6 trillion	2,380 times

Fonte: PRC STATE COUNCIL, 2019a

Tabela 2 – Melhoria no padrão de vida da população chinesa

Index	Year	Early years after the founding of PRC	1980	2018
Proportion of rural population living under the current poverty line		Extreme poverty	96.2%	1.7%
Per capita disposable income		RMB98 (in 1956)	RMB171 (in 1978)	RMB28,228
Life expectancy		35	65	77
Infant mortality rate		200‰	48‰	6.1‰
Preschool enrollment rate		20%	95.5% (in 1978)	Completion rate of nine-year compulsory education: 94.2%
Average years of schooling for people aged 15 and above		80% illiterate	5.3	9.6
Gross enrollment rate for higher education		0.22%	2.22%	48.1%

Fonte: PRC STATE COUNCIL, 2019a



Fonte: PRC STATE COUNCIL, 2019a

3.2 PANORAMA GEOPOLÍTICO REGIONAL

Após a consolidação de seu projeto de reestruturação nacional, com a formação de uma economia continental que reduziu as vulnerabilidades do país e aumentou seu peso no cenário internacional, a China buscou dar mais um passo em direção ao seu rejuvenescimento como grande civilização. Tal questão refere-se a ser o catalisador das dinâmicas para o

desenvolvimento regional, isto é, assumir efetivamente a posição de Estado-pivô em seu entorno estratégico.

Impulsionada por um crescimento econômico sem precedentes na história do Sistema Internacional, a China solidificou uma posição de grande potência e, a partir de uma ambição estatal de projeção regional, buscou solidificar sua posição como um Ator Geoestratégico Ativo (AGA). Tal conceito diz respeito aos Estados que possuem capacidade (somando todas as facetas do poder nacional – população, território, economia, exército, etc.) e o desejo nacional de exercerem influência no cenário internacional a fim de alterar o status quo geopolítico (BRZEZINSKI, 1997). Na balança de poder asiática, somente a Rússia lograva de tal status, e a partir do momento em que a China alcançou tal patamar, começou a ser vista como um competidor estratégico pela potência hegemônica ocidental, os EUA (BRZEZINSKI, 1997; KANG, 2007; TOMÉ, 2010).

Nas palavras de Diego Pautasso,

A China é o único poder continental euroasiático em contato com o nordeste, sul e centro da Ásia, além da Rússia, conferindo-lhe a condição de maior jogador geoestratégico capaz de interferir nos interesses regionais e globais dos EUA, São, além disso, 1,3 bilhões de habitantes, com mais de 9,5 milhões de km² (terceiro maior território do mundo) em contato fronteiro com 22 países. Um país, pois, com características de potência continental e marítima ao mesmo tempo (PAUTASSO, 2006, p. 60).

Em conformidade com os conceitos de Mearsheimer (2001), avalia-se que a balança de poder da Ásia (Figura 5) configura-se como de multipolaridade desequilibrada. Além dos dois AGAs (China e Rússia), que despontam como hegêmonas potenciais, a balança de poder regional da Ásia possui alguns Pivôs Geopolíticos (PGs) e outros países de relevância para as dinâmicas da ordem regional. Estados como Índia e Japão, por exemplo, podem ser considerados PGs, pois não possuem pretensões sistêmicas, mas são extremamente importantes para as dinâmicas regionais, devido a sua localização, influência e as consequências que suas vulnerabilidades potenciais podem causar aos AGAs (Estados suscetíveis a servir de apoio estratégico para movimentos de balanceamento regional pelos EUA, como *buck-passing*, por exemplo). Além disso, a presença de países como o Irã e a Turquia, por exemplo, de peso estratégico relevante, e todas as questões envolvendo a península coreana (compreendendo a Coreia do Sul e a Coreia do Norte) tornam a balança de poder asiática complexa e de difícil manipulação. A presença direta e

igualdade informal; no sistema europeu se reconhece uma igualdade formal entre os países e uma hierarquia informal que expõe na prática poderes desproporcionais (KANG, 2003⁶ *apud* PAUTASSO, 2011, p. 9).

De modo a concretizar sua posição de liderança no espectro regional, em meio a um cenário de desconfianças e desafios, a China utilizou de uma estratégia multidimensional de projeção de poder. Primeiramente, como já explicado, Beijing focou em consolidar sua integridade e estabilidade nacional, para depois se mover no sentido de regionalizar sua influência. Analisando as estratégias de manipulação da balança de poder asiática utilizadas pela China em seu entorno regional, destacam-se três facetas: a dialética oficial, as alianças regionais e a aproximação sino-russa.

Em primeiro lugar, destaca-se a dialética como meio de convencimento e aprofundamento do *Soft Power* chinês. Ao balizar sua inserção regional em um discurso de cooperação e ganhos mútuos, Beijing angariou parcerias importantes e sobrepôs situações conflituosas por meio de um posicionamento estratégico pragmático e de pouco enfrentamento. Idealizada academicamente por Zheng Bijian, um conselheiro de longa data do governo (tendo se afiliado ao Partido Comunista da China em 1952), a doutrina do *Peaceful Rise*⁷, somada aos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica⁸ e a visão multipolar e multilateral do sistema internacional, formaram durante muitos anos a base do discurso da diplomacia chinesa e possuíram grande relevância para a estabilização da balança regional e sua posterior manipulação em favor de Beijing (ZHENG, 2005; KISSINGER, 2011; VAZ-PINTO, 2014; YANG, 2015).

Em segundo lugar, destaca-se o estabelecimento de coalizões regionais. Tendo como objetivo estratégico se consolidar como o Estado-pivô de seu entorno regional, avaliando que tal posição era condição necessária para sua projeção global, a China entendeu que era necessário um esforço diplomático no sentido de reconfigurar suas relações com diversos países asiáticos.

⁶ KANG, David. Hierarchy and stability in Asian international relations. In: IKENBERRY, John; MASTANDUNO, Michael. *International Relations Theory and the Asia-Pacific*. New York: Columbia, 2003, pp. 163-189.

⁷ Doutrina do “Peaceful Rise”: Tal conceito diz respeito a ideia de que a China não busca hegemonia ou proeminência no cenário global. Pelo contrário, a estratégia traz o entendimento de que o desenvolvimento chinês depende diretamente de uma nova ordem internacional, refletida em novas bases político-econômicas, na ideia de democratização das relações internacionais e em um cenário de paz e estabilidade (KISSINGER, 2011).

⁸ Desenvolvidos sob a liderança de Zhou Enlai, tais princípios têm mais de 50 anos e representam os ideais da diplomacia chinesa a partir da formação da República Popular da China. São eles: respeito mútuo à soberania e integridade nacional; não agressão; não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro; igualdade e benefícios recíprocos; e coexistência pacífica entre estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes (KISSINGER, 2011).

Alterando o padrão de relacionamento com a maioria de seus vizinhos (de inimizade em consequência dos anos de humilhação), a diplomacia chinesa progressivamente normalizou as relações conturbadas, ao passo que aproveitava o cenário de cooperação e estabilidade regional para iniciar os movimentos no sentido de projetar sua liderança. Como exemplo dessa estratégia pode-se citar a decisão da China de não desvalorizar sua moeda no contexto da crise asiática de 1997, pois tal decisão agravaria o cenário de instabilidade na região. Nessa situação, Beijing agiu de forma cooperativa e sua ação foi reconhecida como a de um líder regional (WANG, 2005; PAUTASSO, 2011; YANG, 2015; KEJIN; XIN, 2015).

Para além do âmbito individual, é necessário analisar as estratégias que derivam de interações coletivas. A formulação de alianças estratégicas é, nesse sentido, um movimento extremamente importante ao se buscar a projeção de seu poder para além de suas fronteiras. Uma faceta dessa estratégia é o estabelecimento de coalizões regionais, como o BRICS, por exemplo. O grupo, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, tem como objetivo lidar de forma conjunta com a agenda internacional, levando em consideração as posições de tais países no sistema internacional, suas estratégias e ambições e as problemáticas com as quais eles têm de lidar, formando uma parceria estratégica. Por mais que não seja uma coalizão formal perante o Sistema Internacional, com personalidade jurídica plena, a influência dos BRICS pode se tornar relevante no caso de maior desenvolvimento do ordenamento cooperativo. Um exemplo dessa possibilidade é a instrumentalização oficial dos mecanismos de fomento anteriormente planejados. O Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR), com capital inicial de US\$50 e US\$ 100 bilhões, respectivamente, constituem os pilares fundamentais para a estratégia de construção de um mecanismo alternativo de fomento para o âmbito internacional, em contrapartida ao ordenamento balizado na visão neoliberal do Consenso de Washington. Tal perspectiva, ainda incipiente, visa a consolidação de um mecanismo focado nas demandas e objetivos de países emergentes e em desenvolvimento, provendo, a esses, condições mais interessantes para seu crescimento (WANG, 2005; PAUTASSO, 2011; VISENTINI, 2013; LIU, 2014; YANG, 2015; KEJIN; XIN, 2015).

No âmbito regional, vale destacar, ainda, outras iniciativas multilaterais que contribuem para a regionalização da influência chinesa e da consolidação de uma posição cooperativa, como a ASEAN + 3 (Associação de Nações do Sudeste Asiático + China, Japão e Coreia do Sul) e a

APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico), por exemplo (WANG, 2005; PAUTASSO, 2011; YANG, 2015; KEJIN; XIN, 2015).

De forma a aprofundar melhor nessa temática, vale analisar a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) (Figura 6), um dos mais expressivos projetos de integração desenvolvidos pela China. Fundada em 2001, a coalizão regional euroasiática contava inicialmente com 6 estados-membros: China, Rússia, Cazaquistão, Uzbequistão, Tadjiquistão e Quirguistão (Fórum dos Cinco de Xangai + Uzbequistão). Atualmente, conta com 8 (Índia e Paquistão, a partir de junho de 2015, terminaram seus processos de adesão e se tornaram membros permanentes), além de 4 países observadores (Afeganistão, Belarus, Irã e Mongólia) e 6 parceiros de diálogo (Azerbaijão, Armênia, Camboja, Nepal, Turquia e Sri Lanka). Tendo como objetivos centrais o fortalecimento da segurança, a integração econômica e o desenvolvimento da cooperação regional, a estrutura multipolar tem o seu diferencial justamente na questão securitária. Ao delimitar como principal tema de pauta o combate a ameaças não-tradicionais (separatismo, terrorismo e fundamentalismo), em contrariedade ao padrão de integração focado no comércio, a OCX desponta logo de início como um processo de integração original e diferenciado. Outra faceta interessante difundida pela coalizão sob esse aspecto é a ideia de que o combate a tais ameaças não deve ser pautado pelo uso da força, mas sim pela estruturação regional e pelo desenvolvimento econômico (de forma dicotômica às estratégias utilizadas pela potência hegemônica, principalmente após 2001) (WANG, 2005; PAUTASSO, 2011; YANG, 2015; KEJIN; XIN, 2015; RIBEIRO, 2015).

Figura 6 - Organização para a Cooperação de Xangai (OCX)



Fonte: Chahal (2019)

Vale ressaltar, ainda, que para além de fortalecer a segurança e a cooperação econômica na região, a estrutura multipolar servia também como uma ferramenta estratégica para Beijing. A aproximação com Moscou no âmbito da Ásia Central (Figura 7) garante o controle sino-russo dos vetores geopolíticos e econômicos (localização estratégica e os recursos energéticos, respectivamente) (Figuras 9 e 10) da região ao mesmo tempo em que contém a projeção da OTAN para tal esfera de influência. Tal ação sinaliza, nesse sentido, um bloqueio geoestratégico ao balanceamento externo dos EUA de forma objetiva e assertiva, deslocando progressivamente as posições de poder da potência ocidental na região (Ásia Central como espaço de competição entre as potências no âmbito do Grande Jogo) (WANG, 2005; PAUTASSO, 2011; YANG, 2015; KEJIN; XIN, 2015; RIBEIRO, 2015).

Nas palavras de Diego Pautasso,

Para a diplomacia chinesa, a principal interessada na OCX, a integração regional cumpria inúmeros papéis, tais como: contribuir com a integridade territorial do Oeste chinês; impulsionar os fluxos de investimentos e de comércio; ampliar o fornecimento de recursos naturais, especialmente petróleo e gás natural; estabilizar a região apoiando países instáveis; e evitar a presença militar-estratégica dos EUA nas imediações do território da China (PAUTASSO, 2011, p. 6).

Em complementariedade, destaca Chung,

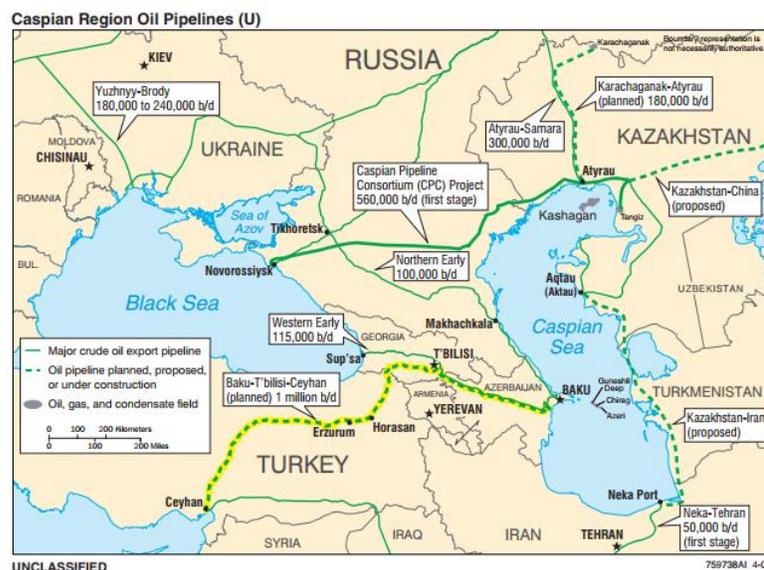
A redução, pois, da influência norte-americana decorre de três razões principais: geopolítica, visando a conter a expansão da OTAN para a Ásia Central; geoeconômica, visando a colocar sob controle sino-russo os recursos naturais da Ásia Central; geoestratégica, visando a garantir a estabilidade das fronteiras ocidentais da China, minimizando a penetração do terrorismo e do separatismo e reconstruindo a antiga Rota da Seda (CHUNG, H., 2004 *apud* PAUTASSO, 2006, p. 62).

Figura 7 - Ásia Central (político)



Fonte: ASIA MAPS - PERRY-CASTAÑEDA Map Collection ([2020])

Figura 8 – Ásia Central como corredor energético



Fonte: ASIA MAPS - PERRY-CASTAÑEDA Map Collection ([2020])

Percebe-se, portanto, que a iniciativa de cooperação no âmbito da Ásia Central reflete diretamente a estratégia de estabelecimento de coalizões regionais com a finalidade de manipular a balança de poder asiática. Com efeito, destaca-se que tal posicionamento acrescentou para as condições de uma futura projeção mais assertiva para outras regiões, como a África e a Europa, por exemplo (YANG, 2015; KEJIN; XIN, 2015; RIBEIRO, 2015).

Em terceiro lugar, destaca-se a aproximação estratégica sino-russa. Embora as relações entre os dois países ainda permitam desconfiças e competição, a aproximação é nítida e vem se desenvolvendo expressivamente desde a década de 1990, sob os mais diferentes aspectos, tais como: comércio e investimentos; cooperação militar; integração da infraestrutura energética; desenvolvimento de organizações de segurança, integração e cooperação (BRICS e OCX, como explicado anteriormente), entre outros (YANG, 2015; KEJIN; XIN, 2015; ZHANG, 2015)

Nas palavras de Diego Pautasso,

Além de nações membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, China e Rússia apresentam complementaridade estratégica significativa. De um lado, a Rússia, com enormes reservas de recursos naturais, especialmente petróleo e gás natural, e destacado desenvolvimento no campo tecnológico-militar e, de outro, a China, com enorme acumulação de capital e potencial mercado consumidor (PAUTASSO, 2006, p. 87).

Tendo em vista as potencialidades de uma relação mais consolidada, a aproximação bilateral aprofundada entre a China e a Rússia reflete um “casamento de conveniência” valorizado por ambos, especialmente nos âmbitos energético e securitário. O âmbito energético configura um vetor essencial para a cooperação, tendo em vista o cenário de complementaridade que infere (China como grande demanda para exportações Russas). A partir desse aspecto, configurou-se uma interdependência bastante interessante, com a China se tornando o maior parceiro comercial da Rússia. Como exemplo de projetos de alto nível de complexidade e de caráter estratégico no âmbito energético, pode-se citar o gasoduto Poder da Sibéria. Firmado pela estatal russa Gazprom e a Corporação Nacional de Petróleo da China (CNPC), o gasoduto entregará, com vigência de 30 anos, aproximadamente 38 bilhões de metros cúbicos de gás anualmente (em um valor total estimado de cerca de US\$400 bilhões) (COMO É O MEGA-GASODUT, 2019; ZHANG, 2015; KASHIN, 2019; PRC STATE COUNCIL, 2019b; GAVIN, 2021).

Em se tratando do âmbito securitário, o relacionamento bilateral vem se desenvolvendo de forma bastante afirmativa, com um nítido enriquecimento da parceria estratégica abrangente (*comprehensive strategic partnership*) firmada entre os dois países. Em 2017, China e Rússia assinaram um plano de três anos para o aprofundamento da cooperação bilateral no âmbito militar. Desde 2012 e de forma cada vez mais constante, militares de China e Rússia realizaram 7 rodadas de consultas estratégicas, além de inúmeros outros intercâmbios cooperativos, tais como: treinamentos, compartilhamento de experiências militares e interações nos âmbitos de pesquisas relacionadas a tecnologia (*know-how* militar) e contra-terrorismo (PRC STATE COUNCIL, 2019b). Como exemplo, vale citar a crescente prontidão (*readiness*) da China e da Rússia em conjuntamente utilizar suas forças militares para realizar ações complexas em diferentes partes do mundo. Em 2017, foram realizados extensos exercícios militares entre a Marinha dos dois países no Báltico. E, em 2019, ocorreu a primeira missão conjunta dos bombardeios de longo alcance da China e da Rússia pelo Oceano Pacífico, demonstrando uma capacidade de coordenação assertiva. Além disso, ressaltando a perspectiva do know-how tecnológico para o âmbito militar, as duas potências tem colaborado visando a potencialização de seus mecanismos de defesa, principalmente os sistemas de defesa aérea e os sistemas de defesa antimísseis (*air defense and anti-missile defense systems*), além do sistema de detecção de lançamento de mísseis (*missile launch detection system*), um dos mais importantes componentes tecnológicos para a defesa

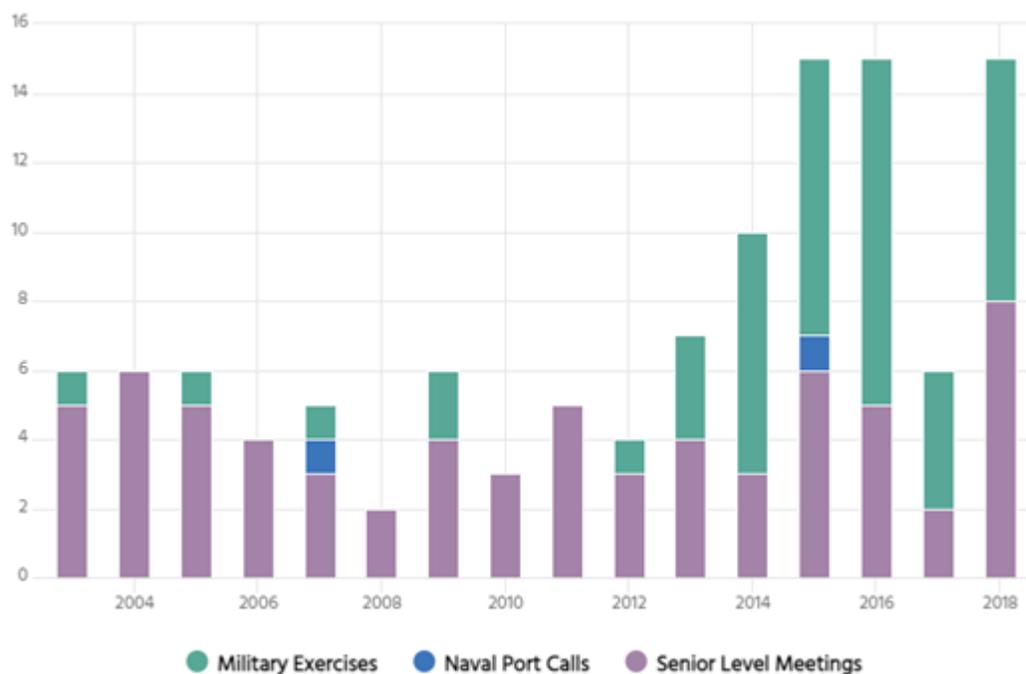
contra forças nucleares estratégicas (INSTITUTE FOR NATIONAL STRATEGIC STUDIES, 2017; KASHIN, 2019; GLOBAL RISK INSIGHTS, 2021). Vale destacar, ainda neste aspecto, os acordos de compra por parte da China de relevantes *hardwares* militares da Rússia, como os caças Su-35 e os sistemas de mísseis S-400 (KASHIN, 2015; KASHIN, 2016). Percebe-se, a partir de tais pontos destacados, que a Rússia já se tornou o principal parceiro da China no âmbito militar, e que tal perspectiva cooperativa tende a continuar se desenvolvendo de forma construtiva (Tabela 3 e Gráfico 2) (ZHANG, 2015, PRC STATE COUNCIL, 2019b).

Tabela 3 – Os 5 principais parceiros diplomáticos militares da China (2003-2018)

Country	Military Exercises	Naval Port Calls	Senior Level Visits	Total Activities
Russia	45	2	68	115
Pakistan	35	11	57	103
USA	14	6	82	102
Thailand	20	7	49	76
Australia	20	8	44	72

Fonte: HOW IS CHINA BOLSTERING (2017)

Gráfico 2 – Interações diplomático-militares entre China e Rússia (2004-2018)



Fonte: HOW IS CHINA BOLSTERING (2017)

Avalia-se, em última análise, que o relacionamento bilateral configura uma estratégia de inserção internacional compreensiva, com as potências apresentando complementaridade e, conseqüentemente, auferindo ganhos mútuos da postura cooperativa. Ao mesmo tempo, tal perspectiva acarreta uma frente de resistência às pressões dos EUA e seus aliados na região (dinâmica triangular na manipulação da balança de poder euroasiática) (PAUTASSO, 2011; ZHANG, 2015; CARNEGIE MOSCOW CENTER, 2019; GLOBAL RISK INSIGHTS, 2021).

Percebe-se, a partir da análise das estratégias da China para a manipulação da balança de poder asiática, que o país conseguiu angariar um nível de influência em seu entorno estratégico extremamente relevante. A partir da dialética oficial e das alianças e coalizões regionais, a China confere a si uma perspectiva cooperativa que acarreta a diminuição de uma visão pessimista e negativa de sua inserção mais afirmativa. Além disso, tal perspectiva construtiva delimita maior dificuldade para a atuação dos EUA como balanceador externo, principalmente em se tratando da utilização da estratégia de contenção de China por *buck-passing*. Tal questão refere-se ao fato de que, tendo em vista o viés cooperativo e construtivo que a diplomacia da China tem buscado consolidar na balança de poder asiática, as opções que os EUA terão para escolher Estados com

vontade política e capacidades nacionais para aguentar os custos potenciais de uma contenção da China são bastante diminuídas.

Somando-se a esse aspecto o delineamento de uma aproximação afirmativa com a Rússia, o país mais poderoso da balança de poder asiática junto a China, Beijing consegue mitigar o dilema de segurança da sua região ao mesmo tempo que aumenta sua capacidade de projeção. A aproximação dos dois Atores Geoestratégicos Ativos e a condução de uma crescente cooperação com Irã e Turquia, por exemplo, realçam a força de um eixo sino-russo na região, capaz de controlar as dinâmicas regionais em grande medida. A partir disso, Pivôs Geopolíticos como Índia e Japão perdem força vinculativa no sentido de conseguir competir pelo balanceamento de seus interesses na região. É imperativo ressaltar, contudo, que tais países não podem ser menosprezados, pois são as principais forças de oposição à condução que Beijing vem levando a balança de poder asiática inseridas em tal dinâmica.

Avalia-se, em última análise, que por mais complexa que a balança de poder asiática seja, a China tem conseguido delimitar estratégias que conduzem um cenário de manipulação afirmativa de acordo com os seus interesses.

3.3 A “GRANDE ESTRATÉGIA” DA CHINA E O DESENVOLVIMENTO DE UMA POTÊNCIA ASSERTIVA

Como já referenciado anteriormente, a trajetória de ascensão da China para os níveis atuais se deu por meio de um processo, realizado de acordo com um planejamento estratégico de longo prazo. Etapa por etapa, Beijing consolidou seu poder e buscou expandir sua influência. Em primeiro lugar, condicionou sua ideia de rejuvenescimento cultural a um cenário de modernização interna e desenvolvimento nacional, a fim de proporcionar ao Estado chinês a capacidade de dirigir seu processo de reorganização e crescimento (tal afirmação se assenta sob as expressivas taxas de crescimento econômico, os recorrentes superávits comerciais e a acumulação de reservas internacionais, provendo bases sólidas para o desenvolvimento). Após tal ciclo concluído, procurou regionalizar sua influência, por meio de uma estratégia multidimensional no sentido de angariar condições para buscar se consolidar como o Estado-pivô da balança de poder asiática. A terceira etapa, entretanto, é mais complexa e envolve um número maior de variáveis, pois diz respeito ao âmbito global/sistêmico, a partir da ideia de projeção de

poder e influência de forma assertiva no âmbito da política internacional, mas ainda com foco especial em seu entorno estratégico. Apesar de ainda delinear a seu processo de inserção internacional características como pragmatismo e busca por relações construtivas, a China vem tomando atitudes mais problemáticas, realçando inimizades e, em alguns casos, delimitando posições coercitivas.

Tal movimento, capaz de catalisar mudanças na estrutura hierárquica do sistema internacional, se dará em dois âmbitos: nas interações da política internacional (a partir de um reordenamento geoestratégico dos alinhamentos diplomáticos) e da economia política internacional (a partir da reorganização da arquitetura financeira global). A “Grande Estratégia”⁹ da China para o presente momento é, nesse sentido, consolidar as condições objetivas para se solidificar como uma potência assertiva e atuante na política internacional.

Em relação ao primeiro âmbito, é importante destacar que tal cenário de projeção na política internacional é diretamente relacionado com as estratégias atuais de desenvolvimento interno e evolução civilizatória, empreendidas pelo Partido especialmente no mandato de Xi Jinping. Tais ideias, que refletem as novas ambições chinesas, podem ser divididas em três níveis de transcendência: transcender o modo tradicional de industrialização; transcender o modo tradicional de projeção de poder; e, por último, transcender o modo tradicional de desenvolvimento social (JISI, 2011; YANG, 2015; KEJIN; XIN, 2015; ZHANG, 2015)

Vale ressaltar, antes, que como princípios orientadores de sua projeção atual, o PCC mantém em posição central a retórica em torno dos tradicionais Cinco Princípios da Coexistência Pacífica e do discurso do *Peaceful Development* (conceito com características adicionais frente a ideia anterior de *Peaceful Rise*, no sentido de atualizar a ideia conforme o cenário de projeção do poder chinês), baseado na cooperação e na estabilidade do Sistema Internacional, além do conceito de “Mundo Harmonioso”¹⁰. Sublinha, porém, novas ideias para sua trajetória internacional, tais como: benefício mútuo, confiança mútua e reciprocidade, a partir da igualdade e coordenação no sentido do bem comum (*mutual trust, mutual benefit e equality and*

⁹ Tal conceito diz respeito a conjunção dos diversos fatores que compõe o poder nacional (políticos, econômicos, sociais, institucionais e militares) de um país no sentido de atingir os objetivos da esfera estratégica (RIBEIRO, 2015, p. 1).

¹⁰ Desenvolvido por Hu Jintao, Ex-Presidente da RPC e Secretário-Geral do PCC, e apresentado no 17º Congresso do partido, em 2007, o conceito salienta as noções chinesas de diversidade e igualdade nas Relações Internacionais (TOMÉ, 2010).

coordination) (PRC STATE COUNCIL, 2011; YANG, 2015; KEJIN; XIN, 2015; ZHANG, 2015).

Além disso, é imperativo destacar a importância da liderança de Xi Jinping para afirmação do projeto atual de liderança chinês. Difundindo uma doutrina patriota e que apela à emoção, Xi reforça a ideia de rejuvenescimento civilizatório a partir da ideia do “sonho chinês” (*Chinese Dream*¹¹), dando ênfase a grandiosidade nacional e reforçando sua imagem perante a população. Durante o 19º Congresso Nacional do Partido Comunista, em 24 de outubro de 2017, Xi consolidou sua liderança como nova forma de legitimar o governo com a implementação de um novo princípio à Constituição do Partido, o da sua visão sobre o desenvolvimento do país. Tal questão tem implicações importantes pois confere a Xi um nível de poder, autoridade ideológica e ascendência social que nenhum comandante chinês obteve desde Mao Tsé-Tung, sendo o primeiro líder vivo a ter seu nome mencionado na Constituição do PCC, como guia dos rumos e comportamentos do Partido (*Xi Jinping and his era*) (YANG, 2015; KEJIN; XIN, 2015; ZHANG, 2015; 19TH CPC NATIONAL CONGRESS, 2017).

O primeiro nível de transcendência se refere basicamente a necessidade urgente da China de desenvolver um planejamento alternativo para conseguir os recursos que impulsionam seu crescimento. Segundo tal pensamento, a industrialização por meio da disputa por recursos naturais se mostrou contra produtiva, devido às consequências diretas de seu empreendimento, como o grande consumo de energia, altos níveis de poluição e problemáticas políticas derivadas de rivalidades. O novo método de industrialização idealizado, forjado e empreendido pela China atualmente é inteiramente diferente do modo tradicional, pois visa focar no aproveitamento da tecnologia, na eficiência econômica e no uso racional de energia a partir de níveis menores de consumo, além de baixos índices de poluição e uma melhor alocação dos recursos humanos. Como exemplo de facetas dessa nova estratégia, pode-se citar a aproximação com a Rússia no quesito de integração da infraestrutura energética (explicado no subcapítulo anterior) e as interações estratégicas com muitos países da Ásia, África e América Latina, por exemplo, a fim

¹¹ “De acordo com Daojiong (2015, p.88), os pilares do “sonho chinês” são harmonia, estabilidade, paz e geração de riquezas. Ao considerar o desejo e o direito particular de todas as nações, Daojiong (2015) também acredita que o “sonho chinês” deve ser encarado como um convite aberto para cooperação mútua. Além disso, Shen (2015) observa que, enquanto Hu Jintao sublinhava o “desenvolvimento pacífico”, Xi Jinping se utiliza do nacionalismo e do “sonho chinês” para se diferenciar dos seus predecessores” (PAUTASSO, 2017, p. 28).

de angariar *commodities* (alimentos e principalmente, recursos naturais) a baixo custo (JISI, 2011; YANG, 2015; KEJIN; XIN, 2015; ZHANG, 2015).

A questão da carência energética em face da grande demanda é, sem dúvida, umas das principais facetas que influenciam o método de projeção chinês, seu ordenamento e sua temporalidade. Caracterizado como um gargalo interno e uma vulnerabilidade estratégica, capaz de ser utilizada de forma prejudicial à Beijing por seus rivais, a questão da energia motivou grande parte dos movimentos diplomáticos do País no âmbito de seu projeto de ascensão internacional, como por exemplo com a aproximação a vários países produtores de petróleo (Arábia Saudita, Angola, Rússia, Nigéria, Irã, Venezuela, Brasil, Sudão, etc.), ou de “trânsito”¹² (Estados da Ásia Central, Meridional e Sudeste, essencialmente), além de justificar o forte interesse de Beijing em assentar seu domínio sobre o Mar do Sul da China (fato que será explicado mais à frente) (KISSINGER, 2011). Esse cenário se agrava se considerarmos que, em 2013, a China ultrapassou os EUA como principal importador de petróleo (LEN, 2015), tendo importado, em fevereiro de 2016, recordes oito milhões de barris de petróleo por dia (YANG, 2015; KEJIN; XIN, 2015; ZHANG, 2015; ROSE; TAN, 2016).

É interessante analisar, nesse sentido, que tais interações são preponderantemente um sucesso absoluto para os dois envolvidos, pois são empreendidas segundo a visão estratégica da China de negócios condicionados apenas pelo interesse mútuo. Enquanto país em desenvolvimento e economia emergente (autodenominado pela dialética oficial), a China mantém seu discurso de não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e de respeito pela soberania. Portanto, não demanda ou estabelece critérios de elegibilidade para a cooperação mútua, o que se apresenta como uma vantagem frente aos EUA, que normalmente exige democratização, respeito aos direitos humanos e adesão a regimes internacionais, por exemplo, salvo exceções (aliança estratégica com a Arábia Saudita, entre outros). Do Sudão à Coreia do Norte, passando por Mianmar e Irã, a China supera suas demandas negociando a baixo custo e barganhando a partir da construção de infraestruturas com os mais diversos parceiros (dicotomia entre perder em termos de imagem internacional versus surgir como escape ou contrapeso às pressões americanas e europeias em diversos lugares da Ásia, África ou da América Latina) (TOMÉ, 2010; YANG, 2015).

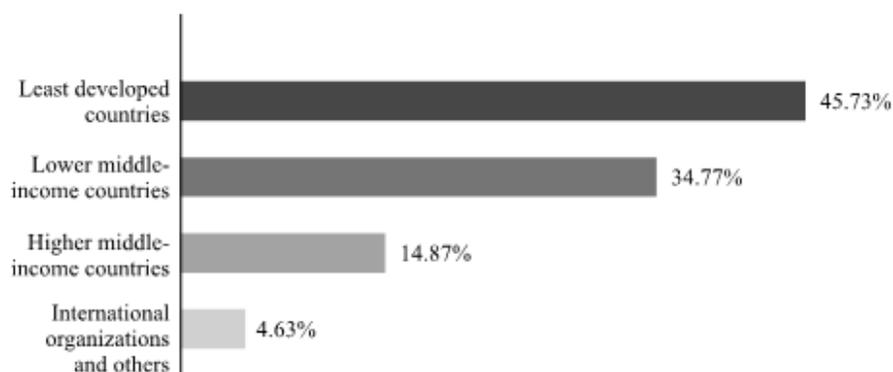
¹² Países que possuem importância estratégica pois por seu território atravessam linhas de transmissão de recursos energéticos, principalmente petróleo e gás. Como exemplo, pode-se citar a Ucrânia, por onde passam a grande maioria dos gasodutos e oleodutos que levam os suprimentos energéticos da Rússia para a Europa.

O segundo nível de transcendência diz respeito ao método de emergência de grandes potências. Historicamente, períodos de transição de poder são caracterizados pela disputa feroz por primazia, que usualmente acarreta conflitos ou desintegração¹³. A China de Xi Jinping, contudo, garante (a partir da análise do discurso oficial) que não possui vontade política de rivalizar no campo hegemônico (*great power politics*). Pelo contrário, garante que apenas busca se projetar como movimento complementar à sua estratégia de rejuvenescimento como grande civilização, reafirmando as bandeiras de cooperação e de um cenário internacional de paz, segurança e estabilidade (sinalizando uma atuação diplomática de “grande potência com características chinesas”) (JISI, 2011; YANG, 2015; KEJIN; XIN, 2015; ZHANG, 2015). Contudo, como será delineado em capítulos posteriores, tal dialética nem sempre se mostrou certa, com algumas posturas da China podendo ser caracterizadas como bastante coercitivas.

Tal discurso, claramente balizado na ideia de *Soft Power*, contribui para contrabalançar as críticas provenientes da relação com países controversos e do sistema político aparentemente fechado. Caracterizado como “diplomacia de charme”, é destinado também a contrariar e deslegitimar desconfianças em relação a intenções hegemônicas e a idealizar o gigante asiático como um “elefante pacífico e amigável”. A postura cooperativa de Beijing frente à comunidade internacional, entretanto, serve de argumento complementar para corroborar tal discurso, visto que a China tem se consolidado, cada vez mais, como um país de forte influência e atuação nos mecanismos internacionais de definição de políticas e nos fóruns multilaterais de debate (além de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU (CSONU), a China participa atualmente de inúmeras organizações regionais e várias outras instituições de governança global e mecanismos multilaterais, sejam Organizações e/ou Regimes ou Convenções e Tratados). Além disso, a China é um dos principais provedores de ajuda internacional (*international aid*), focando especialmente em países com maiores demandas para desenvolvimento e em regiões como África e Ásia (Gráfico 3 e Gráfico 4), em uma estratégia que remete a um planejamento de visa angariar a aceitação de países em desenvolvimento ao estilo de liderança da China (YANG, 2015; KEJIN; XIN, 2015; ZHANG, 2015; PRC STATE COUNCIL, 2021).

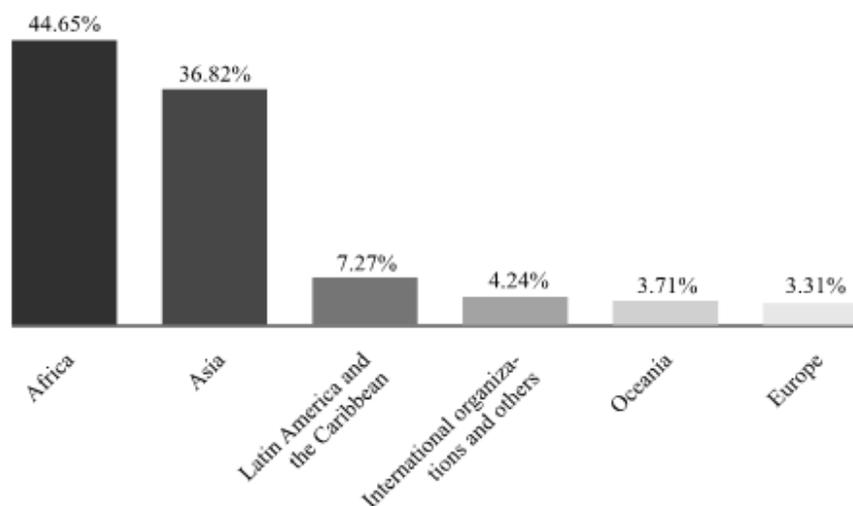
¹³ Como exemplo, pode-se citar a emergência da Alemanha no contexto pré-Primeira Guerra Mundial, ou do Japão e novamente da Alemanha no contexto pré-Segunda Guerra Mundial, ou das disputas por poder no contexto da Guerra Fria, momentos recorrentes de competição hegemônica violenta na história do Sistema Internacional.

Gráfico 3 – Destinatários da ajuda externa da China por grupo de renda (2013-2018)



Fonte: PRC STATE COUNCIL (2021)

Gráfico 4 – Distribuição da ajuda externa da China por região (2013-2018)



Fonte: PRC STATE COUNCIL (2021)

Vale destacar, ainda, a ingerência da diplomacia chinesa na mediação das problemáticas decorrentes das ações da Coreia do Norte, da questão nuclear do Irã e das divergências entre Índia e Paquistão, por exemplo. Pode-se ressaltar, além disso, o aumento significativo da participação chinesa em Missões de Paz da ONU (entre janeiro de 2001 a janeiro de 2010, por exemplo, o número de "capacetes azuis" chineses aumentou de 103 para 2131, saltando a RPC de 42º lugar para 14º no ranking global de países contribuintes) (TOMÉ, 2010). Atualmente, a China é ranqueada atrás apenas dos EUA, sendo o segundo país que mais contribuiu para missões de *Peacekeeping* no âmbito da ONU. O ponto de corte foi em 2015, quando Beijing não só se

comprometeu a alocar 8000 tropas (militares, policiais e observadores) para a força de reserva da ONU para tal questão (totalizando um quinto do número total - *UN Peacekeeping standby force*), como garantiu um investimento de US\$100 milhões para a força de reserva da União Africana (*African Union standby force*) e outro de US\$1 bilhão para o Fundo de Segurança de Paz e Desenvolvimento da ONU (*UN Peace and Development Trust Fund*) (FUNG, 2016). Atualmente, a China é um dos principais contribuintes ao orçamento da ONU para tais missões e é o principal contribuinte de tropas (*personal*). Até dezembro de 2018, a China participou efetivamente de 24 missões de *Peacekeeping* e alocou mais de 39.000 *peacekeepers* (PRC STATE COUNCIL, 2019b).

O terceiro nível, por fim, é sobre a necessidade desenvolver novos e mais coerentes métodos de controle social, no sentido de uma sociedade “socialista harmoniosa”. A função do governo está, nesse sentido, em gradual transformação, com características como abertura e transparência sendo cada vez mais valorizadas, mas nunca abandonando os ideais revolucionários do controle Estatal firme nas mãos do partido. Contudo, mesmo com a concentração política ainda sendo uma faceta valorizada, é importante ressaltar que a China vem fortalecendo suas instituições jurídicas com alguma proximidade ao Estado de Direito, atendendo em parte a recentes demandas por maior participação nas decisões políticas (por parte da nova e grandiosa classe média). Como exemplo, pode-se citar a grande campanha anticorrupção¹⁴ empreendida por Xi Jinping em seu mandato e a consolidação da teoria dos Três Representantes¹⁵ como uma característica fundamental da política chinesa. No que se refere às tendências do planejamento de Beijing para o futuro do país no âmbito interno, destaca-se um grande foco para a questão ambiental e de recursos, além de um aporte e ambições maiores para a área de ciência, tecnologia e inovação. Os âmbitos econômico e social mantiveram a média recente de objetivos, enquanto os pontos destacados aumentaram de forma significativa. Como um todo, o 13º Plano Quinquenal apresentou um aumento de 5 objetivos na comparação com o anterior, totalizando 33, uma figura bastante significativa e que representa a vontade política de Xi Jinping de consolidar a

¹⁴ Em um movimento que aumentou sua popularidade frente a população chinesa ainda mais, Xi Jinping desenvolveu uma campanha anticorrupção de larga escala desde que ascendeu ao poder, em 2012, focando especialmente em oficiais do alto escalão da política chinesa.

¹⁵ Idealizada em 2000 pelo presidente Jian Zemin e institucionalizada no 11º Plano Quinquenal, a teoria dos Três Representantes se refere à questão de que o PCC deve representar as necessidades de desenvolvimento de três diferentes setores em conjunto: das forças produtivas chinesas, da cultura chinesa e os interesses fundamentais da maioria da população chinesa (BIJIAN, 2005).

China como uma “sociedade moderadamente próspera” (Tabela 4) (JISI, 2011; PERFECTING CHINA, 2017; PRC STATE COUNCIL, 2019a; PRC STATE COUNCIL, 2021).

Tabela 4 - Tendências comparadas nos Planos Quinquenais recentes (números quantitativos dos

	10 th (2001-2005)	11 th (2006-2010)	12 th (2011-2015)	13 th (2016-2020)
The Economy	7	5	3	5
Science & Technology	4	2	4	5
Social Welfare	8	8	9	7
Environment and Resources	3	8	12	16
Total	22	23	28	33
Total Fulfilled	14	20	28	–

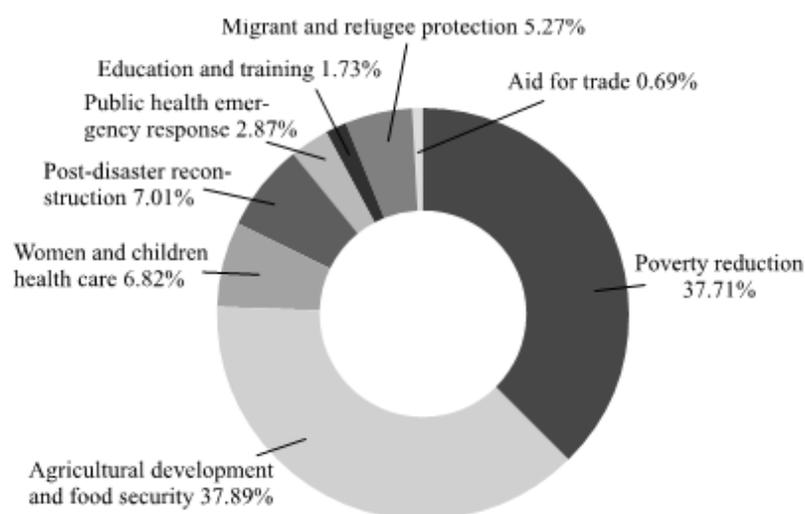
Fonte: PERFECTING CHINA (2017)

O segundo âmbito de influência na hierarquia do Sistema Internacional, em contrapartida, é mais tangível. A influência da China na economia política internacional sai do campo das ideias e dos discursos e reflete claramente uma ambição assertiva, no sentido de uma reorganização da arquitetura financeira global, com a Ásia sendo o núcleo principal e a China o vetor regional de tais dinâmicas de desenvolvimento.

Avaliando os fatores que influenciam no crescimento e maturação da economia como termos de segurança nacional, a China desenvolveu, especialmente sob a liderança de Xi Jinping, um modo particular de utilizar de suas potencialidades econômicas. Tal questão refere-se ao desenvolvimento e ampliação do método de diplomacia baseado na economia (*economic diplomacy approach*) (DAOJIONG, 2015). O apoio a criação de mecanismos alternativos de fomento, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR) (já explicados anteriormente), se encaixam perfeitamente nesse contexto. Pode-se citar, além desses, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), criado oficialmente em 2014 e contando com um capital inicial de US\$100 bilhões, sendo metade alocado pela China (BRITES, JAEGER; 2016; AIIB, 2017b); e o Fundo de Assistência à Cooperação Sul-Sul (*South-*

South Cooperation Assistance Fund). Tal iniciativa, que tem como objetivo servir de apoio a países em desenvolvimento na busca pela execução da Agenda 2030 da ONU, já havia delineado, até o final de 2019, 82 projetos de cooperação em parceria com 14 Organizações Internacionais. As principais áreas de incidência de tais iniciativas foram: redução da pobreza, desenvolvimento agrícola e de segurança alimentar, resposta a emergências de saúde pública, proteção à migrantes e refugiados, entre outros (Gráfico 5) (PRC STATE COUNCIL, 2021).

Gráfico 5 – Distribuição de fundos do SSCAF por propósito (2013-2018)



Fonte: PRC STATE COUNCIL (2021)

Analisando tais estruturas, percebe-se o padrão de utilização da diplomacia econômica, a partir da criação de bancos de desenvolvimento multilaterais, com foco em infraestrutura e em outros setores produtivos, ou em âmbitos humanitários. Geograficamente, tais instituições inferem especialmente na Ásia e na África, compondo a agenda de cooperação sul-sul e fazendo parte de uma estratégia contra hegemônica de reorientação da hierarquia economia internacional (DAOJIONG, 2015; PAUTASSO, 2015; LOPES, 2014).

Conclui-se, dessa forma, que a partir da consolidação de tais iniciativas, a capacidade de afirmação da China como núcleo regional e uma liderança potencial vem aumentando exponencialmente. Somado a um cenário de acelerada modernização econômica e tecnológica, com o fortalecimento de suas alianças estratégicas e a consolidação do desenvolvimento das suas capacidades militares, a China se torna, cada vez mais nitidamente, uma potência assertiva no

âmbito da política internacional. Em última análise, avalia-se que sob um contexto interno favorável e um cenário internacional de paz e estabilidade, a China buscará desenvolver as condições objetivas para angariar cada vez mais poder e influência, de acordo com sua maneira¹⁶ de se projetar e sob a sua ótica de liderança, a fim de consolidar seus objetivos estratégicos de longo prazo. Para isso, buscará utilizar de uma Grande Estratégia que será baseada em uma agenda de política externa baseada em duas grandes estratégias: a consolidação da China como catalisadora do desenvolvimento da macrorregião Euroasiática, a partir da iniciativa da Nova Rota da Seda; e a consolidação da China como um estado com extensas capacidades de afirmar o seu poder, especialmente a partir de sua busca pelo estabelecimento de uma Marinha azul (PRC STATE COUNCIL, 2019a; PRC STATE COUNCIL, 2019b).

Vale ressaltar, por fim, que ao passo que a liderança chinesa aumenta progressivamente no sentido de se tornar o Estado-pivô da sua região e sendo reconhecido como tal, a hegemonia norte-americana apresenta um cenário de declínio estrutural. Devido ao pensamento sob uma ótica unipolar do SI (ao se posicionar como potência hegemônica), e uma estratégia de projeção de poder balizada no comportamento ofensivo¹⁷ (uso excessivo do aparelhamento militar e do recurso à força (*Hard Power*) e fins - democracia, liberalismo econômico, controle de regiões geopoliticamente relevantes, etc. -, acima dos meios - intervenção e guerra encoberta), a liderança dos EUA é cada vez mais contestada, especialmente em regiões onde despontam Estados com pretensões sistêmicas, como na Eurásia, por exemplo (China e Rússia, mais especificamente). Tal cenário de contestação e erosão da hegemonia se dá essencialmente pelo consentimento em relação à diversas problemáticas geradas pela filosofia de atuação da potência ocidental. Tal cenário, somado ao recuo do universalismo ideológico e a queda da produção industrial (com exceção do complexo militar-tecnológico) e a subordinação econômica absoluta diante dos especuladores e o capital financeiro, revelam sérios problemas na reafirmação da hegemonia dos EUA, acentuando as fissuras políticas frente aos demais países do Sistema Internacional e

¹⁶ O argumento central é que há conveniência, por parte da China, em manter a trajetória de ascensão pacífica, pois é com essas "regras do jogo" que ela tem logrado a condição de potência mundial (PAUTASSO, 2006, p. 61).

¹⁷ Analisando em perspectiva, no caso da região da Eurásia, pode-se observar: 1) o recrudescimento do intervencionismo no Grande Oriente Médio e região, como a invasão do Kuwait (1991), a intervenção na Somália (1993), a agressão ao Afeganistão a partir de 2001, a guerra contra o Iraque (2003) e a Líbia (2011) e as tentativas de deposição do governo Sírio desde 2011; 2) e uma presença crescente no entorno da Rússia, incluindo a intervenção na antiga Iugoslávia, a implantação de bases militares na Ásia Central e no Mar Cáspio, as pressões contra a Coreia do Norte e Irã, a atuação em favor de governos anti-russos no seu estrangeiro próximo (Geórgia e Ucrânia) e a própria expansão da Otan (PAUTASSO, 2014, p. 9).

motivando alianças contra hegemônicas (NYE, 2010; MONIZ BANDEIRA, 2014; MONIZ BANDEIRA, 2016).

Avalia-se, nesse sentido, que tal perspectiva sinaliza uma janela de oportunidade muito interessante para a consolidação do projeto de liderança e projeção da China, que vai sendo aproveitada por Xi Jinping em seu processo de busca pelo rejuvenescimento do país. Tal questão refere-se ao aspecto de que os EUA não estão nas melhores condições para delinear estratégias para contrabalancear essa crescente influência chinesa. Devido à problemáticas e contradições internas, ou por não compreender o tamanho da ameaça potencial, os EUA não conseguiram frear a ascensão da China como um ator relevante para o âmbito internacional, condição que é diretamente contrária à sua ideia de mundo e que poderia ter sido melhor trabalhada tendo em vista a sua posição de hegêmona regional disposto como balanceador externo (condição ideal, segundo Mearsheimer (2001)). Avalia-se, nesse sentido, que a possibilidade de os EUA conseguirem delimitar estratégias que conduzam a um impactante retrocesso na inserção da China é muito improvável. Portanto, o que resta nesse momento aos EUA é acentuar sua cooperação com alguns países da região visando um melhor cenário de balanceamento, especialmente por intermédio da Índia, e apostar em destacar as contradições internas da China em ambientes multilaterais, visando a formação de um contexto internacional desfavorável (com foco em questões de direitos humanos das minorias de Xinjiang, ou da postura coercitiva da China no Mar do Sul, por exemplo) (MEARSHEIMER, 2001).

À China, cabe a continuidade. O processo de inserção internacional do país se encontra bastante avançado em relação ao início do século XXI, por exemplo. Beijing vem tendo sucesso em suas empreitadas diplomáticas e conseguindo conduzir uma situação de estabilidade que permite ao país tentar movimentos mais arriscadas para o tabuleiro internacional. Serão discutidos, no próximo capítulo, as duas principais cartas da China de Xi Jinping para a próxima era da inserção internacional da China.

4 AS GRANDES ESTRATÉGIAS GEOPOLÍTICAS DE PROJEÇÃO REGIONAL DE XI JINPING

O presente capítulo busca discorrer sobre as duas principais estratégias geopolíticas de projeção regional da China sob Xi Jinping, a idealização e constituição da Iniciativa da Nova Rota da Seda e a consolidação de um comportamento assertivo no Mar do Sul da China à luz do estabelecimento de uma Marinha Azul. Avaliando-as como parte de um processo contínuo de progressão da condição e da vontade política para influenciar as dinâmicas regionais de segurança, buscar-se-á delimitar que tais movimentos representam o novo momento da história política chinesa e inferem impactante assertividade no âmbito das relações internacionais do país. Ambas as estratégias vêm sendo desenvolvidas concomitantemente com base em um esforço estatal planejado com vistas ao longo prazo e envolvem os mais diversos âmbitos (político, econômico, geoestratégico, diplomático, militar, etc.).

4.1 A NOVA ROTA DA SEDA COMO AGENDA DE PROJEÇÃO GEOESTRATÉGICA

O presente subcapítulo visa discorrer sobre a Iniciativa da Nova Rota da Seda, contextualizando-a e discutindo sua criação, dimensão e princípios, além de analisar seus aspectos geopolíticos e estratégicos que inferem grande importância para ela no âmbito da agenda de projeção regional da China da Xi Jinping.

4.1.1 Criação, objetivos e princípios básicos da iniciativa

A Iniciativa da Nova Rota da Seda (inicialmente, *One Belt, One Road*; após, *Belt and Road Initiative*), composta de dois âmbitos principais, o Cinturão Econômico da Nova Rota da Seda (*Silk Road Economic Belt*) e a Nova Rota da Seda Marítima (*21st Century Maritime Silk Road*), representa o aprofundamento da proatividade chinesa no contexto de uma dinâmica regional de integração. Em última análise, avalia-se que o projeto, assentado sob os ideais chineses de busca por relações *win-win* e fundado sobre “bases comuns de cooperação e desenvolvimento” (VISION AND ACTIONS ON JOINTLY BUILDING..., 2015), objetiva criar uma rede modernizada e interligada de infraestruturas logísticas - ferrovias, rodovias, portos,

aeroportos, gasodutos, oleodutos, linhas de transmissão e comunicação -, afim de proporcionar a ampliação da integração econômica regional, visando a articulação de um “grande mercado euroasiático” (YIWEI, 2016). De maneira a compreender a amplitude do empreendimento, destaca-se que, de acordo com dados da Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento (VISION AND ACTIONS ON JOINTLY BUILDING..., 2015) da China, tal mercado englobaria uma rede de 4,4 bilhões de pessoas, 64 países e um PIB de US\$ 21 trilhões, aproximadamente 29% da produção global (LIM, 2015; YUWEI, 2016; LI, 2016; PAUTASSO; UNGARETTI, 2017).

Denominado “Visão e ações na construção conjunta do Cinturão Econômico da Nova Rota da Seda e da Nova Rota da Seda Marítima”, o plano de ação que coordena e delinea a implementação e os marcos norteadores da Iniciativa foi elaborado em 2015, a partir do trabalho conjunto de três agências governamentais chinesas - Ministério de Relações Exteriores, Ministério do Comércio e Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento. Juntamente, foi definido a estrutura financeira que apoiaria os investimentos, o Fundo da Nova Rota da Seda, e o nível de capital a ser assentado na Iniciativa (inicialmente, foram alocados US\$ 40 bilhões em recursos) (VISION AND ACTIONS ON JOINTLY BUILDING..., 2015).

Contextualizando o projeto, cita-se a descrição feita pela própria CNRD,

Eles [os países que compõem a OBOR] precisam melhorar a infraestrutura da região e estabelecer uma rede segura e eficiente de passagens terrestres, marítimas e aéreas, elevando sua conectividade a um nível superior; aprimorar ainda mais a facilitação do comércio e do investimento, estabelecer uma rede de áreas de livre comércio que atendam a altos padrões, manter laços econômicos mais estreitos e aprofundar a confiança política; aprimorar intercâmbios culturais; incentivar civilizações diferentes a aprender umas com as outras e florescer juntas; e promover a compreensão mútua, paz e amizade entre pessoas de todos os países (VISION AND ACTIONS ON JOINTLY BUILDING..., 2015)¹⁸

Vale ressaltar, além disso, a perspectiva de entendimento da Iniciativa como de caráter multifacetado e holístico, na medida em que engloba, além do âmbito econômico, os vieses

¹⁸ “Countries should work in concert and move towards the objectives of mutual benefit and common security. To be specific, they need to improve the region's infrastructure, and put in place a secure and efficient network of land, sea and air passages, lifting their connectivity to a higher level; further enhance trade and investment facilitation, establish a network of free trade areas that meet high standards, maintain closer economic ties, and deepen political trust; enhance cultural exchanges; encourage different civilizations to learn from each other and flourish together; and promote mutual understanding, peace and friendship among people of all countries” (VISION AND ACTIONS ON JOINTLY BUILDING..., 2015).

político e diplomático. Tal característica é representada formalmente no ordenamento das Instituições que estão envolvidas em seu massivo empreendimento. O Ministério do Comércio infere no óbvio caráter comercial do projeto, enquanto o envolvimento do Ministério das Relações Exteriores reflete um alinhamento com a diplomacia e a política externa. Além deles, vale destacar o viés estratégico, na medida em que a coordenação do projeto é delimitada pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, cuja uma das suas principais atribuições é o planejamento macroeconômico do país (BRUGIER, 2014; XIAOYU, 2016).

Os princípios norteadores da Iniciativa baseiam-se nos mesmos princípios que balizaram a primeira etapa da projeção internacional da China, ou seja, a busca por cooperação visando ganhos mútuos e a ideia de abertura e diálogo, com respeito à soberania, mas visando a conectividade das civilizações (XI JINPING, 2017). Além disso, como já citado, a Iniciativa também busca se conectar com a ideia dos 5 Princípios de Coexistência Pacífica, reafirmando-os de tal maneira: (1) respeito mútuo pela soberania e integridade territorial; (2) não-agressão mútua; (3) não-interferência mútua em assuntos internos; (4) igualdade e benefício mútuo; e, por fim (5) a coexistência pacífica; (VISION AND ACTIONS ON JOINTLY BUILDING..., 2015; YIWEI, 2016; LI, 2016).

Ademais, o plano de ação delimita os objetivos e/ou pilares estratégicos sob os quais a Iniciativa deveria incidir, atuando de maneira construtiva para melhorar as dinâmicas de desenvolvimento da região como um todo. Em seu documento oficial, a CNDR propõe cinco vieses principais: (1) comunicação de políticas; (2) conectividade de infraestruturas; (3) comércio desimpedido; (4) circulação monetária; e (5) relação entre os povos;¹⁹ (VISION AND ACTIONS ON JOINTLY BUILDING..., 2015; YIWEI, 2016). De maneira a buscar o entendimento completo de tais ideias, vale analisar cada aspecto individualmente.

Em relação ao primeiro, destaca-se o entendimento de que independentemente do envolvimento com a Iniciativa, cada país terá total liberdade para delimitar seu planejamento macroeconômico, de acordo com suas próprias estratégias de desenvolvimento. Não será delimitada uma obrigatoriedade de políticas econômicas interligadas. Contudo, será incentivada, a partir da conectividade de ideias, uma sinergia no âmbito econômico, com as virtudes da Iniciativa sendo usadas para potencializar as políticas internas. Tal perspectiva, de coordenação e

¹⁹ (1) policy communication; (2) facility connectivity; (3) unimpeded trade; (4) monetary circulation; (5) understanding between peoples (VISION AND ACTIONS ON JOINTLY BUILDING..., 2015; YIWEI, 2016).

cooperação econômica no âmbito da Nova Rota da Seda, será construída de forma gradativa em fóruns multilaterais de discussão, a medida em que o planejamento da Iniciativa for se desenvolvendo (VISION AND ACTIONS ON JOINTLY BUILDING..., 2015; YIWEI, 2016). Nesse sentido, destaca-se o entendimento da CNRD,

Os países ao longo da One Belt One Road podem coordenar totalmente suas estratégias e políticas de desenvolvimento econômico, elaborar planos e medidas para a cooperação regional, negociar para resolver questões relacionadas à cooperação e fornecer conjuntamente apoio político para a implementação de cooperação prática e projetos de grande escala (VISION AND ACTIONS ON JOINTLY BUILDING..., 2015)²⁰

O segundo ponto é basicamente autoexplicativo. A conectividade de infraestruturas, no âmbito da Nova Rota da Seda, representa a incidência do projeto na construção ou melhora de aspectos de infraestrutura, que são divididos em quatro grandes áreas:

- a) infraestrutura de transporte, que representa a coordenação de estruturas físicas de conexão, como estradas e ferrovias;
- b) infraestrutura portuária e de aviação, que reflete na melhora das estruturas de portos e aeroportos no âmbito da Iniciativa, de maneira a aprofundar a integração marítimas e aérea da região;
- c) infraestrutura energética, que caracteriza a busca por melhora nas condições de estruturas já existentes e da construção de novas estruturas de transmissão de energia (como gasodutos e oleodutos, por exemplo), visando garantir maior segurança para o transporte de tais produtos essenciais; e
- d) infraestrutura de comunicações e redes, que representa a necessidade de melhora das estruturas físicas que conferem a conectividade em rede nessa região (especialmente às redes de fibra ótica), com possibilidade de expansão para tecnologias superiores no futuro, como a 5g, por exemplo (VISION AND ACTIONS ON JOINTLY BUILDING..., 2015; YIWEI, 2016).

No que se refere ao terceiro ponto, sobre comércio desimpedido, destaca-se o conceito de abertura. Em seu discurso de 2017 em Pequim sobre a Nova Rota da Seda, Xi Jinping ressaltou a

²⁰ Countries along the Belt and Road may fully coordinate their economic development strategies and policies, work out plans and measures for regional cooperation, negotiate to solve cooperation-related issues, and jointly provide policy support for the implementation of practical cooperation and largescale projects (VISION AND ACTIONS ON JOINTLY BUILDING..., 2015).

ideia de que tal conceito era central para a construção da Iniciativa em sua plenitude. O presidente chinês indicou que, da mesma forma que a China estava promovendo a sua abertura frente aos parceiros da Iniciativa, o país também esperava que tal atitude fosse recíproca (XI JINPING, 2017). Analisando tal questão a partir do âmbito econômico da Iniciativa, avalia-se que o comércio desimpedido buscado pelo projeto refere-se a adesão de todos os membros a uma base comum de normas e convenções, além da redução barreiras comerciais e de comportamentos protecionistas (VISION AND ACTIONS ON JOINTLY BUILDING..., 2015; YIWEI, 2016). De forma complementar, destaca-se o quarto ponto, de circulação monetária, que depende profundamente da consolidação do comércio desimpedido. O ponto refere-se a ideia de criação de mecanismos multilaterais de fomento que incidirão sobre a região e ajudarão na consolidação da Iniciativa, por meio de financiamentos, investimentos e créditos e pelo incentivo da cooperação financeira entre os parceiros da Nova Rota da Seda (VISION AND ACTIONS ON JOINTLY BUILDING..., 2015; YIWEI, 2016).

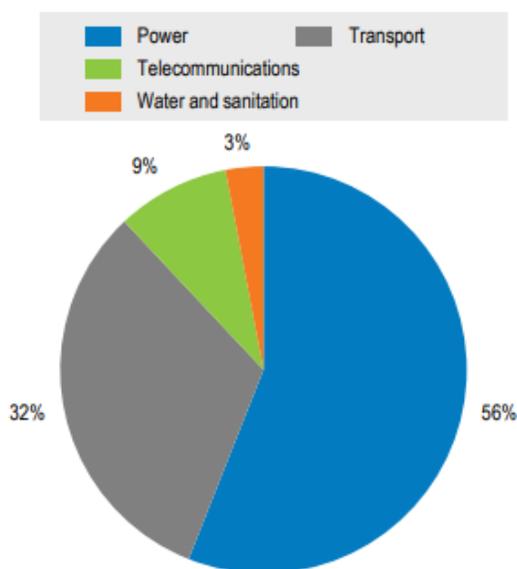
O quinto ponto, por fim, representa a busca pela adesão popular para a ideia do projeto. A questão da “relação entre os povos” indica que a Iniciativa vai muito além em escopo do que o âmbito econômico. Na busca pela conectividade de ideias, valoriza-se o intercâmbio cultural entre os povos (vias acadêmicas, intercâmbios, etc.), de modo a conseguir imputar na população em geral dos países que compõe a Nova Rota da Seda o entendimento e o sentimento de que o projeto trará benéficos duradouros e impactantes para a região (VISION AND ACTIONS ON JOINTLY BUILDING..., 2015; YIWEI, 2016).

Como objetivos estratégicos secundários da China com o projeto, destacam-se dois pontos: primeiro, o uso da integração como resposta a ameaças securitárias (como a penetração dos EUA na região, os conflitos territoriais atuais e as questões referentes ao separatismo, fundamentalismo e terrorismo de matriz islamita no oeste chinês, Ásia Central, Afeganistão e Paquistão) (PAUTASSO; UNGARETTI, 2017); e, segundo, a ascendência do *Soft Power* chinês a partir da diplomacia econômica (DAOJIONG, 2015). O segundo ponto, sobre a ascendência do *Soft Power* chinês na região a partir da diplomacia econômica, é mais complexo e infere influência no futuro da projeção da China na macrorregião Euroasiática.

Em primeiro lugar, destaca-se a questão econômica. Por remeter a capacidades indispensáveis a qualquer projeto de desenvolvimento (infraestrutura de transporte, comunicação e energia, etc.), a Iniciativa é eminentemente bem-vista e acolhida pela comunidade euroasiática

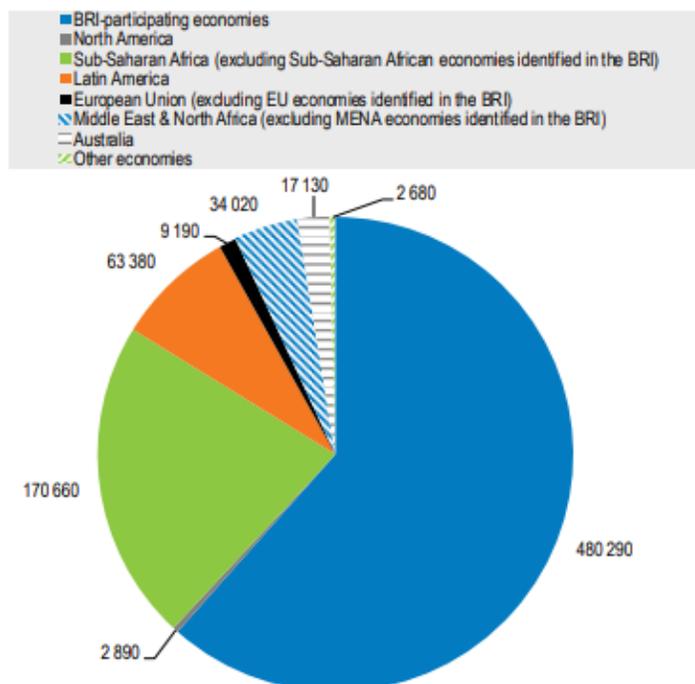
sobre cujo território o projeto será empreendido. Os custos de implementação, entretanto, dado o escopo geográfico e financeiro do plano, são altíssimos e, visto que a maior parte dos países que se beneficiarão da Iniciativa detém modestas capacidades estatais, apresenta-se um cenário muito interessante para o aporte de investimentos por parte da China. Avalia-se, nesse sentido, que tal situação é extremamente positiva para ambos os lados, pois na medida em que tais Estados veem como uma oportunidade singular o aporte chinês, Beijing percebe em tal conjuntura a opção perfeita para investir suas enormes reservas internacionais. De acordo com Zhang (2015), a China possuía em torno de US\$3,6 trilhões em reservas internacionais no momento da idealização e da Iniciativa e, usualmente, grande parte desses recursos vinha sendo investido em títulos do tesouro dos EUA. Nesse contexto, a exportação de investimentos em infraestrutura no âmbito de um projeto de integração próprio aparece como uma opção de cunho estratégico muito satisfatória, tendo em vista a necessidade da região (Gráfico 6) e o potencial cooperativo que tal estratégia de aporte representa (Gráfico 7) (BRUGIER, 2014; ZHANG, 2015; DAOJIONG, 2015; CHEN, 2015).

Gráfico 6 – Necessidades de investimento em infraestrutura na Ásia por setor, 2017



Fonte: Banco Asiático de Desenvolvimento *apud* CHINA'S BELT AND ROAD INITIATIVE IN THE GLOBAL TRADE (2018).

Gráfico 7 – Investimento Externo chinês no setor de construção, entre 2005-2018, expresso em milhões de dólares



Fonte: American Enterprise Institute (AEI), China Global Investment Tracker Database *apud* CHINA'S BELT AND ROAD INITIATIVE IN THE GLOBAL TRADE (2018).

Em segundo lugar, destaca-se a questão político-ideológica. O aspecto financeiro (investimentos e aportes que sustentam o projeto, gerando integração física e econômica – especialmente nos setores de finanças, energia, comunicação, logística e turismo ao longo dos países que compõem o Cinturão e a Rota (YIWEI, 2016) sem dúvidas promove a ascendência da China sobre a macrorregião. Porém, são os aspectos intangíveis, no campo ideológico e cultural, que realmente acentuam a liderança chinesa no contexto da Iniciativa, de acordo com o entendimento do governo chinês. Tal perspectiva, mais ampla e de difícil quantificação, diz respeito ao entendimento de que a BRI contribui também para a conectividade de ideias, instituições e do comportamento diplomático dos países que fazem parte do projeto (CALLAHAN, 2016). Tal questão é evidenciada pelo entendimento da diplomacia chinesa acerca da utilização da Iniciativa como um meio de propagação de sua visão de mundo, estabelecendo sinergias como a corroboração do planejamento a partir de princípios tradicionais de sua liderança, como os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, mas também novos valores, como

a difusão do “sonho chinês” e do “espírito da Rota da Seda”²¹, e a promoção da concepção de “sonho asiático” e de um entendimento de longo prazo baseado na ideia de uma “comunidade de futuro compartilhado”²² (PAUTASSO; UNGARETTI, 2017).

Como exemplo de tal perspectiva, vale destacar a utilização da Iniciativa para a propagação da cultura chinesa. Desde seu anúncio e início de implementação, a China criou 17 centros culturais, além de 173 Institutos Confúcio ao longo dos países que compõe a Nova Rota da Seda (figura que representa um total de 25% em âmbito mundial). Além disso, vale destacar também o conceito de cidades irmãs, que serve para o desenvolvimento de parcerias em diversos âmbitos. Desde o início da Iniciativa, cidades chinesas firmaram 1023 acordos com cidades de inúmeros países da BRI (figura que representa um total de 40% em âmbito mundial) (ZHANG, 2018).

Vale ressaltar, por fim, o entendimento amplo e multifacetado das dinâmicas influenciadas pelos objetivos da Iniciativa. Para isso, destaca-se que,

A Iniciativa OBOR auxilia no enfrentamento de diversos desafios que se impõem a China. Primeiro, a redução das assimetrias entre as regiões costeiras e interioranas e o combate aos “três males” tanto no oeste chinês quanto na Ásia Central e Meridional. Segundo, a modernização e construção de infraestrutura de transportes na Eurásia, aspecto essencial para fomentar mercados regionais. Terceiro, a criação de demanda para o excesso de capacidade industrial da China, ao mesmo tempo em que atende a carência de investimentos em infraestrutura ao longo do Cinturão e da Rota. Quarto, a nova malha logística favorece a diversificação das fontes e rotas de importação de recursos energéticos, naturais e de alimentos. Quinto, o apoio à internacionalização de empresas estatais e não-estatais do país, tornando-as mais competitivas e, por outro lado, estimulando-as a compartilharem suas vantagens comparativas no mercado internacional. Sexto, o surgimento e o reconhecimento de novos mecanismos de financiamento internacionais e regionais, bem como a intensificação do processo de internacionalização do renmibi (RMB). Por fim, o desenvolvimento econômico e a integração regional conferem à China um maior envolvimento na coordenação das dinâmicas políticas na Eurásia (PAUTASSO; UNGARETTI, 2017, p. 39).

²¹ “De acordo com o documento elaborado pela CNRD (2015), o “espírito da Rota da Seda” pode ser entendido a partir das premissas de paz, cooperação, abertura, inclusão e benefício e aprendizado mútuos. Além disso, o espírito simboliza a cooperação entre o Oriente e o Ocidente e constitui uma herança cultural compartilhada por todas as nações do mundo”. (PAUTASSO; UNGARETTI, 2017, p. 38).

²² “O conceito de “comunidade de futuro compartilhado” – ou de “destino comum” – está inserido dentro da nova – e bem desenhada – estratégia diplomática do presidente Xi Jinping. O “sonho chinês” serve para manter a unidade e a estabilidade doméstica, enquanto que o conceito de “comunidade de futuro compartilhado” serve para assegurar um ambiente pacífico e estável na vizinhança chinesa, principalmente na região da Ásia-Pacífico” (KAI, 2013 *apud* PAUTASSO; UNGARETTI, 2017, p. 38).

4.1.2 A dimensão da BRI e a centralidade da China no *heartland* euroasiático

Após a contextualização a respeito dos objetivos e dos princípios norteadores da Iniciativa da Nova Rota da Seda, vale analisar a relevância da dimensão potencial da estratégia de cooperação. Buscar-se-á delinear, nesse sentido, que a disposição dos projetos da Iniciativa criará condições objetivas para a consolidação de uma posição central para a China no âmbito das dinâmicas de desenvolvimento e integração geoeconômica na macrorregião Euroasiática.

Em linhas gerais, o escopo territorial da Iniciativa representa a integração de três continentes: Ásia, Europa e África. A convergência das extensas áreas será realizada a partir da articulação de dois cinturões (ou corredores) econômicos, que representam um novo modelo de integração física interestatal: o Cinturão Econômico da Nova Rota da Seda, que corresponde a parte da integração continental; e a Nova Rota da Seda Marítima, que corresponde a parte da integração marítima. De forma conjunta, os dois Cinturões formam a estrutura da Iniciativa da Nova Rota da Seda, e representam, em última instância, a possibilidade de uma integração de dimensões territoriais impressionantes, acomodando grande parte da macrorregião Euroasiática (Figura 9) (BRUGIER, 2014; YIWEI, 2016).

Figura 9 – Dimensão Territorial da Iniciativa da Nova Rota da Seda



Fonte: Yiwei (2016) *apud* Andreolli (2019)

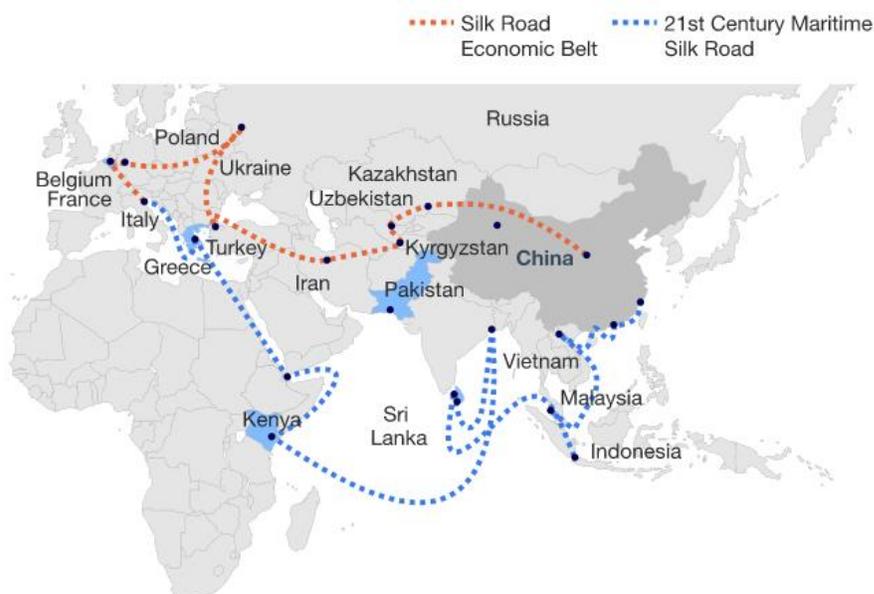
Contextualizando a dimensão do projeto, cita-se a descrição feita pela própria CNRD,

“O cinturão e a Rota perpassam a Ásia, a Europa e a África, conectando o vibrante eixo econômico da Ásia Oriental com a Europa, englobando diversos países com enorme potencial de desenvolvimento econômico. O Cinturão Econômico tem como foco trazer junto China, Ásia Central, Rússia e Europa (Báltico); ligando a China com o Golfo Pérsico e o Mar Mediterrâneo através da Ásia Central e Ásia Ocidental; e conectando a China com o Sudeste Asiático, Ásia Meridional e Oceano Índico. A Rota da Seda Marítima está desenhada para ir da costa chinesa a Europa através do Mar do Sul da China e do Oceano Índico em uma rota, e do Mar do Sul da China para o Sul do Pacífico em outra rota” (CNRD, 2015 *apud* PAUTASSO; UNGARETTI, 2017, p. 28).

Em complementaridade, destaca-se que,

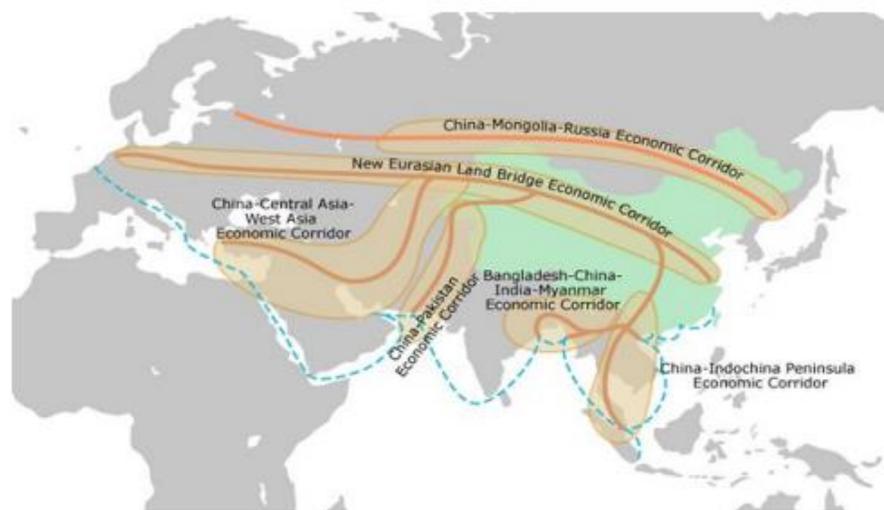
“Em linhas gerais, assume-se que a Iniciativa OBOR busca integrar Ásia, África e Europa através de cinco diferentes rotas. Em relação ao Cinturão Econômico continental, ressaltam-se três rotas conectando: a) China e Europa através da Ásia Central e da Rússia; b) China e Oriente Médio através da Ásia Central; c) China, Sudeste Asiático, Ásia Meridional e Oceano Índico. No que diz respeito à Rota da Seda Marítima, são duas rotas integrando: d) China e Europa através do Mar do Sul da China e Oceano Índico; e) China, Pacífico Sul e o Mar do Sul da China. Considerando estas rotas principais, a Iniciativa OBOR tem como finalidade aproveitar a já existente infraestrutura logística internacional – assim como cidades centrais e portos importantes – de modo a estabelecer seis corredores econômicos internacionais, nomeadamente: a) China-Mongólia-Rússia; b) New Eurasian Land Bridge; c) China-Ásia Central-Ásia Ocidental; d) Bangladesh-China-Índia-Mianmar; e) China-Península Indochina; f) China-Paquistão.” (PAUTASSO; UNGARETTI, 2017, p. 29). (Figuras 10 e 11).

Figura 10 - Cinturão Econômico da Nova Rota da Seda e a Nova Rota da Seda Marítima



Fonte: Jinchun (2016)

Figura 11 – Corredores econômicos provenientes das Rotas



Fonte: Honk Kong Trade Development Council (2016) *apud* Pautasso e Ungaretti (2017, p. 29).

Aprofundando o entendimento sobre tais perspectivas de integração, vale delinear uma análise particular sobre os Corredores Econômicos, nomeadamente: (1) China-Mongólia-Rússia;

(2) *New Eurasian Land Bridge*; (3) China-Ásia Central-Ásia Ocidental; (4) Bangladesh-China-Índia-Mianmar; (5) China-Península Indochina; (6) China-Paquistão.

Em relação ao primeiro, que propõe a integração da China, Mongólia e da Rússia, vale destacar inicialmente a convergência do planejamento via BRI com a crescente e cada vez mais consolidada relação cooperativa entre as duas principais potências da macrorregião Euroasiática. O pilar de tal corredor é o estreitamento da integração física entre os três países, a partir de construção e reformas de conexões (rodovias e ferrovias), visando a viabilização de uma melhor conectividade logística para transporte de commodities comerciais e energéticas. Como exemplo, vale citar a construção de uma ferrovia interestatal ligando Pequim a Moscou, passando pela Mongólia e aproveitando de caminhos pré-existentes pertencentes à infraestrutura da ferrovia Transiberiana (POPULATION COUNCIL, 2017; PAUTASSO; UNGARETTI, 2017).

No que se refere ao segundo, o *New Eurasian Land Bridge*, vale destacar sua ambição e complexidade, na medida em que visa a conexão com a Europa. O corredor se baseia na consolidação de uma ferrovia ligando a China ao porto de Rotterdam, na Holanda. A estrutura, que será articulada a partir da conexão de ferrovias no Cazaquistão com as já existentes ferrovias de Lianyungang-Lanzhou e Lanzhou-Xinjiang, passará por Rússia, Bielorrússia, Polônia e Alemanha até chegar em seu destino. O principal pilar de tal projeto será a grande facilitação logística proveniente da consolidação de tal rota, tendo em vista a renovação da infraestrutura para transporte e a simplificação de processos burocráticos (necessidade de declaração, inspeção e desembarço uma única vez para todo o trajeto) (POPULATION COUNCIL, 2017; PAUTASSO; UNGARETTI, 2017).

No tocante ao terceiro corredor, que propõe a ligação entre a China, a Ásia Central e a Ásia Ocidental, destaca-se como pilar estratégico o âmbito energético. Tal rota, quando consolidada, permitirá à China o acesso ao Mar Arábico, indicando um ganho geoestratégico relevante no sentido da diminuição da dependência do país da rota tradicional de transporte de commodities energéticos provenientes dos países do Golfo Pérsico, o Estreito de Malaca. É importante ressaltar, ainda, a proposição de uma ferrovia de alta velocidade para a Ásia Central, percorrendo grandes distâncias desde a Província de Xinjiang, passando por Uzbequistão, Turcomenistão, Irã e Turquia. Tal projeto agregaria, ainda, a renovação de partes da malha ferroviária da região (as quais se apresentam fora dos padrões internacionais), e, conseqüentemente, acarretariam a aceleração do desenvolvimento dessas áreas – a partir do

acréscimo de investimentos e da facilitação de infraestruturas para comércio – compondo outra faceta da estratégia da China com a BRI, a diminuição das assimetrias internas do país. (POPULATION COUNCIL, 2017; YIWEI, 2016; PAUTASSO; UNGARETTI, 2017; LEN, 2015).

O quarto corredor, por sua vez, propõe a ligação do Sudeste Asiático, com a composição de projetos de integração entre a China, a Índia, Bangladesh e Mianmar. O principal pilar desse âmbito da Iniciativa BRI é um corredor multimodal de 2.800 km conectando Kunming, na China, com o nordeste da Índia, passando também por Bangladesh e Mianmar. Vale ressaltar, ainda, que no âmbito tal corredor a China buscou também aprofundar relações bilaterais visando a melhora de aspectos essenciais de infraestrutura em Bangladesh e Mianmar. Como exemplo, pode-se citar a instauração de uma Zona Econômica Especial província de Rakhine, em Mianmar, e a construção de ligações multimodais (ferrovias e rodovias) entre Kunming, na China, e a província de Chittagong, em Bangladesh. (PAUTASSO; UNGARETTI, 2017; PAUL, 2016; ISLAM; HOSSAN; MATIN, 2015).

Em se tratando do quinto corredor, entre a China e a Península Indochina, destaca-se como objetivo central a ideia de potencializar as relações com Indonésia, Filipinas, Camboja e Mianmar, a partir da melhoria da conectividade na região. O projeto de tal corredor infere no engajamento da Rota terrestre com a Marítima, com o pilar essencial de infraestrutura continental a ser desenvolvido sendo uma rede ferroviária que conectaria a sub-região do grande Mekong, ligando Kunming, na China, a Singapura (PAUTASSO; UNGARETTI, 2017; ISLAM; HOSSAN; MATIN, 2015).

Finalizando os corredores econômicos, destaca-se o corredor China-Paquistão. O pilar central desse projeto é a ligação da região de Xinjiang, na China, com o Porto de Gwadar, no Paquistão, estrutura para águas profundas financiada e construída pela China. A relação bilateral, para além do corredor econômico, vem se desenvolvendo de forma bastante abrangente, com projetos sendo delineados em diferentes áreas, tais como: vias multimodais (ferrovias e rodovias), estruturas para o setor de energia (Hidrelétrica de Karot, por exemplo; além de plantas de energia eólica e solar) (POPULATION COUNCIL, 2017; PAUTASSO; UNGARETTI, 2017; RITZINGER, 2015).

No que se refere à Rota da Seda Marítima, destaca-se como pilar estratégico de tal empreendimento o aumento da conectividade marítima. Englobando grande parte do Sul e do

Sudeste Asiático e estendendo-se até o norte da África, a Rota conecta os oceanos Pacífico e Índico e perpassa importantes rotas marítimas em locais estratégicos, como o Mar do Sul da China, o Estreito de Malaca, o Mar Arábico, o Golfo de Áden e o Golfo Pérsico. O principal âmbito de atuação nesse projeto é a modernização das estruturas portuárias dos países envolvidos, de modo a incrementar a conectividade com vistas a melhores condições para os âmbitos de cooperação econômica e segurança regional. Como exemplo de projetos no guarda-chuva da Rota Marítima, destacam-se obras de infraestrutura (reforma e construção) portuária em diversos países, como Camboja, Mianmar, Malásia, Sri Lanka, Bangladesh, Paquistão, etc. Perpassando o limite geográfico asiático, a Rota Marítima infere também em projetos de infraestrutura na África, no que representa um aprofundamento do escopo da Iniciativa BRI. Pode-se citar, nesse sentido, os portos de Libreville (Gabão), Tema (Togo), Kribi (Camarões), Lamu (Quênia), Bagamoyo (Tanzânia), entre outros. Vale ressaltar, ainda, que muitos desses projetos estão sendo empreendidos por empresas estatais chinesas, como a China Communication Construction Company (CCCC) e a China Harbour Engineering Company (CHEC), por exemplo, o que configura uma estratégia muito interessante para o alargamento da influência desses importantes atores, além de incrementar a projeção da China para o continente africano (LIN, 2015; LEN, 2015; ROELL, 2016; SIPRI, 2018; GREEN, 2018).

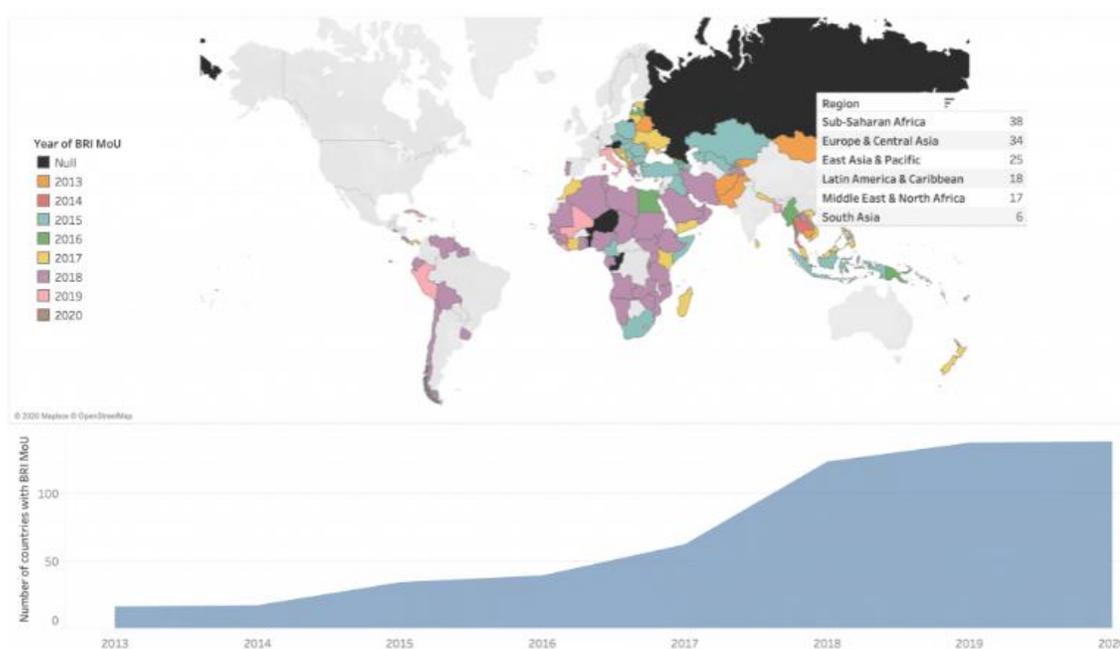
Com praticamente 90% do comércio internacional total da China em volume e com aproximadamente 60% do comércio por valor (*trade by value*) sendo transportado por vias marítimas, o estabelecimento de uma relevante variedade de rotas alternativas é um aspecto essencial para a segurança nacional da China, diluindo vulnerabilidades potenciais como a questão da segurança energética (*energy security*) e de segurança de alimentos (*food security*). Com a Rota da Seda Marítima e suas dinâmicas, a China garante a proteção de linhas marítimas de comunicação através da diversificação de rotas potenciais e do acesso a pontos estratégicos (através da aquisição de propriedade sobre portos estrangeiros localizados em canais de trânsito relevantes). A partir desse cenário, garantindo capacidade de acesso desimpedido por necessidade ou estratégia a rotas marítimas internacionais vitais, a China se garante em um nível estrutural e de longo prazo (LEN, 2015; ROELL, 2016; SIPRI, 2018; GREEN, 2018).

Percebe-se, contextualizando o escopo da Iniciativa, que ela representa muito mais do que um projeto de integração. Fica evidente um caráter multifacetado, na medida em que a Iniciativa

infiere nos mais diferentes âmbitos das Relações Internacionais, tais como: política, diplomacia, economia, geopolítica, segurança e cultura.

Em primeiro lugar, destaca-se o evidente gigantismo da estratégia para o âmbito político-diplomático. O ambicioso projeto conta com uma participação sem precedentes para uma iniciativa de cooperação, fato que reflete na aderência da diplomacia chinesa em construir relações (Gráfico 8). Tal questão é de suma importância pois remete a uma crescente capacidade de utilização de *Soft Power*, com a diplomacia econômica como principal meio de convencimento (DAOJIONG, 2015). Apesar de potencialmente vir a conduzir a situações conflituosas, a Iniciativa demanda uma condição de paz e estabilidade na região sob a qual infiere para sua consolidação, e tal fato indica que sua condução será construtiva, não coercitiva. Tal dinâmica de projeção contrasta de forma evidente com a postura chinesa para o Mar do Sul (fato que será explorado na próxima seção), e, portanto, o projeto da BRI também representa para a China um mecanismo para apaziguar suas relações conturbadas na região (ROELL, 2016; ROLLAND, 2012).

Gráfico 8 – Países membros da Iniciativa da Nova Rota da Seda



Fonte: BELT AND ROAD INITIATIVE QUICK INFO (2020).

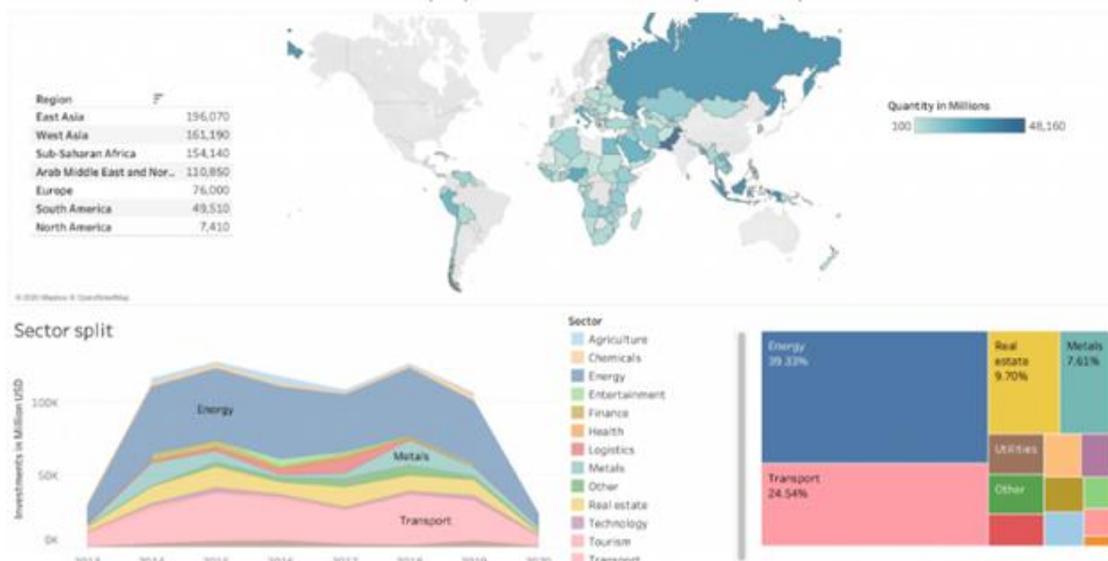
Vale destacar, ainda, que desde o início da implementação da Iniciativa até novembro de 2020, a China delineou 201 acordos no âmbito da Iniciativa com 138 países e 31 Organizações Internacionais (ZHANG, 2019; CHINA ENHANCES COOPERATION, 2020). Além disso, o âmbito político-diplomático também é contemplado pela Nova Rota da Seda na medida em que se propõe sinergias entre a Iniciativa em si e o planejamento de desenvolvimento dos países envolvidos. Como exemplo, vale citar a Visão Saudita 2030, da Arábia Saudita; a Agenda 2063 da União Africana; a Estratégia de Desenvolvimento Nacional 2018-2040, do Quirguistão; e o programa Caminho de Desenvolvimento, da Mongólia. Além desses, também é proposta a sinergia entre projetos da BRI com a União Econômica Euroasiática, iniciativa de cooperação liderada pela Rússia (ARASE, 2015; BRI PARTICIPATING COUNTRIES, 2019).

No tocante ao âmbito geopolítico, os projetos da BRI influenciam em três principais aspectos: em primeiro lugar, na diversificação de rotas de comércio, que inferem especialmente nas principais vulnerabilidades potenciais da China (segurança energética e segurança de alimentos); em segundo lugar, na desarticulação de grupos que atuam visando perspectivas separatistas e fundamentalistas, a partir da inserção de tais territórios problemáticos em um projeto que desencadeia desenvolvimento para a região; e, em terceiro lugar, na desarticulação de fatores que contribuem para a facilitação de estratégias de penetração dos EUA na região (ARASE, 2015; ROELL, 2016; PAUTASSO; UNGARETTI, 2017; ROLLAND, 2019).

O âmbito econômico, por sua vez, é avaliado a partir da ideia de crescimento por conectividade (*growth through connectivity*). O pilar estratégico é a promoção de investimentos em infraestrutura no âmbito territorial do projeto, de maneira a melhorar a conectividade da macrorregião Euroasiática como um todo. Na lógica do projeto, a comunicação de políticas e a melhoria na conectividade da infraestrutura da região irá garantir a facilitação do comércio, do fluxo de capital e dos intercâmbios culturais (em áreas como educação e ciência e tecnologia, por exemplo) (CHINA'S BELT AND ROAD INITIATIVE IN THE GLOBAL TRADE, 2018). Desde sua implementação até setembro de 2019, o volume total de comércio entre a China e os parceiros no âmbito da Iniciativa da Nova Rota da Seda superou o absurdo montante de 6 trilhões de dólares (WENQIAN, 2019). Somente em 2019, foi percebido um crescimento impressionante de 1,34 trilhões de dólares (ARASE, 2015; CHEN; HOU; XIAO, 2018; CHINA'S TRADE WITH BRI, 2020). Percebe-se, analisando tais números, que a Iniciativa vem rendendo frutos no

âmbito econômico, apesar dos grandes investimentos que ela demanda para sua consolidação (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Investimentos chineses nos países membro da Iniciativa da Nova Rota da Seda (2013-2020, por milhões de dólares)



Fonte: BELT AND ROAD INITIATIVE QUICK INFO (2020).

Em última instância, tendo em vista os principais âmbitos sob os quais a Iniciativa infere, destaca-se que o melhor entendimento acerca de uma nomenclatura conceitual seria no sentido de um projeto geoeconômico. Ou seja, um projeto cujo objetivo é a promoção dos interesses nacionais a partir da utilização de mecanismos econômicos, com vistas a garantir benefícios geopolíticos (BLACKWILL; HARRIS, 2016). Entretanto, ao se adicionar os âmbitos político, securitário e cultural, entende-se que a estratégia BRI é mais complexa. Constata-se, dessa forma, que a Iniciativa da Nova Rota da Seda é, para além de um projeto de integração visando o desenvolvimento regional, uma parte essencial da Grande Estratégia do governo Xi Jinping para alcançar o sonho chinês (ARASE, 2015; CHEN *et al* 2018).

Avalia-se, analisando o escopo e os objetivos do plano, que ele remete diretamente à estratégia chinesa de solidificação de um sistema regional sinocêntrico, com a China se consolidando como o Estado-pivô de seu entorno estratégico e centralizando sua condição de grande potência no âmbito das dinâmicas de desenvolvimento da região. Porém, a grandiosidade

da Iniciativa permite a argumentação de que o planejamento chinês vai além, no sentido de uma ambição assertiva de nível sistêmico (ZHANG, 2015; FALLON, 2015; SØRENSEN, 2015). A projeção regional chinesa era, de acordo com suas parcerias estratégicas e coalizões, balizada em um eixo a leste (ASEAN+1) e outro a oeste (OCX). A partir da Iniciativa da Nova Rota da Seda, contudo, entende-se que a diplomacia chinesa visa alargar sua área de influência e, conseqüentemente, seu protagonismo, alcançando também grande parte da Europa, Oriente Médio e África (PAUTASSO; UNGARETTI, 2017).

Conclui-se, nesse sentido, que a Iniciativa da Nova Rota da Seda representa perfeitamente a nova postura chinesa frente ao Sistema Internacional. De potencial proporcional a sua ambição e magnitude, o projeto reflete claramente a simbiose entre o desenvolvimento chinês e o aumento de sua influência global (PAUTASSO; UNGARETTI, 2017). Em última análise, avalia-se que, a partir da consolidação das potencialidades de tal estratégia, a China vai angariando condicionantes importantes para se estabelecer em uma posição central nas dinâmicas de desenvolvimento da região, o que contribuiria muito para sua afirmação como hegemona regional (MEARSHEIMER, 2001; ZHANG, 2015; FALLON, 2015; SØRENSEN, 2015).

4.2 O MAR DO SUL DA CHINA COMO INSTRUMENTO DE PROJEÇÃO DE PODER

Nesse sentido, vale analisar, como ferramenta empírica adicional, a estratégia chinesa para o Mar do Sul da China, caracterizado como uma das principais arenas estratégicas do Sistema Internacional atualmente e uma área de grande valor e influência para as dinâmicas regionais, nos mais diversos âmbitos (político-estratégico, econômico, securitário, etc.) e escalas (relações bilaterais, multilaterais e sistêmicas). Tal questão é, sem dúvida, um dos pontos de atrito mais tensos da região e deve ser avaliada não a partir de seus aspectos técnico-jurídicos, mas sim como um objeto geopolítico, com potencial para impactar de forma afirmativa o Sistema Internacional.

É imperativo destacar, além disso, que as disputas e litígios territoriais perpassam em grande medida a escala regional. Isso ocorre devido ao fato de que tais interações referem-se a uma das mais relevantes facetas da balança de poder da macrorregião Ásia-Pacífico e representam, também, uma importante via de atuação dos EUA como balanceador externo para a região.

4.2.1 A estratégia chinesa para o contencioso regional

É importante, inicialmente, destacar que a análise acerca da estratégia chinesa será balizada a partir leitura das entrelinhas do discurso oficial da RPC, somado a perspectivas de autores chineses. Como contrapartida, será destacado também a avaliação de autores ocidentais (majoritariamente norte-americanos), de maneira a prover a análise de maior credibilidade e imparcialidade.

O discurso oficial da RPC para a questão do Mar do Sul não abre brechas para o entendimento de uma postura assertiva, ao passo que é semelhante e balizado sob os mesmos princípios ordenadores de política externa para outras questões estratégicas. Evidentemente, o discurso representa a vontade política chinesa de defender e assegurar sua soberania territorial e seus direitos marítimos frente a região, porém em um sentido cooperativo e por meio do diálogo e do entendimento por vias de ganhos mútuos. Busca, com essa postura, garantir a estabilidade da região e a resolução das disputas pela via diplomática (FULL TEXT OF CHINESE GOV'T STATEMENT, 2016).

Em complementaridade, destaca-se a visão do vice-ministro de Relações Exteriores da China, Liu Zhenmin. Liu (2016) ressalta os conceitos tradicionais de projeção chinesa, indicando que mesmo alterados conforme as etapas de desenvolvimento vão sendo alcançadas (por exemplo, no campo de projeção, a dialética alterou do conceito de “ascensão pacífica” – *peaceful rise* -, para “desenvolvimento pacífico” - *peaceful development*), sempre mantém os princípios fundamentais de foco na cooperação e na paz e estabilidade. De acordo com sua ideia, no caso da questão do Mar do Sul não será diferente. A RPC manterá sua retórica e confia na sua capacidade diplomática para resolver as disputas e situações de discordância através de conversas em âmbito bilateral (LIU, 2016).

Nessa mesma toada, Yan Xuentong (2011) traz uma contribuição relevante, ao buscar a concepção histórica para corroborar o discurso chinês. De acordo com seu entendimento, a análise aprofundada da história política chinesa permite a compreensão de que o país nunca buscou o comportamento agressivo e sempre foi avesso a ideia do uso da força como recurso primário para angariar seus interesses, por mais importantes que sejam. Tal raciocínio, desenvolvido a partir da síntese entre pensamentos e conceitos da antiguidade da China com

novas interpretações e teorizações sobre a inserção internacional atual, é bastante difundido na academia chinesa e consta como ponto focal de argumentação inclusive da diplomacia oficial (que destaca como uma das questões mais relevantes para a resolução do imbróglio a seu favor a questão dos direitos históricos da China sobre a região) (YAN, 2011).

Em contrapartida, destaca-se, por exemplo, a visão de Mearsheimer (2001). Idealizador da vertente teórica que balizou a visão analítica e solidificou os argumentos do presente estudo, o autor norte-americano tem uma perspectiva pessimista frente ao cenário atual das disputas no Mar do Sul da China. De acordo com seu pensamento, a ascensão chinesa ao status de grande potência não será por meio de um processo pacífico e cooperativo, essencialmente devido a dois fatores: a dinâmica de rivalidades regionais (principalmente em relação à Índia, considerada um rival estratégico regional importante - Pivô Geopolítico com capacidades nucleares) e a resposta que os EUA terão de delimitar frente a tal movimento chinês (o que acarretaria grandes desavenças e, possivelmente, conflito). As disputas no Mar do Sul, nesse sentido, seriam pautadas pela forte divergência entre os atores correspondentes e, por isso, um cenário de resposta diplomática incontestável seria improvável (MEARSHEIMER, 2001).

Além dele, vale destacar a visão de Sigfrido Burgos Cáceres (2014), que caracteriza a questão como extremamente sensível e delicada, devido aos grandes desacordos entre as demandas. Tal cenário, segundo ele, promove uma situação de desconfiança mútua, que somada a profundas contradições e conflitos históricos regionais, tende a alimentar o dilema de segurança²³ (CÁCERES, 2014). Com ideias similares, o professor da Academia Naval dos Estados Unidos, Robert Kaplan (2015), ressalta também o entendimento de que Beijing necessariamente tem de dissuadir a influência americana na região Ásia-Pacífico como etapa preliminar a seu estabelecimento como Estado-pivô regional. Tal posicionamento, contudo, não será eminentemente bem-visto aos olhos americanos, que responderão “à altura” (KAPLAN, 2015). Em complementaridade, destaca-se a visão do jornalista inglês Bill Hayton (2014), que sustenta que será no Mar do Sul que ocorrerá de fato o “embate” estratégico/ideológico entre as potências rivais; a consolidada, porém em declínio (mas ainda defendendo seu posicionamento de liderança), e a competidora em ascensão. A China buscará, segundo ele, estabelecer-se como potência global a partir do controle das rotas de navegação da região, diluindo a primazia dos

²³ Conceito realista que discorre sobre a questão de que na busca pela sua segurança, os Estados competem entre si, aumentando a insegurança do sistema como um todo.

EUA a níveis menos disruptivos em seu entorno estratégico, acarretando a necessidade de resposta norte-americana, em uma disputa perigosa e de consequências duradouras para ambos os países, para a região e para o Sistema Internacional como um todo (HAYTON, 2014).

Entende-se, a partir da análise de tais argumentos, que todas as interpretações são fundamentadas e convincentes. O embate entre os vieses teóricos, contudo, é nítido, mas deriva claramente do fato de que cada visão reflete um ponto de vista dicotômico, o que é normal e de certa forma previsível no âmbito das Relações Internacionais, na medida em que obviamente cada “lado” procura sempre defender seus interesses (entendimento em conformidade com ideias realistas). Entretanto, avalia-se que é a realidade prática que de fato fundamenta o entendimento completo e, principalmente por se tratar de um âmbito tão disputado e conflituoso, em que os interesses são em grande medida inversamente proporcionais, somente a partir dela poderemos captar as verdadeiras intenções dos envolvidos. Para aprofundar nessa temática, é importante entender o que torna o Mar do Sul da China tão relevante e quais as demandas estão em jogo nas disputas diplomáticas.

Em relação a importância geopolítica do Mar do Sul da China, destaca-se inicialmente duas questões. Primeiro, avalia-se que a relevância de tal arena estratégica se dá em dois níveis, que se entrelaçam. Esse ponto deriva do entendimento de que as questões envolvendo o Mar do Sul partem de um nível regional, mas influenciam o nível global/sistêmico, devido aos atores envolvidos e a magnitude das possíveis consequências. O segundo ponto diz respeito à compreensão da relevância do Mar do Sul a partir de dois âmbitos, diferentes, mas complementares. São eles: o âmbito econômico e o âmbito estratégico.

No que se refere ao primeiro, é importante destacar que o Mar do Sul da China é uma das rotas de comércio mais importantes do mundo. Se estendendo de Singapura e pelo Estreito de Malaca²⁴ no Sudeste ao Estreito de Taiwan no Nordeste (além de abarcar Estreitos de menor relevância como o Sunda, Lombok e Makassar – *strategic chokepoints*), se caracteriza como uma enorme massa conectiva no centro do *Rimland*²⁵ navegável da Eurásia (KAPLAN, 2015) (Figura 12). Além disso, a importância geopolítica da região se evidencia pela imensa concentração de recursos naturais (essencialmente petróleo e gás natural), além de ser uma das principais áreas de

²⁴ Principal passagem marítima entre o Oceano Índico e o Oceano Pacífico, por onde são transita grande volume do comércio internacional.

²⁵ Termo cunhado pelo estrategista e professor de Relações Internacionais Nicholas Spykman, o Rimland representa a faixa de terra costeira que circunda a Eurásia.

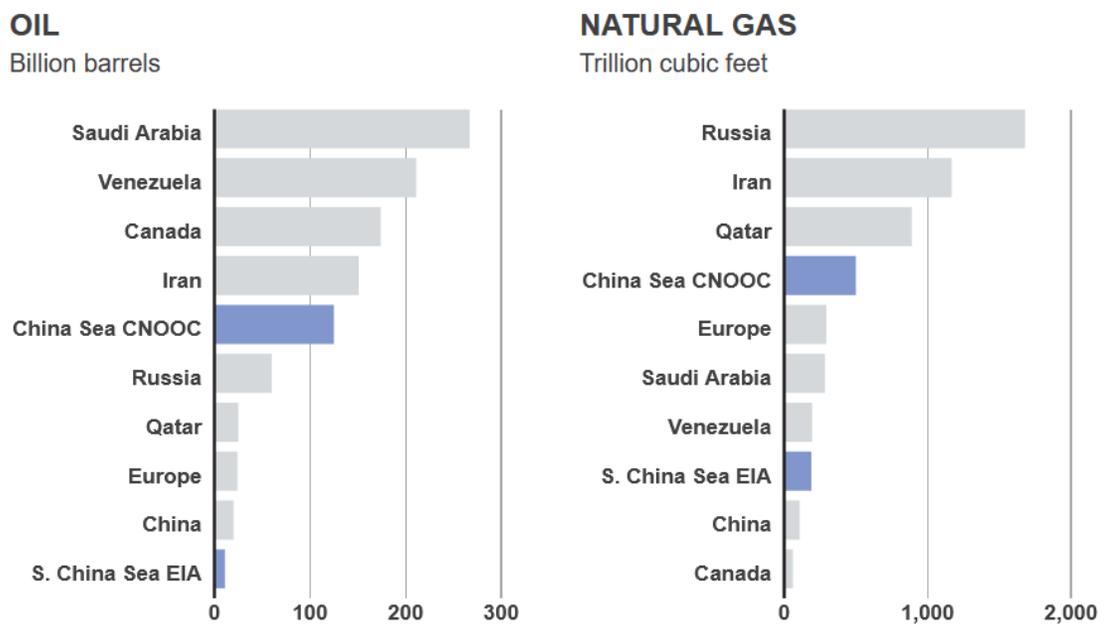
pesca no mundo. Aprofundando essas questões, segundo um relatório do Departamento de Defesa dos Estados Unidos (USADoD), aproximadamente \$5.3 trilhões de dólares em valores de bens transitam por tal rota marítima, no que se caracteriza como um terço de todo tráfego marítimo mundial (O’ROURKE, 2018). Além disso, estima-se que no Mar do Sul existam reservas de 11 bilhões de barris de petróleo e 190 trilhões de metros cúbicos de gás natural (mais do que existe em muitos dos maiores países exportadores de tais *commodities* – Gráfico 10). No que se refere a questão pesqueira, avalia-se que a região abarque aproximadamente 10% do total global de áreas suscetíveis e lucrativas para tal prática (O’ROURKE, 2018).

Figura 12 – Mar do Sul da China (Político)



Fonte: MAP OF THE SOUTH CHINA SEA ([2020])

Gráfico 10 – Comparação entre as reservas de petróleo e gás natural no Mar do Sul da China com outros grandes exportadores de tais commodities



Sources: U.S. State Department; UN Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea; U.S. Energy Information Administration; Reuters
By Wen Foo, Simon Scarr and Matthew Weber | REUTERS GRAPHICS

Fonte: Buszynski (2018)

Vale ressaltar, por fim, que atualmente os países que costeiam o Mar do Sul da China representam aproximadamente 20% da produção econômica global. Tal dado, porém, tende a aumentar significativamente nos próximos anos, especialmente de acordo com o nível de consolidação das estratégias de integração físicas e econômicas provenientes da Iniciativa BRI. Entende-se, a partir de tal contextualização, que o Mar do Sul da China representa o mais vital “corpo” marítimo para a economia global no século XXI, e, nesse sentido, as consequências das interações em tal arena estratégica delinearão em grande medida o futuro da arquitetura econômica vigente (ROEDEL, 2012; PAUTASSO; DORIA, 2017).

Em relação ao segundo, avalia-se que o âmbito estratégico do Mar do Sul da China pode ser entendido a partir de duas perspectivas complementares: a questão política/ideológica e a questão securitária.

No que se refere a primeira questão, ressalta-se a região como uma das mais importantes áreas de influência no âmbito do jogo de poder global, e, no contexto da disputa entre China e

EUA, o Mar do Sul se apresenta como uma faceta importantíssima de controle e administração. No caso chinês, no aspecto político/ideológico, a região é imperativa para seu projeto de projeção de poder e influência. No caso norte-americano, no mesmo âmbito de análise, a região se apresenta como uma área focal imprescindível para a dissuasão da projeção chinesa. Ao mesmo tempo, representa uma das principais áreas de influência no sentido de se manter como potência hegemônica capaz de utilizar da estratégia de balanceador externo para a manipulação da balança de poder asiática (ROEDEL, 2012; PAUTASSO; DORIA, 2017; O'HANLON, 2020).

Vale destacar, ainda, a perspectiva asiática, avaliada de forma conjunta (com a China inserida em tal argumento). Para além da grande contradição que existe em relação às disputas diplomáticas, que dizem respeito a vontade política de todos os atores em manter as rotas marítimas abertas e funcionais (pois todos se beneficiam delas, mesmo competindo pelo território – e todos sofreriam muito caso tais rotas sofressem disfunções), os países asiáticos veementemente garantem que não tem pretensões de aprofundar o nível do “conflito”. Isso ocorre devido à proximidade diplomática consolidada nas últimas décadas, especialmente a partir de coalizões regionais e da abrangência e maior influência do *Soft Power* chinês na região (facetas explicadas no capítulo anterior). Avalia-se, entretanto, que devido às grandes divergências entre as demandas dos atores envolvidos tais disputas ainda vão perdurar por muitos anos até serem plenamente resolvidas e assentadas (DORNELLES JÚNIOR, 2012; HAYTON, 2014).

Sobre a segunda questão, destaca-se a visão chinesa. O Mar do Sul representa, para além do que já foi discutido, uma importante faceta da estratégia de segurança nacional da China. Essa questão é complexa e decorre diretamente da postura ofensiva dos EUA para a região, em uma perspectiva de projeção contrária às pretensões chinesas. Nesse sentido, pode-se elencar duas facetas que a região infere no âmbito securitário: primeiro, o Mar do Sul se apresenta como uma rota vital para o suprimento das enormes demandas por *commodities* da China, sendo o trajeto usual da maioria dos recursos naturais (petróleo e gás, principalmente) provenientes do Oriente Médio, por exemplo (segurança energética); e, segundo, pois o controle da região garante que estratégias de contenção (como negar ou dificultar o acesso aos Oceanos Pacíficos e Índico, por exemplo) não poderão ser empreendidas, ao mesmo tempo em que é utilizada como uma *buffer-zone*²⁶, protegendo a área continental e dissuadindo possíveis ameaças provenientes de posturas

²⁶ “Buffer zone”, ou zona tampão, corresponde a uma faixa territorial que separa duas entidades geográficas ou políticas diferentes.

ofensivas (segurança estratégica no âmbito militar - Figura 13) (ROEDEL, 2012; DORNELLES JR, 2014; HAYTON, 2014; FRAVEL, 2019).

Figura 13 – “Primeira e Segunda” cadeia de ilhas como perímetro marítimo



Figure 4: The First and Second Island Chains. PRC military theorists refer to two “island chains” along China’s maritime perimeter. The First Island Chain includes Taiwan and the Ryukyu Islands, the Second Island Chain extends from Japan to Guam.

Fonte: ASIA MAPS - PERRY-CASTAÑEDA Map Collection ([2020])

4.2.2 As reivindicações e disputas diplomáticas

No que se refere às disputas diplomáticas, avalia-se um cenário muito delicado de contestação para as pretensões chinesas, sob diversas frentes, em uma situação com grandes possibilidades de propagação de instabilidades e descontentamento. No geral, contextualiza-se as disputas como envolvendo essencialmente uma grande variedade de ilhas e recifes (principalmente os arquipélagos Spratly e Paracels) e questões de soberania e territorialidade econômica (zonas econômicas exclusivas e mar territorial). Vale ressaltar, ainda, que tal cenário de incertezas e incompatibilidades é prejudicial para todos os atores envolvidos, em uma área de intensa volatilidade e que possui historicamente uma tradição beligerante (Quadro 1).

Quadro 1 - “Embates” militares no Mar do Sul da China como exemplo de tradição beligerante (1974-1999)

Date	Countries	Military Action
1974	China, Vietnam	China seized the Paracels from Vietnam, with 18 of its troops killed in clashes on one of the islands.
1988	China, Vietnam	Chinese and Vietnamese navies clashed at Johnson Reef in the Spratlys. Several Vietnamese boats were sunk and over 70 sailors killed.
1992	China, Vietnam	Vietnam accused China of landing troops on Da Luc Reef. China seized almost 20 Vietnamese cargo ships transporting goods from Hong Kong from June - September.
1994	China, Vietnam	China and Vietnam had naval confrontations within Vietnam's internationally recognized territorial waters over Vietnam's Tu Chinh oil exploration blocks 133, 134, and 135. Chinese claim the area as part of their Wan' Bei-21 (WAB-21) block.
1995	China, Philippines	China occupied Philippine-claimed Mischief Reef. Philippine military evicted the Chinese in March and destroyed Chinese markers.
1995	Taiwan, Vietnam	Taiwanese artillery fired on a Vietnamese supply ship.
1996	China, Philippines	In January, Chinese vessels engaged in a 90-minute gun battle with a Philippine navy gunboat near the island of Capone, off the west coast of Luzon, north of Manila.
1997	China, Philippines	The Philippine navy ordered a Chinese speedboat and two fishing boats to leave Scarborough Shoal in April; the Philippine navy later removed Chinese markers and raised its flag. China sent three warships to survey the Philippine-occupied islands of Panata and Kota.
1998	Philippines, Vietnam	In January, Vietnamese soldiers fired on a Philippine fishing boat near Tennent (Pigeon) Reef.
1999	China, Philippines	In May, a Chinese fishing boat was sunk in a collision with Philippine warship. In July, another Chinese fishing boat was sunk in a collision with a Philippine warship.
1999	China, Philippines	In May, Chinese warships were accused of harassing a Philippine navy vessel after it ran aground near the Spratlys.
1999	Philippines, Vietnam	In October, Vietnamese troops fired upon a Philippine air force plane on reconnaissance in the Spratlys.
1999	Malaysia, Philippines	In October, Philippine defense sources reported that 2 Malaysian fighter planes and 2 Philippine air force surveillance planes nearly engaged over a Malaysian-occupied reef in the Spratlys. The Malaysian Defense Ministry stated that it was not a stand-off.

Fonte: US Energy Information Administration *apud* Roedel (2012, p. 25).

Inicialmente, destaca-se o posicionamento oficial da China. Possuidora das maiores demandas territoriais, abarcando quase a totalidade do Mar do Sul, a RPC baseia seus argumentos em conceitos doutrinários históricos e documentos oficiais ratificados pela mesma sobre as questões de soberania no seu entorno estratégico. Atualmente, Beijing sustenta suas reivindicações sobre o conceito da “linha dos nove-traços” (originalmente “linha dos onze-traços”, desenvolvida no contexto do pós-rendição japonesa na Segunda Guerra, em 1947 - inclusive com a ajuda técnica dos EUA -, mas modificada pelo Premier Zhou Enlai para os moldes atuais) (Figura 14), que determina soberania firme e incontestável sobre grande parte do Mar do Sul, abarcando, em seu ordenamento, os arquipélagos Spratly e Paracels (GAO; BINGBING, 2014; CHUBB, 2015; FULL TEXT OF CHINESE GOV'T STATEMENT, 2016).

Figura 14 – “Linha dos nove-traços”



Fonte: Street (2014)

Ademais, o governo chinês usa, como retórica oficial para corroborar suas demandas, o argumento de direitos históricos sobre a região. Tal posicionamento é baseado no entendimento de que a presença ativa da China no Mar do Sul data de mais de dois mil anos, sendo o primeiro País a descobrir, nomear e se dedicar à exploração e ao aproveitamento das ilhas localizadas na região, além de ter sido o primeiro Estado a exercer soberania e jurisdição sobre elas de forma contínua, pacífica e eficaz. Além disso, Beijing destaca e reafirma documentos oficiais próprios, ratificados, estabelecidos e de domínio público, como a Lei sobre o Mar Territorial e Zonas Contíguas, de 1992, que estabelece assertivamente a soberania indisputável sobre as ilhas e territórios reivindicados no Mar do Sul. Sabedora da complexidade do litígio, entretanto, a China busca evitar um comportamento unilateral e intervencionista, de forma a evitar o aprofundamento das disputas e o recrudescimento de antigos ressentimentos regionais, cenário contra produtivo à sua estratégia e de encontro aos interesses dos EUA (GAO; BINGBING, 2014; CHUBB, 2015; FULL TEXT OF CHINESE GOV'T STATEMENT, 2016).

No que se refere às demandas dos outros atores envolvidos, ressalta-se primeiramente a noção de que tais reivindicações são essencialmente mais pontuais. São baseadas, em sua grande maioria, nas condições e termos da Convenção da ONU sobre o Direito do Mar (*United Nations Convention on the Law of the Sea - UNCLOS*²⁷), que discorre sobre questões de territorialidade e soberania no âmbito marítimo. Destacam-se, nesse sentido, o posicionamento de Malásia, Filipinas, Vietnã, Taiwan e Brunei, que defendem ostensivamente a disposição internacional, ressaltando sua primazia frente a documentos de caráter interno e dissuadindo as demandas chinesas sob a alegação de que são contrárias ao direito internacional (Figura 15). Seus argumentos defendem, no geral, o respeito à soberania de suas "zonas econômicas exclusivas" (no âmbito da UNCLOS, é previsto um espaço de 200 milhas náuticas da costa, no qual o país tem garantido seu direito de explorar, com fins econômicos). Existe, no entanto, uma sobreposição inclusive sobre as reivindicações das próprias ZEEs, o que fomenta e retarda ainda mais as disputas e suas resoluções (CHUBB, 2015; PAUTASSO; DORIA, 2017; O'ROURKE, 2018).

Figura 15 – Demandas chinesas frente à disposição da UNCLOS



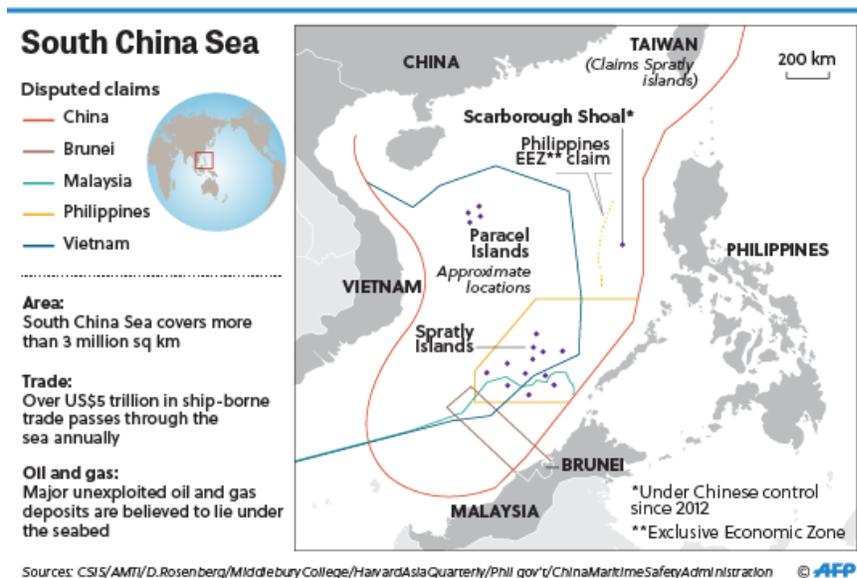
Fonte: Mirasola (2018)

²⁷ Celebrado em 1982, o Tratado estabelece as diretrizes do direito internacional frente a questões de soberania e conceitos de direito marítimo (Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva, Plataforma Continental, etc.).

É importante destacar, ainda, que o Vietnã utiliza também da perspectiva histórica para defender sus interesses, avaliando sua presença ativa nas ilhas do Mar do Sul desde o século 17. Além disso, as Filipinas também possuem demandas mais aprofundadas, destacando não só a jurisdição fundada sob o UNCLOS para parte das ilhas Spratly, como também do arquipélago Scarborough Shoal. Taiwan é outro Estado que demanda mais do que simplesmente “seus direitos”, a partir da interpretação do UNCLOS, pois afirma que possui jurisdição também sobre diversas ilhas do arquipélago Spratly, além de reivindicar também soberania sobre as ilhas Diaoyu/Senkaku. Percebe-se, analisando as demandas adicionais, que a área de maior dicotomia jurisdicional corresponde aos arquipélagos Spartly e Paracel. Isso ocorre devido a sua importância estratégica em relação as rotas de navegação (posição geográfica central no âmbito do Mar do Sul) e o grande potencial energético para exploração de petróleo e gás natural (CHUBB, 2015; PAUTASSO; DORIA, 2017; O’ROURKE, 2018).

Percebe-se, analisando a situação das disputas territoriais (Gráfico 11), que o cenário é extremamente complexo, especialmente pelo fato que grande parte das demandas sobrepõe umas às outras, inclusive entre os países costeiros contrários à posição chinesa. Tal dicotomia é percebida em todas as partes do Mar do Sul, mas em especial sobre os arquipélagos Spartly e Paracel e as ilhas Diaoyu/Senkaku, demandadas pela China, Taiwan e pelo Japão. China e Taiwan argumentam que a posse das ilhas pelo Japão deve ser entendida como uma conquista imperialista do Império Japonês no contexto da Primeira Guerra Sino-Japonesa, enquanto o Japão discorre que definiu soberania sobre as ilhas no século XIX, definindo-as naquele momento como *Terra Nullis* – do latim terra de ninguém. Tal questão ganha relevância pois estes territórios compõe os limites geográficos do Tratado de Cooperação Mútua e Segurança entre os EUA e o Japão, ocasionando uma disputa para além do nível de soberania, mas estratégico/securitário (ROEDEL, 2012; O’ROURKE, 2018; PAUTASSO; DORIA, 2017).

Gráfico 11 – Disputas diplomáticas no Mar do Sul da China



Fonte: BEIJING ANGRY OVER G7 (2017)

Vale ressaltar, finalizando a presente seção, o veredicto do Tribunal Permanente de Arbitragem de Haia, de julho de 2016, sobre a questão das disputas territoriais no Mar do Sul da China. A partir de uma demanda proposta pelas Filipinas, o Tribunal julgou não procedentes os argumentos chineses de presença histórica sobre a região, alegando que mesmo que tais direitos fossem condizentes, seriam incompatíveis com as zonas exclusivas estabelecidas pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (PH-CN-20160712-PRESS-RELEASE, 2016).

Em resposta, o governo chinês criticou veementemente a ação das Filipinas, ao passo que discordou de forma assertiva com os julgamentos do Tribunal. Sobre a ação filipina, Beijing ressaltou que o movimento unilateral partiu de uma ambição estratégica de internacionalizar a questão das disputas do Mar do Sul, tornando-a suscetível à influência externa. Liu Zhenmin, vice-ministro de relações exteriores da China, discursando em março de 2016, reafirmou a vontade política da China de resolver as problemáticas decorrentes das disputas territoriais no âmbito das relações bilaterais, conforme estabelecido na Declaração de Conduta das Partes no Mar do Sul da China, assinada em 2002 com dez países membros da ASEAN (LIU, 2016). No

que se refere à questão do julgamento, Beijing reiterou seus argumentos, ao mesmo tempo em que discorreu solenemente que a jurisdição do tribunal não se aplica para as questões do Mar do Sul. Ressaltou, ainda, que o veredicto é, em última análise, nulo e sem força vinculativa, e que a China não aceitará nenhuma solução imposta por terceiros em relação às disputas diplomáticas na região (TALMON; BINGBING, 2014; PRC MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2016).

Vendo na situação uma janela de oportunidade, os EUA e seus aliados prontamente criticaram a postura e o discurso oficial da RPC, avaliando-os como antidemocráticos e contrários aos ideais de cooperação defendidos e sempre destacados pelo País. Tal estratégia é semelhante a utilizada pelos EUA para a contenção da Rússia, no caso do litígio territorial com a Ucrânia, sob a qual busca “vilanizar” o rival competidor, buscando dilatar as desavenças regionais. Contudo, a análise aprofundada da questão permite o entendimento de que tal movimento dos EUA foi puramente oportunista, visto que historicamente nenhum membro do CSONU respeitou qualquer decisão do Tribunal de Haia, caso esse infrinja seus interesses ou sua soberania. Não obstante, os EUA sequer são signatários da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, o que lhes garante ainda menos força diplomática vinculativa para exercer influência frente a questão (GLASSER, 2014; PAUTASSO; DORIA, 2017).

É importante observar, entretanto, que apesar de o veredicto do Tribunal de Haia não ter força vinculativa de fato (por não existir nenhum mecanismo de execução e afirmação da sentença), a decisão foi extremamente contrária aos interesses de Beijing, especialmente por rejeitar firmemente o conceito da “linha dos nove-traços”. Tal questão é relevante pois impõe uma nova “arma” argumentativa e aumenta o nível de pressão diplomática frente à China, inclusive pela motivação de outros atores a buscarem e mesma via utilizada pelas Filipinas, deteriorando ainda mais a imagem de Beijing no que se refere às disputas no Mar do Sul.

4.2.3 “Going blue”: a consolidação chinesa pelo hard power

O presente subcapítulo visa, tendo em vista a estratégia da China para o Mar do Sul, a importância da região e o cenário das disputas diplomáticas vigentes (facetas contextualizadas e explicadas nas seções anteriores), destacar as grandes mudanças que vêm sendo empreendidas na marinha chinesa desde o fim da década de 1980, atingindo seu ápice a partir da ascensão de Xi Jinping ao poder. Tal questão é de extrema relevância pois altera significativamente as dinâmicas

de segurança da região, assim como influencia de maneira direta no futuro da projeção de poder e influência da China para o âmbito global.

Avalia-se, nesse sentido, que tal transformação é muito significativa, em um cenário que terá ramificações importantíssimas para o futuro. Grandes investimentos e mudanças críticas na estratégia marítima chinesa permitem e promovem a mudança estrutural que ocorre atualmente, de uma força marrom (*brown-water navy*) para uma força azul (*blue-water navy*). Como resultado, as capacidades operacionais da marinha chinesa percebem grandes melhoras, operando cada vez mais longe de suas águas regionais, tomando parte em diversas operações de segurança internacional (contra pirataria e em missões humanitárias, por exemplo) e buscando acesso adicional a diversos portos ao longo do globo (DORNELLES JR, 2014; PRC STATE COUNCIL, 2015; CHINA'S MARITIME DISPUTES, 2020; MAIZLAND, 2020).

Tal transformação, entretanto, não é repentina e nem imprevisível. Usualmente, o foco da marinha chinesa sempre foi missões de defesa costeira (*inshore defense operations*). Estabelecida oficialmente em 1950, após a fundação do Exército de Libertação Popular (ELP) – que foi em 1927 -, a Marinha do Exército de Libertação Popular (MELP) mantinha seu foco essencialmente em questões internas, sendo preterida por investimentos e um cerne maior frente ao exército, que naquele momento histórico era mais necessário (como explicado no terceiro capítulo, no período em questão a China buscava uma reestruturação interna, deixando as relações exteriores em segundo plano). A partir da década de 1980, contudo, a MELP gradualmente foi adquirindo mais relevância e garantindo mais aportes para ampliar sua estratégia de atuação. No início da década de 2000, a marinha chinesa já havia mudado seu foco de atuação, balizando-o em operações de defesa e proteção territorial para além de seu mar regional (*offshore defense operations*) (ALLEN, 2001; CHANG, 2008; ROEDEL, 2012; DORNELLES JR, 2014; MAIZLAND, 2020).

A busca pelo estabelecimento de uma marinha azul, com capacidade de atuação global, foi plenamente delineada e exposta pelo governo chinês em 2015, no Papel Branco intitulado Estratégia Militar da China (*White Paper – China's Military Strategy*). O documento sublinhava claramente a estratégia de defesa ativa, que conceitualmente significa a junção do posicionamento anterior (*offshore defensive operations*) com a proteção de interesses em mares internacionais (*open seas protection*), além de ratificar a importância da marinha para a segurança nacional e projeção da influência da China (em detrimento da cultura de proeminência do poder terrestre). Além disso, concretizou a ideia de defesa de interesses e direitos no âmbito

marítimo como uma das principais facetas de política externa a serem empregadas pela RPC e assentou que as transformações percebidas na MELP ainda estavam em um estágio preliminar, com muito a ser desenvolvido futuramente (DORNELLES JR, 2014; PRC STATE COUNCIL, 2015; CHINA'S MARITIME DISPUTES, 2020; BURKE et al, 2020).

Avalia-se, contudo, que para realmente comprovar tal cenário de transformação, que impactaria de forma relevante a balança de poder da região Ásia-Pacífico, influenciando nas dinâmicas de segurança e sobre o futuro das disputas diplomáticas vigentes, a China tem de demonstrar poder. No âmbito da teoria naval, tal questão é evidenciada a partir da apreciação de capacidades operacionais, que dizem respeito a uma grande variedade de fatores, tais como: operações multi-missão, de longo alcance (caracterizadas em escala regional – para além da “primeira cadeia de ilhas” (*near seas*)) -, e internacional, caracterizada por outros Oceanos e mares regionais (*far seas*)), sustentáveis (evidenciadas pela capacidade da missão continuar ativa e resistente por longos períodos) e com capacidades robustas de defesa (ERICKSON, 2014; UNITED STATES DEPARTMENT OF DEFENSE, 2015; GUNNESS; MASTRO, 2016; BURKE et al, 2020).

E foi exatamente nessa direção que as transformações na MELP se deram. Pode-se citar, inicialmente, os âmbitos de operações contra pirataria e de ações humanitárias, por onde começaram as iniciativas internacionais da marinha chinesa, devido a menor complexidade de tais empreendimentos em relação à outras atividades navais e ao fato de que ambas as ações são eminentemente bem vistas pela comunidade internacional, tendo em vista seu caráter cooperativo e altruísta.

Em primeiro lugar, destaca-se as ações contra pirataria realizadas pela MELP, contribuindo para esforços de segurança marítima global, em oportunidades interessantes para demonstrar poder. Em 2008, por exemplo, a China mandou uma força tarefa de três grandes navios para o Chifre da África, auxiliando na escolta de milhares de navios, chineses e estrangeiros. Tal movimento teve um impacto muito positivo, caracterizando a primeira missão operacional estrangeira da “nova” MELP como um grande sucesso (KAUFMAN, 2009). Desde o período em questão, a China manteve uma presença ativa e importante na região, auxiliando no suporte da segurança marítima. Pode-se citar, além dessa, outra missão realizada na mesma região. Em março de 2015, uma grande frota naval chinesa (composta de um navio de pouso, uma fragata, um navio de abastecimento e três helicópteros) retornou para a China após mais de

sete meses conduzindo operações de contra pirataria no Golfo de Aden e no Mar Árábico. Durante o período, tal força-tarefa escoltou com segurança 135 navios (domésticos e estrangeiros) e conduziu intercâmbios com a União Europeia, a OTAN, os EUA e outros. Tais fatos comprovam a habilidade da MELP de não só operar por longas distâncias e longos períodos, mas também a capacidade de executar missões operacionais de importância estratégica (CHINESE NAVAL FLEET RETURNS, 2015; SAALMAN; SU; GHIASY, 2018; PRC STATE COUNCIL, 2019b).

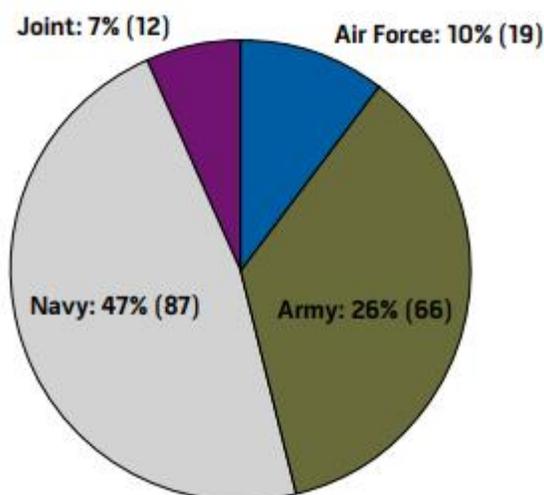
O âmbito humanitário, por sua vez, também é uma faceta muito explorada pela MELP, pois ao mesmo tempo que serve no sentido de demonstrar poder e ganhar experiência em operações navais globais, também é uma ferramenta diplomática de apoio ao *Soft Power* chinês. Pode-se citar, nesse sentido, a Missão Harmoniosa, realizada em 2015, na qual o navio hospital Peace Ark viajou o mundo por 142 dias, provendo assistência médica e serviços de saúde grátis para mais de 17.000 pessoas. Tal estratégia representa perfeitamente a confiança da MELP em suas crescentes capacidades e é extremamente positiva para a visão da China no Sistema Internacional, em um cenário que vai de acordo aos interesses de longo-prazo da RPC (PRC MINISTRY OF NATIONAL DEFENCE, 2016; PRC STATE COUNCIL, 2019b).

Após tais empreendimentos, que serviram como pilar inicial para a trajetória da marinha chinesa em seu processo de maturação e desenvolvimento, a China começou a delinear ações mais complexas e, muitas vezes, problemáticas, no âmbito da projeção de sua força naval. Destacam-se, nesse sentido, três perspectivas: os crescentes e cada vez mais ambiciosos exercícios militares; a busca pela consolidação de acesso a pontos estratégicos; e, por último, a criação de estruturas físicas em áreas disputadas como meio de angariar maior controle geopolítico do Mar do Sul (INSTITUTE FOR NATIONAL STRATEGIC STUDIES, 2017; ROLLAND, 2019; PRC STATE COUNCIL, 2019b; BURKE et al, 2020).

Em primeiro lugar, destaca-se a questão dos exercícios militares. Vale ressaltar, inicialmente, que treinamentos militares não representam uma postura agressiva a priori. Pelo contrário, entende-se que tal prática é um pilar básico na atuação das forças armadas em tempos de paz. Contudo, na medida em que os exercícios vão tomando proporções maiores, conseqüentemente se acirram cenários competitivos, tendo em vista o dilema de segurança. Em relação ao caso da China, o ponto de corte foi 2012, quando o país começou a realizar exercícios militares, em variadas frentes, de forma constante. Tendo em vista a estratégia nacional de

estabelecimento de uma marinha azul, os exercícios navais têm ganhado maior proeminência e destaque (Gráfico 12) (INSTITUTE FOR NATIONAL STRATEGIC STUDIES, 2017; ROLLAND, 2019; PRC STATE COUNCIL, 2019b; CHAR, 2020).

Gráfico 12 – Exercícios militares internacionais das Forças Armadas chinesas por serviço (2002-2016)

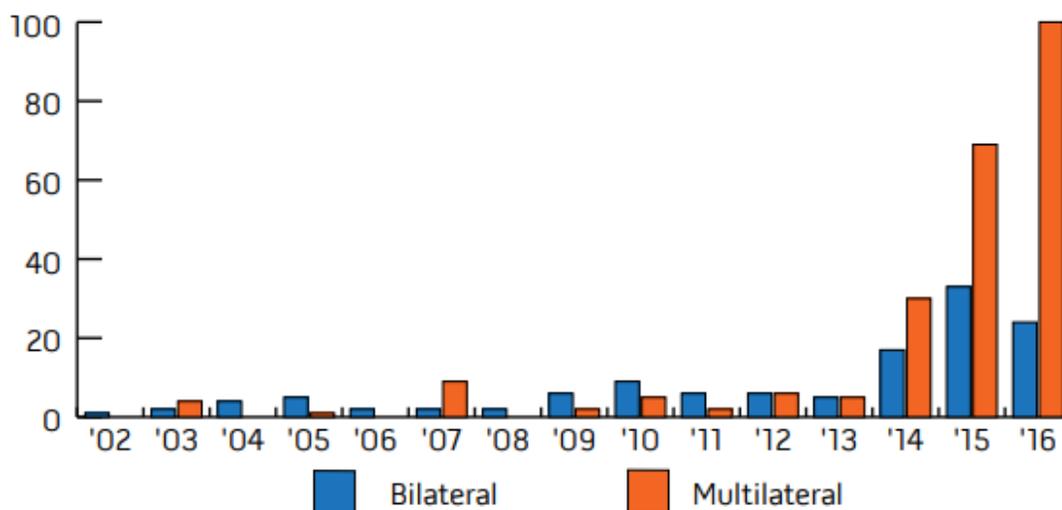


Fonte: Institute for National Strategic Studies (2017)

Desde 2012, a China realizou inúmeros exercícios militares com o objetivo de lidar com operações em mares distantes, visando angariar experiência e capacitação em questão de logística e na realização de tarefas militares diversificadas, tais como: proteção de embarcações; segurança de linhas de comunicação marítimas (*Sea lines of communication* - SLOCs) estratégicas; evacuações; operações de proteção de direitos marítimos; etc. Tais movimentos, segundo a lógica de Beijing, promovem ativamente a segurança marítima internacional e constituem mecanismos importantes para a proteção dos interesses internacionais do país. Como exemplo do benefício que uma marinha chinesa mais eficiente e assertiva pode trazer ao Sistema Internacional, destaca-se a situação do Iêmen, em 2015. Devido ao cenário de insegurança para civis, um grupo de escolta da marinha chinesa navegou para o Golfo de Áden e contribuiu para a evacuação de 621 cidadão chineses e 279 cidadãos estrangeiros (de 15 países, incluindo Reino Unido, Itália, Alemanha, Canadá, Índia, Japão, Paquistão, Etiópia, etc.) (INSTITUTE FOR NATIONAL STRATEGIC STUDIES, 2017; ROLLAND, 2019; PRC STATE COUNCIL, 2019b; BURKE et al, 2020).

Vale ressaltar, além disso, que a China tem buscado, cada vez mais frequentemente, o viés cooperativo no âmbito de seus exercícios militares. Desde 2014, a maioria dos exercícios militares do país foram multilaterais (Gráfico 13). Buscando tal perspectiva cooperativa, Beijing realça sua postura não agressiva e sua dialética oficial em relação a sua projeção internacional (busca por ganhos mútuos, cooperação em detrimento de coercitividade e não perseguição de disputa hegemônica) (INSTITUTE FOR NATIONAL STRATEGIC STUDIES, 2017; ROLLAND, 2019; PRC STATE COUNCIL, 2019b; BURKE et al, 2020).

Gráfico 13 – Exercícios militares internacionais das Forças Armadas chinesas por tipo (2002-2016)



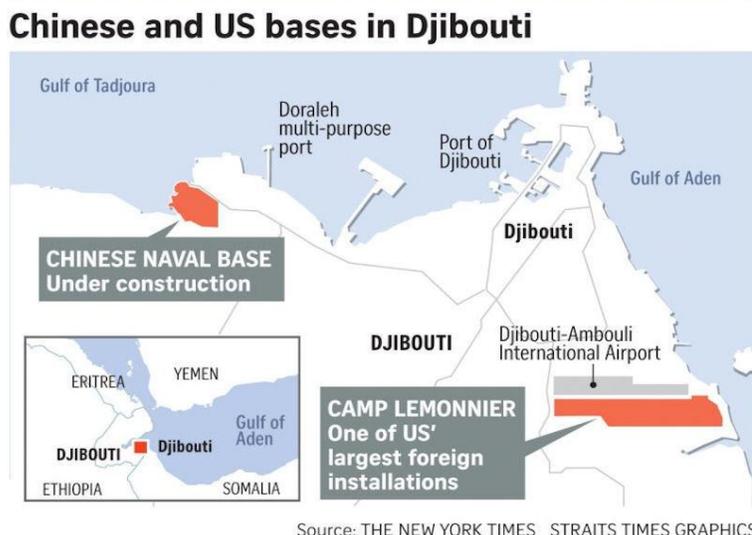
Fonte: Institute for National Strategic Studies (2017)

Vale citar, nesse sentido, os recentes exercícios trilaterais de grande envergadura realizados pela marinha chinesa no Oceano Índico (em parceria com a Rússia e com a África do Sul, em uma ocasião, e com a Rússia e o Irã, em outra), realçando sua crescente influência na região. A primeira, realizada em novembro de 2019 e sediada pela África do Sul, caracterizou-se como a primeira iniciativa de cooperação militar desse tipo entre os três países. Sua realização impulsionou o nível de capacidade de operação conjunta das três marinhas, delineando crescente proficiência em cooperação para combate a ameaças securitárias relevantes, como pirataria e terrorismo (PANDA, 2019; THE INTREPRETER, 2020). A segunda, realizada em conjunto com o Irã, ocorreu entre os dias 27 e 29 de dezembro de 2019 e representou o aprofundamento da relação trilateral entre Irã, China e Rússia. As duas potências Euroasiáticas representam um eixo

muito interessante de inserção cooperativa para o Irã, que a muito tempo sofre com as pressões dos eixo euro-estadunidense. O exercício, denominado *Marine Security Belt* e realizado no Oceano Índico e no Golfo de Omã, demonstrou a capacidade de atuação conjunta das três marinhas em uma série de operações táticas, como atividades de incêndio (*live fire drills*) e antipirataria (HAIDER, 2020; MASTRO, 2020; THE INTREPRETER, 2020). Tais exercícios trilaterais indicam que potências regionais, como África do Sul e Irã, acolhem um papel mais assertivo de China e Rússia na condição de estabilizadores securitários (ROLLAND, 2019; MASTRO, 2020).

Em segundo lugar, destaca-se a questão da busca por acesso a pontos estratégicos, faceta extremamente relevante para a consolidação de uma marinha de capacidades globais e estratégia que vem sendo claramente delineada pela China desde a consolidação de sua ambição por uma marinha azul. Em novembro de 2015, a China anunciou que estabeleceria efetivamente um posto-avançado em Djibouti, na África (em localização próxima a uma base naval estadunidense no País – Figura 16). De posicionamento estratégico relevante – na entrada sul do Mar Vermelho, à leste do Golfo de Aden -, o País sediará a primeira base militar internacional da RPC, em um movimento de direta relação com a estratégia naval chinesa. Como contrapartida para o estabelecimento da base, a China acordou em investir em torno de \$3 a \$4 milhões de dólares em projetos de infraestrutura (uma ferrovia ligando Djibouti com a capital da Etiópia, Addis Ababa, além de aportes para melhoramento dos portos do País). O posto-avançado proverá apoio logístico e suporte operacional para as frotas chinesas operando na região, além de incrementar substancialmente a capacidade de projeção de poder da marinha chinesa. Como exemplo da importância estratégica da região para a China, vale destacar que pelas linhas marítimas que serão mais bem “protegidas” pelo empreendimento, passam aproximadamente 39% do petróleo importado pela País (do Oriente Médio para o Oceano Índico, em direção à China) (SHEN, 2015; WINSOR, 2016; SAALMAN; SU; GHIASY, 2018).

Figura 16 – As bases militares da China e dos EUA em Djibouti



Fonte: Siboukis (2017)

Além desse, pode-se citar outros movimentos diplomáticos da China no sentido de ampliar sua capacidade de acesso a pontos estratégicos. Em fevereiro de 2013, por exemplo, foi anunciado formalmente que a estatal chinesa *China Overseas Port Holding Company* tomaria controle das operações diárias do Porto de Gwadar, no Paquistão (PAKISTAN HANDS OVER, 2013). Em complementaridade, vale ressaltar outras iniciativas chinesas com o objetivo de se consolidar no Oceano Índico. A China está construindo instalações (*facilities*) na cidade Pavra (Bangladesh) e em Kyaukpyu (Bruma), além de um porto em Seychelles com aplicações militares. Apesar de não se caracterizarem como bases militares de fato, tais empreendimentos promovem a ascendência da marinha chinesa para a região, como evidenciado pelas vezes que (em setembro e em outubro de 2014), a China ancorou navios e um submarino no porto Colombo Intencional Container Terminal (construído por empresas chinesas), com a permissão do governo de Sri Lanka, para a ira e enorme insatisfação da Índia. A construção e o desenvolvimento de infraestruturas de suporte para a diversificação dos acessos da marinha chinesa a pontos estratégicos no Oceano Índico é evidente, mas tal estratégia perpassa para outras regiões. Ao norte do Atlântico Sul, por exemplo, a China está construindo um porto de \$800 milhões de dólares em São Tomé e Príncipe, de forma a garantir acesso ao Golfo da Guiné. A segurança de acesso a pontos estratégicos a partir da garantia da propriedade de portos e outras infraestruturas marítimas é um aspecto central da agenda de projeção da marinha chinesa e representa um ponto

chave para a consolidação de uma atuação mais assertiva na região (Quadro 2) (LEN, 2015; SAALMAN; SU; GHIASY, 2018; CHINA'S MARITIME DISPUTES, 2020).

Quadro 2 – Portos sob propriedade da China no Mar do Sul e no Oceano Índico (desde outubro de 2013)

Year	Region	Host state	Port	Lease period
2015	Indian Ocean	Pakistan	Gwadar	40 years
2015	Indian Ocean	Myanmar	Kyaukpyu	50 years
2015	South China Sea	Malaysia	Kuantan	60 years
2016	Indian Ocean	Djibouti	Obock	10 years
2016	South China Sea	Malaysia	Melaka Gateway	99 years
2017	Indian Ocean	Sri Lanka	Hambantota	99 years
2017	South China Sea	Brunei	Muara	60 years
2017	Indian Ocean	Maldives	Feydhoo Finolhu	50 years

Fonte: Saalman, Su e Ghiasy (2018)

Avalia-se, nesse sentido, que tais exemplos (de diversificação das capacidades de atuação da marinha e da busca por acesso facilitado a múltiplos portos) confirmam um padrão de projeção, balizado no planejamento estratégico de afirmação da marinha chinesa e de acordo com pretensões de influência global no âmbito marítimo. Tal estratégia remete muito às observações de Alfred Mahan, o maior estrategista naval da história dos EUA, que defendia que o poder marítimo era condição fundamental para o estabelecimento de um projeto de projeção global, tendo em vista que, para além da importância estratégica no âmbito militar, mais de 90% do comércio internacional é conduzido no mar, que continua como o meio mais eficiente de se transportar mercadorias. No século XXI, nenhuma nação adotou melhor os ensinamentos de Mahan do que a China, sendo muitas das suas ações em relação a questões de projeção da MELP perfeitamente compatíveis com as principais teses do estrategista (POULIN, 2016; SAALMAN; SU; GHIASY, 2018; CHINA'S MARITIME DISPUTES, 2020; CHAR, 2020).

E, em terceiro lugar, destaca-se a questão da busca pela criação de estruturas físicas em áreas disputadas como meio de angariar maior controle geopolítico do Mar do Sul. Para tal fim, a China tem desenvolvido capacidades para empreender uma estratégia de consolidação por meio da presença física, a partir da construção de ilhas artificiais na região, de maneira a solidificar uma posição central de força, vinculando-as a sua soberania nacional. As maiores estatais de petróleo

(*China National Offshore Oil Corporation (CNOOC)*, *China Petroleum & Chemical Corporation (Sinopec)*, e *China National Petroleum Corporation (CNPC)*), responsáveis pela perfuração e extração dos recursos naturais do Mar do Sul, contribuem também para o desenvolvimento de tal plano, fornecendo os aparatos tecnológicos para a construção das ilhas, que ocorrem em níveis temporais impressionantes, tornando corais sem importância em estruturas de relevante importância estratégica (Figuras 17 e 18). Tais estruturas possuirão, em última análise, capacidades de desenvolver infraestruturas importantes para a projeção de poder, principalmente no âmbito de facilidades logísticas e de aparatos securitários, tais como: pistas de aterrissagem, cais logísticos, edifícios de apoio, antenas de comunicação, equipamentos de defesa antiaérea e até mesmo aparatos de lançamento de mísseis) (Figuras 19 e 20) (PAUTASSO; DORIA, 2017; CSIS, 2017a; CHINA'S MARITIME DISPUTES, 2020).

Figura 17 – Evolução da construção em Subi Reef



Fonte: CHINA'S MARITIME DISPUTES ([2020])

Figura 18 – Evolução da construção em Subi Reef



Fonte: CHINA'S MARITIME DISPUTES ([2020])

Figura 19 – Potenciais estruturas de comunicação e defesa antiaérea nas ilhas artificiais



Fonte: Macias (2016)

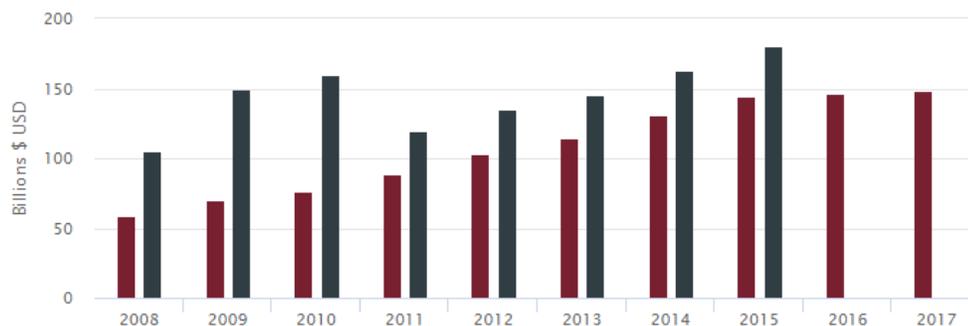
Figura 20 – Potenciais estruturas de comunicação e defesa antiaérea nas ilhas artificiais



Fonte: O'Connor (2017)

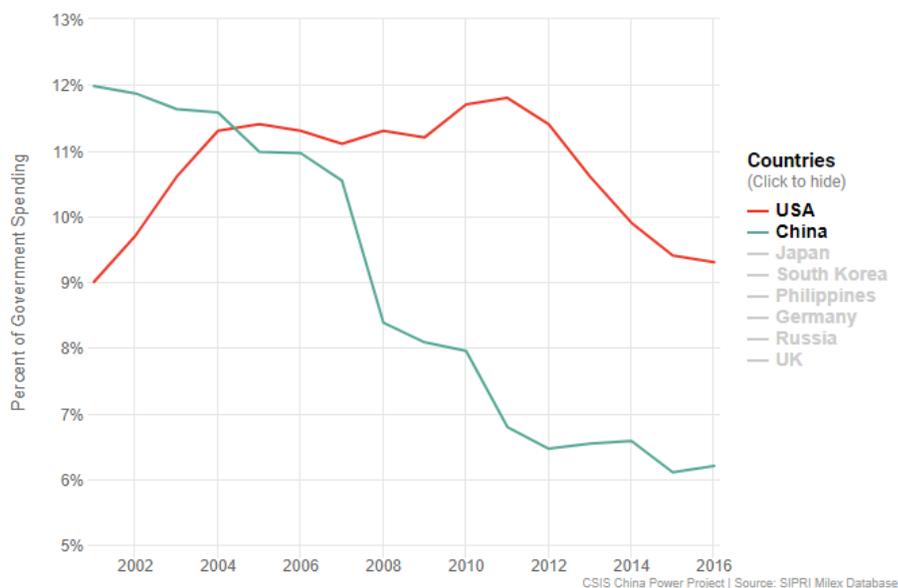
Ademais, é importante destacar que o governo chinês possui a força fiscal (devido à forte economia) e a vontade política de desenvolver cada vez mais esse processo, e tal afirmação é evidenciada pelo aumento contínuo e significativo nos investimentos na área militar. De 2005 a 2014, por exemplo, o orçamento militar da China cresceu em média 9.5% por ano. Em 2014, o orçamento excedeu \$165 bilhões de dólares e as estimativas de 2015 apontam que o número chegou a \$180 bilhões, atingindo o seu ápice. O governo chinês, em contrapartida, diverge sobre tais números. De acordo com as estatísticas oficiais, o orçamento de 2015 foi de \$144 bilhões, e, em 2016, o governo divulgou os números como na casa dos \$146 bilhões (em um aumento de 7.6%). (Gráfico 14 e 15) (UNITED STATES DEPARTMENT OF DEFENSE, 2015; CSIS, 2017^a; CANCIAN, 2017; CORDESMAN, 2019).

Gráfico 14 – Orçamento militar da China comparado (estatísticas do governo chinês em vermelho e do Departamento de Estado dos EUA em azul)



Fonte: WHAT DOES CHINA REALLY SPEND (2018)

Gráfico 15 – Orçamento militar comparado China-EUA (como porcentagem dos gastos governamentais)

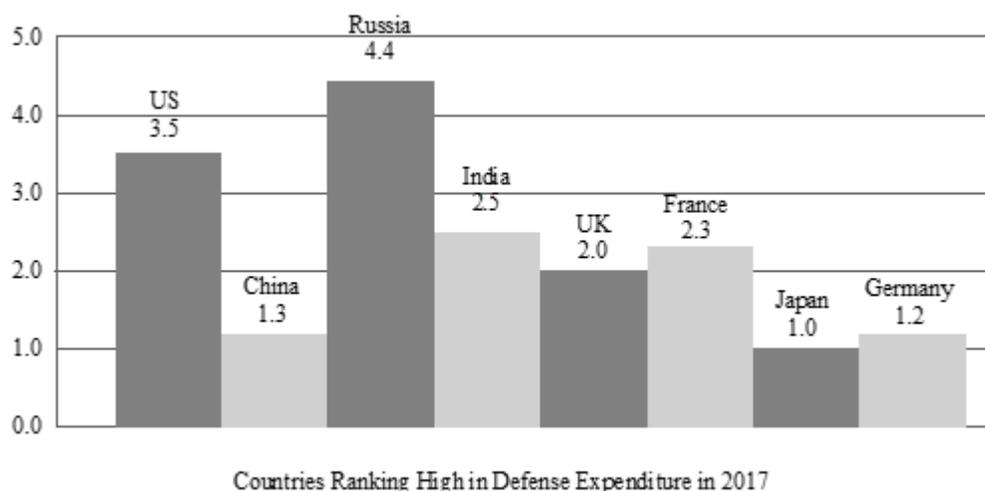


Fonte: WHAT DOES CHINA REALLY SPEND (2018)

Como ressalva de que tal estratégia de desenvolvimento de melhores capacidades militares não simboliza uma perspectiva ofensiva, Beijing sinaliza como aspecto comparativo o fato de que, em média, o país não possui um dos maiores orçamentos militares entre as principais potências do Sistema Internacional (Gráfico 16). Contudo, tal perspectiva de argumentação perde força vinculativa quando se analisa tal aspecto em âmbito regional. Em comparação com os outros principais Estados da balança de poder asiática, o orçamento da China apresenta nítida superioridade (Tabela 5), o que pode representar um cenário de aumento de desconfianças e

aprofundamento do dilema de segurança (PRC STATE COUNCIL, 2019b; UNITED STATES DEPARTMENT OF DEFENSE, 2020).

Gráfico 16 – Média de gastos (%) em defesa em relação ao PIB por país (2012-2017)



Fonte: PRC STATE COUNCIL (2019b).

Tabela 5 – Comparação regional entre os orçamentos de defesa (2019)

	Billion (USD)
PRC (official budget)	\$174.0
India	\$61.7
Japan	\$53.9
Russia (national defense budget)	\$54.8
South Korea	\$39.8
Taiwan	\$10.9

Fonte: UNITED STATES DEPARTMENT OF DEFENSE (2020).

Destaca-se, porém, que o desenvolvimento de uma situação de superioridade consolidada das Forças Armadas da China na região é improvável, na medida em que em tal dinâmica regional existem países com capacidades nucleares e extensas potencialidades dissuasórias, como Índia e, principalmente, Rússia. Entende-se, a partir de tais apontamentos, que a China não busca

um cenário de hegemonia no âmbito militar para o seu entorno regional, o que caracterizaria um comportamento coercitivo. Buscará, ao invés disso, apostar em suas estratégias de caráter construtivo, como a Nova Rota da Seda e as dinâmicas cooperativas provenientes de suas coalizões regionais (sejam em âmbito bilateral – como as parcerias estratégicas compreensivas -, ou em âmbito multilateral, como a OCX, a ASEAN ou os Bancos de fomento, por exemplo) (ZHU, 2015; ZHANG, 2015; FALLON, 2015; SØRENSEN, 2015; CORDESMAN, 2019).

Analisando tal perspectiva seguindo os apontamentos de Mearsheimer sobre a manipulação de balanças de poder, entende-se que o movimento chinês é inteligente. Na mesma medida em que aprofunda um desbalanceamento no âmbito das Forças Armadas com os seus principais rivais potenciais no seu entorno regional, o país delimita extensos projetos de cooperação que mitigam o dilema de segurança e o posicionam como um fiador da crescente qualificação da Ásia como principal vetor de desenvolvimento do mundo (MEARSHEIMER, 2001; ZHANG, 2015; FALLON, 2015; SØRENSEN, 2015).

Ao passo em que consolida suas estratégias geopolíticas de projeção regional, a China move-se em direção de se transformar em um hegemona regional. O país se aproveita da ineficiência do contrabalanceamento dos EUA nessa dinâmica, que como balanceador externo consolidado, seria a principal ameaça a tal perspectiva. Contudo, devido a dilemas e problemáticas internas, os EUA não conseguem impor sua agenda internacional de forma assertiva nessa questão. Tal janela de oportunidade, como destacado anteriormente, está sendo bem aproveitada. Contudo, não se pode minimizar os efeitos que uma postura revisionista da Índia ou, de maneira mais surpreendente, da Rússia (talvez temendo uma situação irrefreável de consolidação de poder chinês na região), podem ter nessa trajetória. A Índia, especialmente, seria o alvo ideal para uma estratégia dos EUA de contrabalanceamento via *buck-passing*, devido ao fato de que o país possui condições de arcar com os custos potenciais de tal estratégia e seria o Estado com maior poder real para conter os avanços chineses, nas mais variadas frentes (MEARSHEIMER, 2001; ZHANG, 2015; FALLON, 2015; SØRENSEN, 2015).

Vale destacar, em conclusão, que a liderança da China na região não tende a ser impactada negativamente de forma relevante a partir de sua estratégia de reordenamento de suas Forças Armadas, especialmente com o fortalecimento de sua Marinha. Como mencionado, os vieses construtivos da inserção internacional do país tendem a contrabalancear tal visão. Contudo, entende-se que a consolidação de uma maior assertividade chinesa, especialmente via

crescimento de seu poder real no âmbito marítimo, tende a impactar significativamente nas dinâmicas de segurança da região, especialmente no pensamento estratégico dos EUA. Ao diminuir a lacuna entre as forças navais, a China diminui substancialmente a intensidade do poder parador das águas e da capacidade dos EUA de garantir seus interesses na região via Hard Power, o que é de extrema importância para sua consolidação como Hegêmona Regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise empreendida no trabalho, por meio da apreciação do problema de pesquisa sob diversos ângulos (nacional – em relação às transformações estruturais ocorridas na China internamente; regional, no sentido do entendimento acerca da posição do país na balança de poder da sua região; e internacional, no que se refere à análise das estratégias de Beijing de projeção de poder e influência no âmbito da política internacional) destaca-se que a estratégia de inserção internacional da China encontra-se em um estágio muito avançado, balizada na eficiência da sua diplomacia econômica, nos movimentos diplomáticos de coalizões regionais e nas suas estratégias geopolíticas de projeção regional. O planejamento estratégico de Beijing é nitidamente lógico, de longo prazo e cuidadosamente realizado, etapa por etapa. Cada movimento chinês no tabuleiro internacional perpassa seu sentido óbvio e diz respeito a uma vontade política de ganhar cada vez mais proeminência e poder, no contexto da busca pelo rejuvenescimento civilizacional.

A partir de estratégias claramente interligadas, como a Iniciativa da Nova Rota da Seda e o desenvolvimento de uma marinha global no contexto do recrudescimento do sistema regional sinocêntrico, por exemplo, Beijing desenvolve cada vez mais capacidades econômicas, políticas, militares e diplomáticas, visando a propagação de seu estilo de liderança. E, aproveitando oportunidades em regiões relegadas pelo eixo euro-estadunidense, a China já destaca sua projeção de forma assertiva em muitos lugares além de seu entorno regional, como na África, na Europa e na América Latina, por exemplo.

É evidente, contudo, que ao passo que desenvolve um papel mais relevante e ativo no Sistema Internacional, crescem as responsabilidades diplomáticas e se acirram os níveis de competição, em especial com a potência ocidental consolidada, os EUA, e seus aliados. O antigo posicionamento de não intervenção e neutralidade, que permitiu uma ascensão gradual sem grandes contratemplos, nesse sentido, torna-se obsoleto, na medida em que não comporta mais os meios de dissuadir e resolver os desafios e barreiras impostas à China em seu movimento de projeção.

No entanto, ao se comparar o cenário atual dos dois países, pode-se argumentar que o futuro próximo aparenta ser mais positivo para as pretensões chinesas. Enquanto os EUA, sob a liderança de Donald Trump, defendiam o protecionismo, a construção de um muro para separar

seu território do México e um discurso de *America First*, no caso chinês a dicotomia é nítida. Sob a liderança de Xi Jinping, a China destaca a abertura comercial, promove uma iniciativa de integração de um continente inteiro, preza pelo diálogo e ressalta ideias de cooperação e benefício mútuo. É evidente que o discurso é sempre muito bem elaborado de forma a servir os interesses de quem o promove, mas nesse caso o contraste é visível. E os movimentos e a imagem de ambos frente ao cenário internacional tendem a confirmar tal entendimento, com os EUA perdendo credibilidade e tendo sua hegemonia cada vez mais desgastada e a China experimentando o exato oposto, a partir de uma estratégia multidimensional e de longo prazo baseada no empreendimento segundo as premissas do poder inteligente (*Smart Power*), que conceitualmente significa a junção do poder brando (*Soft Power*) com o poder duro (*Hard Power*). Com a ascensão de Biden ao poder, tal cenário de corrosão da hegemonia dos EUA tende a ser um pouco mitigado, especialmente a partir de mudanças estruturais de política externa, como o fato dos EUA buscarem voltar a serem um dos principais fiadores do sistema multilateral de delimitação de agendas políticas baseado em Instituições e Regimes. A partir dessa posição, os EUA podem buscar acentuar as críticas ao regime chinês, ressaltando suas contradições internas e apontando problemáticas derivadas de sua ascensão. Contudo, tal aspecto não muda o fato de que a inserção internacional da China já perpassou um contexto em que os EUA não possuem mais capacidades de neutralizá-la. E a crescente ingerência internacional que a China vem realizando, especialmente no âmbito das duas estratégias geopolíticas que baseiam sua nova era de atuação na política internacional, corrobora tal visão.

De acordo com os apontamentos de Mearsheimer (2001), a manipulação da balança asiática pela China foi inteligente e eficiente. Aproveitando o contexto de problemáticas internas dos EUA, que acarretou a incapacidade de uma estratégia de contenção da ascensão chinesa por balanceamento externo, a China visou consolidar condições que a beneficiem para conseguir uma posição de Estado-pivô em seu entorno estratégico. A partir da dialética oficial e das alianças e coalizões regionais, a China confere a si uma perspectiva cooperativa que acarreta a diminuição de uma visão pessimista e negativa de sua inserção mais afirmativa, que é vista como mais construtiva do que coercitiva. Soma-se a isso a aproximação afirmativa com a Rússia, que cria um eixo alternativo de inserção e liderança e acrescenta à manipulação da balança de poder asiática pela China um cenário de menor incidência do dilema de segurança. Com esses fatores somados, avalia-se que Beijing conseguiu delimitar estratégias que conduziram um cenário de

manipulação afirmativa de sua balança de poder regional de acordo com os seus interesses (MEARSHEIMER, 2001).

Após isso, a China moveu-se em direção a uma maior assertividade na política internacional. Os dois principais aspectos que representam essa nova característica na inserção internacional da China são as duas grandes estratégias geopolíticas de projeção regional: a Iniciativa da Nova Rota da Seda, que visa garantir a China condicionantes para uma posição de centralidade nas dinâmicas de desenvolvimento da macrorregião Euroasiática; e a busca pela consolidação de melhores capacidades de projeção de poder, especialmente a partir de uma reformulação de sua Marinha no contexto das dinâmicas políticas, econômicas e securitárias no âmbito do Mar do Sul.

Destaca-se, nesse sentido, que a BRI representa perfeitamente a nova postura chinesa frente ao Sistema Internacional, refletindo claramente a simbiose entre o desenvolvimento chinês e o aumento de sua influência global. Em complementaridade, a consolidação de um melhor cenário para projeção de poder, especialmente via crescimento de seu poder real no âmbito marítimo, tende a impactar significativamente nas dinâmicas de segurança da região a favor dos interesses de Beijing.

Conclui-se, seguindo os apontamentos de Mearsheimer (2001), que a China desponta, cada vez mais, como hegemona regional. O país se aproveitou da janela de oportunidade que as problemáticas internas dos EUA permitiram para acelerar sua assertividade na balança de poder asiática. Sem um balanceamento eficiente dos EUA (balanceador externo consolidado), que seria a principal ameaça para tal dinâmica, a China conseguiu angariar condicionantes importantíssimas para sua projeção, se consolidando como uma potência assertiva no âmbito da política internacional (MEARSHEIMER, 2001).

Evidencia-se, dessa forma, que o problema de pesquisa do trabalho foi respondido com sucesso. A partir da apreciação de diversos âmbitos de análise, delimitou-se como conclusão o fato que as estratégias geopolíticas da China de Xi Jinping refletem uma nova perspectiva na inserção internacional do país, nas mais diferentes formas (política, economia, geopolítica, segurança, cultura, etc.). Além disso, destacou-se como pertinente a utilização da Teoria do Realismo Ofensivo como balizadora de argumentos e observações visando realizar o objetivo geral do trabalho, que era analisar as duas principais estratégias que balizam a inserção internacional da China sob Xi Jinping, problematizando-as em perspectiva geopolítica. Tal teoria,

no contexto da temática de pesquisa, proveu bases interessantes para o entendimento das formas sob as quais tais iniciativas ajudam a manipular a balança de poder regional de acordo com os interesses da China. Ademais, avalia-se como também concretizados os objetivos específicos do trabalho, que eram: entender as singularidades da China e de seu entorno regional; caracterizar o método de projeção internacional da China e suas mudanças; e analisar as estratégias políticas e a atuação chinesa no âmbito do projeto da Nova Rota da Seda, assim como suas nuances e particularidades; e verificar as estratégias políticas e a atuação chinesa no âmbito do Mar do Sul da China.

Ressalta-se, por fim, que a ascensão da China e as dinâmicas provenientes de tal fato serão uma das principais questões de debate e análise para as Relações Internacionais no próximo século, tendo ramificações importantíssimas para o futuro do Sistema Internacional.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, Kenneth W. China's Foreign Military Relations with Asia-Pacific. **Journal of Contemporary China**, [s. l.], v. 10, n. 29, p. 645–662, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10670560120075046>. Acesso em: 19 Dez 2020.
- ANDRIOLLI, Gabriel Machado. **A relevância geoeconômica da iniciativa one belt one road no governo Xi Jinping**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Porto Alegre, 2019.
- ARASE, David. China's two silk roads: implications for Southeast Asia (Amended Version). **ISEAS Perspective**, [s. l.], n. 2, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11540/10983>. Acesso em: 5 Jan. 2021.
- ASIA MAPS - PERRY-CASTAÑEDA Map Collection. **The University of Texas At Austin**, Texas, [2020]. Disponível em: <http://www.lib.utexas.edu/maps/asia.html>. Acesso em: 9 Fev. 2021.
- BANCO ASIÁTICO DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA - AIIB. **Approved Projects Overview - AIIB**. [S. l.], 2017a. Disponível em: <https://www.aiib.org/en/projects/approved/>. Acesso em: 15 Nov. 2020.
- BANCO ASIÁTICO DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA - AIIB. **Articles of Agreement - Basic Documents - AIIB**. [S. l.], 2015. Disponível em: <https://www.aiib.org/en/about-aiib/basic-documents/articles-of-agreement/index.html>. Acesso em: 15 Nov. 2020.
- BANCO ASIÁTICO DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA - AIIB. **Proposed Projects - AIIB**. [S. l.], 2017b. Disponível em: <https://www.aiib.org/en/projects/proposed/index.html>. Acesso em: 15 Nov. 2020.
- BBC NEWS. **Asia-Pacific | China's main ethnic minorities**. [S. l.], 2015. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/8136043.stm>. Acesso em: 24 Set 2020.
- BEIJING ANGRY OVER G7 stance on disputed territories. **Reuters**, [S. l.], 2017. Disponível em: <http://www.atimes.com/article/beijing-angry-g7-stance-disputed-territories/>. Acesso em: 2 Jan. 2021.
- BELT AND ROAD INITIATIVE QUICK INFO. Green Belt and Road Initiative Center. **BRI**, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://green-bri.org/belt-and-road-initiative-quick-info/>. Acesso em: 9 Jan. 2021.
- BERGLEE, Royal. **Regional geography of the world: globalization, people, and places**. Boston: Flatworld, 2012. *E-book*.
- BEST, Antony *et al.* **International history of the twentieth century and beyond**. 2. ed.

London: Routledge, 2008. p. 640

BLACKWILL, Robert D.; HARRIS, Jennifer M. **War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft**. Cambridge: Harvard University Press, 2016. *E-book*.

BRI PARTICIPATING COUNTRIES reap benefits after 6 years' joint construction. **Belt and road portal**, [S. l.], 2019. Disponível em: <https://eng.yidaiyilu.gov.cn/qwyw/rdxw/103425.htm>. Acesso em: 6 Jan. 2021.

BRITES, Pedro Vinícius Pereira; JAEGER, Bruna Coelho. A criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e os Desafios à Governança Financeira Global. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 7, n. 33-34, p. 91, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.59557>. Acesso em: 12 Nov. 2020.

BRUGIER, Camille. **China's way: the new silk road**. Paris, 2014. Disponível em: <https://www.iss.europa.eu/content/china%E2%80%99s-way-new-silk-road> Acesso em: 2 Jan. 2021.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **Strategic vision: America and the crisis of global power**. New York: Basic Books, 2012.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard: American Primacy and its Geostrategic Imperatives**. New York: Basic Books, 1997.

BURKE, Edmund *et al.* **People's Liberation Army Operational Concepts**. Santa Monica, California: RAND Corporation, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.7249/rra394-1>. Acesso em: 2 Fev. 2021.

BUSZYNSKI, Leszek. **Why is the South China Sea so important to the US?** [S. l.], 2018. Disponível em: <https://theconversation.com/why-is-the-south-china-sea-so-important-to-the-us-71477>. Acesso em: 14 Dez. 2020.

CÁCERES, Sigfrido Burgos. **China's strategic interests in the South China Sea: power and resources**. London: Routledge, 2014.

CALLAHAN, William A. China's "Asia Dream." **Asian Journal of Comparative Politics**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 226–243, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2057891116647806> Acesso em: 18 Nov. 2020.

CANCIAN, Mark F. **U.S. military forces in FY 2018: the uncertain buildup**. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 2017.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre De Gusmão, 2012. *E-book*.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY - CIA. **China** : the world factbook. Virginia, 2020. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/china/>. Acesso em: 2 Nov.

2020.

CHAHAL, D. J. S. **Shanghai Cooperation Organisation (SCO):** a formidable alliance and its significance for India. [S. l.], 2019. Disponível em:

<https://www.olivegreens.co.in/easyblog/shanghai-cooperation-organisation-sco-a-formidable-alliance-and-its-significance-for-india>. Acesso at: 15 Nov. 2020.

CHANG, Chin-Lung. **A measure of national power.** Taiwan: Fo-Guang University, Department of Political Science, 2008. Disponível em:

<https://www.analytickecentrum.cz/upload/soubor/original/measure-power.pdf>. Acesso em: 1 Jan. 2021.

CHAR, James. The people's liberation army in its tenth decade: assessing "below the neck" reforms in China's military modernization. **Journal of Strategic Studies**, Essex, p. 1–8, 2020.

Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01402390.2020.1731953>. Acesso em: 3 Fev. 2021.

CHEN, Jia. **Silk road fund makes first investment economy.** London, 2015. Disponível em:

http://europe.chinadaily.com.cn/business/2015-04/22/content_20501261.htm. Acesso em: 9 Jan. 2021.

CHEN, Shih-Chih; HOU, Jianing; XIAO, De. "One Belt, One Road" Initiative to Stimulate Trade in China: A Counter-Factual Analysis. **Sustainability**, Basel, v. 10, n. 9, p. 3242, 2018.

Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su10093242>. Acesso em: 9 Jan. 2021.

CHINA'S BELT AND ROAD INITIATIVE IN THE GLOBAL TRADE, Investment and Finance Landscape. Paris: OECD Publishing, 2018. Disponível em:

<https://www.oecd.org/finance/Chinas-Belt-and-Road-Initiative-in-the-global-trade-investment-and-finance-landscape.pdf>. Acesso em: 3 Jan. 2021.

CHINA ENHANCES COOPERATION with B&R countries despite COVID-19. **XINHUA**, [S. l.], 2020. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2020-11/17/c_139523126.htm.

Acesso em: 8 Jan. 2021.

CHINA HAS SIGNED 171 B&R cooperation documents. **Belt and road portal**, Hong Kong, 2019b. Disponível em: <https://eng.yidaiyilu.gov.cn/qwyw/rdxw/81686.htm>. Acesso em: 6 Jan. 2021.

CHINA'S MARITIME DISPUTES. **Council of foreign relations**. [S. l.], [2020]. Disponível em:

https://www.cfr.org/interactives/chinas-maritime-disputes?cid=otr-marketing_use-china_sea_InfoGuide#. Acesso em: 22 Dez. 2020.

CHINA'S TRADE WITH BRI countries surges to \$1.34 trillion in 2019. **The Economic Times**, New Delhi, 15 Jan. 2020. Disponível em:

<https://economictimes.indiatimes.com/news/international/business/chinas-trade-with-bri-countries-surges-to-1-34-trillion-in-2019/articleshow/73271222.cms?from=mdr>. Acesso em: 8 Jan. 2021.

CHINESE NAVAL FLEET RETURNS from Somali waters - People's Daily Online. **XINHUA**, [s. l.], 2015. Disponível em: <http://en.people.cn/n/2015/0319/c90786-8865758.html>. Acesso em: 20 Dez. 2020.

CHUBB, Andrew. **The South China Sea: defining the “Status Quo.”** Washington D.C., 2015. Disponível em: <https://thediplomat.com/2015/06/the-south-china-sea-defining-the-status-quo/>. Acesso em: 16 Dez. 2020.

CHUNG, Chien-peng. The Shanghai Co-operation Organization: China's Changing Influence in Central Asia. **The China Quarterly**, Cambridge, n. 180, p. 989–1009, 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20192414>. Acesso em: 19 Nov. 2020.

COMO É O MEGA-GASODUTO resultado do “acordo do século” entre a Rússia e a China. **BBC News Brasil**, São Paulo, 5 dez. 2019. Internacional. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50658563>. Acesso em: 18 Dez 2020.

CORDESMAN, Anthony H. **China's New 2019 Defense White Paper**. Washington], 2019. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/chinas-new-2019-defense-white-paper>. Acesso em: 18 Jan. 2021

DAOJIONG, Zha. China's Economic Diplomacy: Focusing on the Asia-Pacific Region. **China Quarterly of International Strategic Studies**, Singapura, v. 01, n. 01, p. 85–104, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1142/s2377740015500050>. Acesso em: 22 Nov. 2020.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2013.

DORNELLES JR., Arthur Coelho. **China e Estados Unidos na balança de poder do leste asiático: comparações econômicas e militares**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/71933>. Acesso em: 27 Dez. 2020.

DORNELLES JR., Arthur Coelho. A modernização militar da China e a distribuição de poder no Leste Asiático. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 145–170, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-85292014000100005>. Acesso em: 27 Dez. 2020.

ERICKSON, Andrew S. Rising Tide, Dispersing Waves: Opportunities and Challenges for Chinese Seapower Development. **Journal of Strategic Studies**, Essex, v. 37, n. 3, p. 372–402, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01402390.2014.903472>. Acesso em: 28 Dez. 2020..

FALLON, Theresa. The New Silk Road: Xi Jinping's Grand Strategy for Eurasia. **American Foreign Policy Interests**, [s. l.], v. 37, n. 3, p. 140–147, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10803920.2015.1056682>. Acesso em: 5 Jan. 2021.

FRAVEL, M. Taylor. **Active defense: china's military strategy since 1949**. Princeton: Princeton University Pres, 2019.

FULL TEXT OF CHINESE GOV'T STATEMENT on China's territorial sovereignty and maritime rights and interests in S. China Sea. **XINHUA**, Pequim, 2016. Disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/publications/2016/07/12/content_281475391807773.htm. Acesso em: 19 Dez. 2020.

FUNG, Courtney J. **China's Troop Contributions to U.N. Peacekeeping**. Washington, DC, 2016. Disponível em: <https://www.usip.org/publications/2016/07/chinas-troop-contributions-un-peacekeeping>. Acesso em: 2 Fev. 2021.

GAO, Zhiguo; BINGBING, Jia. **The nine-dash line in the South China Sea: history, status and implications**. Beijing: Ocean Press, 2014.

GAVIN, Gabriel. **Russia's Romance with China is all about keeping up appearances**. Washington D.C., 2021. Disponível em: <https://thediplomat.com/2021/01/russias-romance-with-china-is-all-about-keeping-up-appearances/>. Acesso em: 2 Fev. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLASSER, Bonnie. U.S. Strategy Seeks to Calm the Roiled Waters of the South China Sea. *In*: HIEBERT, Murray; NGUYEN, Phuong; POLING, Gregory B. (org.). **Perspectives on the South China Sea: diplomatic, legal, and security dimensions of the dispute**. [S. l.]: Center for Strategic & International Studies (CSIS), 2014. *E-book*.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 4. ed. Rio De Janeiro: Record, 2000.

GREEN, Michael J. **China's Maritime Silk Road: strategic and economic implications for the Indo-Pacific region**. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/chinas-maritime-silk-road>. Acesso em: 13 Jan. 2021.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Brasil e China: multipolaridade**. Brasília: Instituto De Pesquisa De Relações Internacionais, Fundação Alexandre De Gusmão, 1999. *E-book*.

GUNNESS, Kristen; MASTRO, Oriana Skylar. A Global People's Liberation Army: Possibilities, Challenges, and Opportunities. **Asia Policy**, [s. l.], n. 22, p. 131–156, 2016. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24905121?seq=1>. Acesso em: 22 Jan. 2021.

HAIDER, Syed Fazl-e. The Strategic Implications of Chinese-Iranian-Russian Naval Drills in the Indian Ocean. **China Brief**, [s. l.], v. 20, n. 1, 2020. Disponível em: <https://jamestown.org/program/the-strategic-implications-of-chinese-iranian-russian-naval-drills-in-the-indian-ocean/>. Acesso em: 3 Fev. 2021.

HAYTON, Bill. **The South China Sea: the struggle for power in Asia**. New Haven: Yale University Press, 2014.

HOLMES, Frank. **China's New Special Economic Zone Evokes Memories Of Shenzhen**. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/greatspeculations/2017/04/21/chinas->

new-special-economic-zone-evokes-memories-of-shenzhen/?sh=10b3dfd576f2. Acesso em: 21 Nov. 2020.

HOW IS CHINA BOLSTERING its military diplomatic relations? **Chinapower**, [S. l.], 2017. Disponível em: <https://chinapower.csis.org/china-military-diplomacy/>. Acesso em: 11 Jan. 2021.

ISLAM, Nafees Imtiaz; HOSSAN, Mohammad Monir; MATIN, Sabiha. Bangladesh, China, India and Myanmar Economic Corridor (BCIM-EC): Next Window for Economic Development in Asia. **Daffodil International University Journal of Business and Economics**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 131–149, 2015. Acesso em: 9 Jan. 2021.

ÍSOLA, Leda; CALDINI, Vera. **Atlas Geográfico Saraiva**. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 97

JACQUES, Martin. **When China rules the world**. Nova York: The Penguin Press, 2009.

JISI, Wang. China's Search for a Grand Strategy: A Rising Great Power Finds Its Way. **Foreign Affairs**, [s. l.], v. 90, n. 2, p. 68–79, 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25800458>. Acesso at: 26 Oct. 2020. Acesso em: 11 Dez. 2020.

JINCHEN, Tian. **“One Belt and One Road”**: connecting China and the world. [S. l.], 2016. Disponível em: <https://www.globalinfrastructureinitiative.com/article/one-belt-and-one-road-connecting-china-and-world>. Acesso em: 9 Jan. 2021.

KAMPHAUSEN, Roy; LAI, David (org.). **The Chinese People's Liberation Army in 2025**. Carlisle, Pa: Strategic Studies Institute And U.S. Army War College Press, 2015. *E-book*.

KANG, David C. **China rising: peace, power, and order in East Asia**. New York: Columbia University Press, 2007.

KAPLAN, Robert D. **Asia's Cauldron: the South China Sea and the End of a Stable Pacific**. New York: Random House USA, 2015.

KASHIN, Vassily. **Selling S-400s to China: a new front in the cold war?** [S. l.], 2015. Disponível em: <https://carnegie.ru/commentary/59908>. Acesso em: 2 Fev. 2021.

KASHIN, Vassily. **Tacit Alliance: Russia and China take military partnership to new level**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://carnegie.ru/commentary/80136>. Acesso em: 2 Fev. 2021.

KASHIN, Vassily. **Why Is China Buying Russian Fighter Jets?** [S. l.], 2016. Disponível em: <https://carnegie.ru/commentary/62701>. Acesso em: 2 Fev. 2021.

KAUFMAN, Alison A. **China's Participation in Anti-Piracy Operations off the Horn of Africa: Drivers and Implications**. Alexandria: CNA China Studies, 2009. Disponível em: https://www.cna.org/CNA_files/PDF/D0020834.A1.pdf. Acesso em: 2 Fev. 2021.

KEJIN, Zhao; XIN, Gao. Pursuing the Chinese dream: institutional changes of chinese

Diplomacy under President Xi Jinping. **China Quarterly of International Strategic Studies**, Singapura, v. 01, n. 01, p. 35–57, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1142/s2377740015500037>. Acesso em: 10 Dez. 2020.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012.

KISSINGER, Henry *et al.* **O Século XXI Pertence à China? Um Debate Sobre a Grande Potência Asiática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

KISSINGER, Henry. **Sobre a china**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LEN, Christopher. China's 21st Century Maritime Silk Road Initiative, Energy Security and SLOC Access. **Maritime Affairs: Journal of the National Maritime Foundation of India**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 1–18, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09733159.2015.1025535>. Acesso em: 4 Jan. 2021.

LI, Siyao. The New Silk Road: Assessing Prospects for “Win-Win” Cooperation in Central Asia. **Cornell International Affairs Review**, [s. l.], v. 9, n. 1, 2016.

LIM, Alvin Cheng-Hin. Africa and China's 21st Century Maritime Silk Road. **The Asia-Pacific Journal**, [s. l.], v. 13, n. 10, 2015. Disponível em: <https://apjjf.org/2015/13/10/Alvin-Cheng-Hin-Lim/4296.html>. Acesso em: 4 Jan. 2021.

LIU, Zhenmin. **China Remains Committed to Peaceful Settlement of Disputes in the South China Sea through Negotiations and Consultations**. [S. l.], 2016. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjbxw/t1350776.shtml. Acesso em: 12 Jan. 2021.

LIU, Hongsong. China's proposing behavior in Global Governance: the cases of the WTO Doha Round negotiation and G-20 process. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s. l.], v. 57, n. spe, p. 121–137, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7329201400208>. Acesso em: 11 Dez. 2020.

LOPES, Bárbara Ferreira. **A China como grande protagonista na criação de novos bancos de desenvolvimento**. [S. l.], 2014. Disponível em: <https://grupoemergentes.wordpress.com/2014/12/08/a-china-como-grande-protagonista-na-criacao-dos-novos-bancos-de-desenvolvimento/>. Acesso em: 11 Dez. 2020..

MACIAS, Amanda. **This satellite image of Chinese construction in South China Sea is a wake-up call to us all**. [S. l.], 2016. Disponível em: <http://www.businessinsider.com/satellite-image-south-china-sea-2016-7>. Acesso em: 3 Fev. 2021.

MAIZLAND, Lindsay. **China's Modernizing Military**. [S. l.], 2020. Disponível em:

<https://www.cfr.org/backgrounder/chinas-modernizing-military>. Acesso em: 4 Fev. 2021.

MALAFAIA, Thiago. Military modernization in the PRC: doctrinal change and practical implementation. **AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2238-6912.50876>. Acesso em: 4 Fev. 2021.

MAP OF THE SOUTH CHINA SEA. **Nations Online Project**, [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.nationsonline.org/oneworld/map/South-China-Sea-political-map.htm>. Acesso em: 8 Jan. 2021.

MASTRO, Oriana Skylar. **Russia and China team up on the Indian Ocean**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/russia-and-china-team-indian-ocean>. Acesso em: 4 Fev. 2021.

MEARSHEIMER, John J. China's Unpeaceful Rise. **Current History**, [s. l.], v. 105, n. 690, p. 160–162, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/curh.2006.105.690.160>. Acesso em: 3 Nov. 2020.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W.W. Norton & Company, 2001.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. **Constitution of Communist Party of China** : adopted on nov. 14, 2012. Pequim, 2012. Disponível em: http://www.china.org.cn/china/18th_cpc_congress/2012-11/16/content_27138030.htm. Acesso em: 10 Nov. 2020.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. Ministério das Relações Exteriores. **Declaração do Ministério das Relações Exteriores da China sobre o veredicto do Tribunal Arbitral na Arbitragem do Mar do Sul da China**. 2016a. Disponível em: <HTTP://PORTUGUESE.CRI.CN/1721/2016/07/12/1S218493.HTM>. Acesso em: 3 Nov. 2020.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. Ministério das Relações Exteriores. **XI JINPING HOLDS TALKS with President Vladimir Putin of Russia Both Heads of State Stress Unswerving Commitment to Deepening China-Russia Comprehensive Strategic Partnership of Coordination**. 2016b. Disponível em: http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1375791.shtml. Acesso em: 4 Fev. 2021.

MIRASOLA, Christopher. **A shifting tide in the South China Sea: the permanent court of arbitration declares jurisdiction**. [S. l.], 2018. Disponível em: <http://www.harvardilj.org/2015/11/a-shifting-tide-in-the-south-china-sea-the-permanent-court-of-arbitration-declares-jurisdiction/>. Acesso em: 23 Nov. 2020.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A Desordem mundial: o espectro da total dominação guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias**. 2. ed. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. 2. ed. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

NATIONAL CONGRESS OF THE CHINESE COMMUNIST PARTY , 11., Beijing, 1978. **Anais [...]** Beijing, 1978. Disponível em: http://www.bjreview.com.cn/90th/2011-04/26/content_357494_3.htm. Acesso em: 9 Nov. 2020.

NYE, Joseph S. Conflicts after the cold war. **The Washington Quarterly**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 4–24, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01636609609550180>. Acesso em: 8 Fev. 2021.

NYE, Joseph S. **O futuro do poder**. São Paulo: Benvirá, 2012a.

NYE, Joseph S. **Soft power: the means to success in world politics**. New York: Public Affairs, 2004.

NYE, Joseph S. The Future of American Power: dominance and decline in perspective. **Foreign Affairs**, [s. l.], v. 89, n. 6, p. 2–12, 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20788711>. Acesso em: 8 Fev. 2021.

NYE, Joseph S. The Twenty-First Century Will Not Be a “Post-American” World. **International Studies Quarterly**, [s. l.], v. 56, n. 1, p. 215–217, 2012b. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41409833>. Acesso em: 8 Fev. 2021.

O’CONNOR, Tom. **China challenges U.S. by expanding on disputed islands, report finds**. [S. l.], 2017. Disponível em: <http://www.newsweek.com/china-military-challenge-us-new-expansion-sea-report-630878>. Acesso em: 12 Jan. 2021.

O’HANLON, Michael E. **What the Pentagon’s new report on China means for US strategy — including on Taiwan**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2020/09/04/what-the-pentagons-new-report-on-china-means-for-u-s-strategy-including-on-taiwan/>. Acesso em: 15 Jan. 2021.

O’ROURKE, Ronald. Maritime Territorial and Exclusive Economic Zone (EEZ) Disputes Involving China: Issues for Congress. *In*: CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE, 2018, Estados Unidos. **Congressional Research Service**. [S. l.]: , 2018. p. Disponível em: <https://www.hsdl.org/?view&did=811054>. Acesso em: 15 Jan. 2021.

PANDA, Ankit. **Chinese, Russian, South African Navies Conduct Trilateral Naval Exercises**. Washington D.C., 2019. Disponível em: <https://thediplomat.com/2019/11/chinese-russian-south-african-navies-conduct-trilateral-naval-exercises/>. Acesso em: 3 Fev. 2021.

PAUL, Joshy M. **Myanmar in China’s Push into the Indian Ocean | Manohar Parrikar Institute for Defence Studies and Analyses**. [S. l.], 2016. Disponível em: https://idsa.in/backgrounder/myanmar-in-chinas-push-into-the-indian-ocean_jmpaul_120316.

Acesso em: 3 Fev. 2021.

PAUTASSO, Diego. A China na nova arquitetura geoeconômica global e o caso do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, [s. l.], v. 16, n. 149, p. 12–19, 2015a. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/5034>. Acesso em: 11 Dez. 2020.

PAUTASSO, Diego. **A china na transição do sistema mundial: suas relações com EUA e Índia**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/10240>. Acesso em: 11 Dez. 2020.

PAUTASSO, Diego. China, Rússia e a integração asiática: o sistema sinocêntrico como parte da transição sistêmica. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 2, n. 5, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.18688>. Acesso em: 11 Dez. 2020.

PAUTASSO, Diego. Da política de contenção à reemergência: a Rússia volta ao tabuleiro. **AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, [s. l.], v. 3, n. 6, 2015b. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2238-6912.51284>. Acesso em: 11 Dez. 2020.

PAUTASSO, Diego; DORIA, Gaio. A China e as disputas no Mar do Sul: entrelaçamento entre as dimensões regional e global. **Revista de Estudos Internacionais**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 18–32, 2016. Disponível em: <http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/view/295/295>. Acesso em: 12 Dez. 2020.

PAUTASSO, Diego; UNGARETTI, Carlos Renato. A Nova Rota da Seda e a recriação do sistema sinocêntrico. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, [s. l.], v. 4, n. 3, p. 25–44, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/p.2317-773x.2016v4n3p25>. Acesso em: 3 Jan. 2021.

PAKISTAN HANDS OVER Gwadar Port operation to China. **The Nation**, [S. l.], 2013. Disponível em: <http://nation.com.pk/18-Feb-2013/pakistan-hands-over-gwadar-port-operation-to-china>. Acesso em: 19 Dez. 2020.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MEDEIROS, Klei. A emergência da periferia no sistema mundial: da conferência de Bandung à conferência de Buenos Aires (1955- 1978). **AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, [s. l.], v. 4, n. 7, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2238-6912.56965>. Acesso em: 13 Nov. 2020.

PERFECTING CHINA. **CSIS**, [S. l.], 2017. Disponível em: <http://fiveyearplan.csis.org/about/>. Acesso em: 19 Nov. 2020.

PH-CN-20160712-PRESS-RELEASE-No-11-English. **Permanent Court of Arbitration**, [S. l.], 2016. Disponível em: <https://www.documentcloud.org/documents/2990591-PH-CN-20160712-Press-Release-No-11-English.html>. Acesso em: 28 Nov. 2020.

PONTES NOGUEIRA, João; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio De Janeiro: Elsevier, 2005.

POPULATION COUNCIL. China's "One Belt, One Road" Initiative: An ESCAP Report. **Population and Development Review**, [s. l.], v. 43, n. 3, p. 583–587, 2017. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26622845>. Acesso em: 5 Jan. 2021.

POULIN, Andrew. **Going Blue: the transformation of China's Navy**. Washington D.C., 2016. Disponível em: <https://thediplomat.com/2016/04/going-blue-the-transformation-of-chinas-navy/>. Acesso em: 3 Fev. 2021.

PRC MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. **Statement of the Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China on the Award of 12 July 2016 of the Arbitral Tribunal in the South China Sea Arbitration Established at the Request of the Republic of the Philippines**. [S. l.], 2016. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/nanhai/eng/snhwtlcwj_1/t1379492.htm. Acesso em: 19 Dez. 2020.

PRC MINISTRY OF NATIONAL DEFENCE. **Chinese Navy's hospital ship Peace Ark returns to home port**. [S. l.], 2016. Disponível em: http://eng.mod.gov.cn/TopNews/2016-01/27/content_4637952.htm. Acesso em: 24 Dez. 2020.

PRC STATE COUNCIL. **China and the World in the New Era**. [S. l.], 2019a. Disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201909/27/content_WS5d8d80f9c6d0bcf8c4c142ef.html. Acesso em: 12 Jan. 2021.

PRC STATE COUNCIL. **China's Military Strategy**. [S. l.], 2015. Disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2015/05/27/content_281475115610833.htm. Acesso em: 12 Jan. 2021.

PRC STATE COUNCIL. **China's National Defense in the New Era**. [S. l.], 2019b. Disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201907/24/content_WS5d3941ddc6d08408f502283d.html. Acesso em: 12 Jan. 2021.

PRC STATE COUNCIL. **China's Peaceful Development**. [S. l.], 2011. Disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2014/09/09/content_281474986284646.htm. Acesso em: 12 Jan. 2021.

PRC STATE COUNCIL. **China's International Development Cooperation in the New Era**. [S. l.], 2021. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2021-01/10/c_139655400.htm. Acesso em: 22 Jan. 2021.

RIBEIRO, Erik H. A expansão da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX): uma coalizão anti-hegemônica? *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA*, 1., Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre, UFRGS, 2015.

RIBEIRO, Erik Herejk. **A rivalidade e a cooperação nas relações China-Índia: o contexto asiático e o caso de Mianmar.** Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Programa de Pós Graduação em Estudos Estratégicos e Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/132912>. Acesso em: 4 Fev. 2021.

RITZINGER, Louis. **The China-Pakistan Economic Corridor: regional dynamics and China's geopolitical ambitions.** Washington, D.C.: The National Bureau of Asian Research, 2015. Disponível em: <https://pakistanhouse.net/wp-content/uploads/2016/11/CPEC-China.pdf>. Acesso em: 5 Jan. 2021.

ROBERTS, J. A. G. **Historia de China.** Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2012.

ROEDEL, Cezar Cauduro. **Águas conflituosas, águas perigosas: a disputa sino-americana no mar do sul da China.** Dissertação (Mestrado de Relações Internacionais), Pós Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/67475>. Acesso em: 18 Dez. 2020.

ROELL, Peter. **China's Maritime Silk Road -An Ambitious Undertaking China's Maritime Silk Road -An Ambitious Undertaking.** Germany: ISPSW, 2016. Disponível em: https://ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/gess/cis/center-for-securities-studies/resources/docs/423_Roell_SLOC.pdf. Acesso em: 4 Jan. 2021.

ROLLAND, Nadège. **China's New Silk Road.** [S. l.], 2015. Disponível em: <https://www.nbr.org/publication/chinas-new-silk-road/>. Acesso em: 4 Jan. 2021.

ROLLAND, Nadège. National Bureau of Asian Research. **Choice Reviews Online**, [s. l.], v. 50, n. 01, p. 112, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5860/choice.50-0007>. Acesso em: 14 Jan. 2021.

ROLLAND, Nadège. Securing the Belt and Road Initiative: China's Evolving Military Engagement Along the Silk Roads. **NBR**, special Report, n. 80, 2019. Disponível em: <https://www.nbr.org/publication/securing-the-belt-and-road-initiative-chinas-evolving-military-engagement-along-the-silk-roads/>. Acesso em: 6 Jan. 2021.

ROSE, Adam; TAN, Florence. China crude oil imports hit record 8 million bpd in February. **Reuters**, [s. l.], 8 Mar. 2016. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/uk-china-economy-trade-crude/china-crude-oil-imports-hit-record-8-million-bpd-in-february-idUKKCN0WA0EP>. Acesso em: 12 Nov. 2020.

SAALMAN, Lora; SU, Fei; GHIASY, Richard. **The 21st Century Maritime Silk Road: Security Implications and Ways Forward for the European Union.** Sweden: SIPRI, 2018. *E-book*.

SHEN, Simon Xu Hui. Special Issue: New Silk Road Project. **East Asia**, [s. l.], v. 32, n. 1, p. 1–5, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12140-015-9232-8>. Acesso em: 9 Fev. 2021.

SIBOUKIS, George T. **China officially sets up its first overseas base in Djibouti**. 2017. Disponível em: <http://blogs.plymouth.ac.uk/dcscs/2017/07/18/china-officially-sets-up-its-first-overseas-base-in-djibouti/>. Acesso em: 6 Jan. 2021.

SILVA, Athos Munhoz Moreira da. **A ascensão da China e os seus impactos para o leste asiático**. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Pós Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/132973>. Acesso em: 12 Dez. 2020.

SØRENSEN, Camilla T. N. The Significance of Xi Jinping’s “Chinese Dream” for Chinese Foreign Policy: From “Tao Guang Yang Hui” to “Fen Fa You Wei.” **Journal of China and International Relations**, [s. l.], v. 3, n. 1, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5278/ojs.jcir.v3i1.1146>. Acesso em: 7 Dez. 2020.

TRIBUNAL DE HAIA ANUNCIA DECISÃO sobre disputa territorial no mar do Sul da China. **Sputnik Brasil**, [S. l.], 2016. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/mundo/201607125569599-decisao-mar-sil-china/>. Acesso em: 29 Nov. 2020.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Metodologia da teoria fundamentada**. Tradução: Frederico José Andries Lopes. [S. l.: s. n.], 1997.

STREET, Joel. **Spaced Out: 2014, or The Year of Maritime Muddles**. [S. l.], 2014. Disponível em: <https://theamericanreader.com/spaced-out-2014-or-the-year-of-maritime-muddles/>. Acesso em: 20 Dez. 2020.

TALMON, Stefan; BINGBING, Jia. **The South China Sea arbitration: a Chinese perspective**. Oxford, United Kingdom: Hart Publishing, 2014.

THE UPPER HAN. **The Economist**, [S. l.], 2016. Disponível em: <https://www.economist.com/news/briefing/21710264-worlds-rising-superpower-has-particular-vision-ethnicity-and-nationhood-has>. Acesso em: 7 Nov. 2020.

TOMÉ, Luis. **A geopolítica e o complexo de segurança na Ásia Oriental: questões teóricas e Conceptuais**. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Coimbra, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/1767>. Acesso em: 4 Fev. 2021.

TSE-TUNG, Mao. **Chairman Mao Zedong’s Theory on the Division of the Three World and the Strategy of Forming an Alliance Against an opponent**. [S. l.], 1974. Disponível em: http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/ziliao_665539/3602_665543/3604_665547/t18008.shtml. Acesso em: 2 Dez. 2020.

UNITED STATES DEPARTMENT OF DEFENSE. **Annual Report to Congress: military and security developments involving the People’s Republic of China**. United States: Department of Defense, 2015. Disponível em: <https://fas.org/man/eprint/dod-china-2015.pdf>. Acesso em: 3 Fev. 2021.

UNITED STATES. Department of Defense. **Annual Report to Congress: Military and security developments involving the People's Republic of China**. United States: 2020. Disponível em: <https://media.defense.gov/2020/Sep/01/2002488689/-1/-1/1/2020-DOD-CHINA-MILITARY-POWER-REPORT-FINAL.PDF>. Acesso em: 3 Fev. 2021.

VAZ-PINTO, Raquel. Peaceful rise and the limits of Chinese exceptionalism. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s. l.], v. 57, n. spe, p. 210–224, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7329201400213>. Acesso em: 12 Dez. 2020.

VISENTINI, Paulo. BRICS, OCX E IBAS: as coalizões dos emergentes. *In*: VISENTINI, Paulo *et al.* (org.). **BRICS: as potências emergentes**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

VISION AND ACTIONS ON JOINTLY BUILDING Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road. **National Development and Reform Commission (CNRD)**, [S. l.], 2015. Disponível em: http://en.ndrc.gov.cn/newsrelease/201503/t20150330_669367.html. Acesso em: 12 Jan. 2021.

WANG, Fei-Ling. China's multilateral diplomacy in the new millennium. *In*: DENG, Yong; WANG, Fei-Ling (org.). **China rising**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2005.

WENQIAN, Zhu. **China's trade with BRI countries, regions crosses \$6t**. [S. l.], 2019. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/a/201903/06/WS5c7f4742a3106c65c34ed150.html>. Acesso em: 8 Jan. 2021.

WHAT DOES CHINA REALLY SPEND on its military? **CSIS**, [S. l.], 2018. Disponível em: <https://chinapower.csis.org/military-spending/>. Acesso em: 27 Dez. 2020.

WINSOR, Morgan. **With China's Naval Base, Djibouti Could Become "Africa's Singapore."** [S. l.], 2016. Disponível em: <https://www.ibtimes.com/chinas-naval-base-djibouti-could-become-africas-singapore-2292581>. Acesso em: 11 Jan. 2021.

JINPING. **Work together to build the silk road economic belt and the 21st Century maritime silk road**. China, 2017. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2017-05/14/c_136282982.htm. Acesso em: 8 Jan. 2021.

XIAOYU, Pu. One Belt, One Road: visions and challenges of China's geoeconomic strategy. **Mainland China Studies**, [s. l.], v. 59, n. 3, p. 111–132, 2016.

YAN, Xuetong. **Ancient Chinese thought, modern Chinese power**. New Jersey: Princeton University Press, 2011.

YANG, Jiemian. China's "New Diplomacy" under the Xi Jinping Administration. **China Quarterly of International Strategic Studies**, Singapura, v. 01, n. 01, p. 1–17, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1142/s2377740015500013>. Acesso em: 3 Dez. 2020.

- YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- YIWEI, Wang. **The belt and road initiative: what will China offer the world in its rise**. Beijing: New World Press, 2016.
- ZHANG, Yuan. **B&R interconnection witnesses great breakthroughs in 5-year development**. [S. l.], 2019. Disponível em: http://www.brsn.net/xwzxnews/zhiku_en/detail/20190313/1005000000034761552447309018846035_1.html. Acesso em: 3 Jan. 2021.
- ZHANG, Feng. China as a global force. **Asia & the Pacific Policy Studies**, Canberra, v. 3, n. 1, p. 120–128, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/app5.115>. Acesso em: 4 Fev. 2021.
- ZHAO, Guansheng. China's new foreign policy “assertiveness”. motivations and implications. **Instituto per gli studi di politica internazionale**, Milão, n. 54, 2011. Disponível em: <https://www.ispionline.it/it/pubblicazione/chinas-new-foreign-policy-assertiveness-motivations-and-implications-8430>. Acesso em: 22 Dez. 2020.
- ZHAO, Guansheng. Chinese foreign policy in the post-Cold War era. *In*: LIU, Guoli (org.). **Chinese foreign policy in transition**. New Jersey: Transaction Publishers, 2001.
- ZHAO, Suisheng. **Chinese foreign policy: pragmatism and strategic behavior**. Armonk, N.Y.: M.E. Sharpe, 2004.
- ZHENG, Bijian. **China's peaceful rise: speeches of Zheng Bijian, 1997-2005**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2005.
- ZHU, Zhiqun. **China's AIIB and OBOR: ambitions and challenges**. Washington D.C., 2015. Disponível em: <http://thediplomat.com/2015/10/chinas-aiib-and-obor-ambitions-and-challenges/>. Acesso em: 7 Jan. 2021.
- 19TH CPC NATIONAL CONGRESS. **XINHUA**, [S. l.], 2017. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/special/19cpcnc/index.htm>. Acesso em: 12 Dez. 2020.